

BOLETIM DE PESSOAL E DE **SERVIÇOS**₅

EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA

N.º 08/2026

Unidade: Reitoria

Publicado em 03 de agosto de 2026



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Presidente da República: Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação: Camilo Sobreira de Santana

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica: Marcelo Bregagnoli

Reitora do IFRR: Nilra Jane Filgueira Bezerra

Pró-Reitor de Administração: Emanuel Alves de Moura

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Adnelson Jati Batista

Pró-Reitora de Ensino: Aline Cavalcante Ferreira

Pró-Reitora de Extensão: Roseli Bernardo Silva dos Santos

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica: Romildo Nicolau
Alves

Diretora-Geral do *Campus* Boa Vista Centro: Luciana Leandro Silva

Diretora-Geral do *Campus* Novo Paraíso: Vanessa Rufino Vale Vasconcelos

Diretora-Geral do *Campus* Amajari: Rodrigo Luiz Neves Barros

Diretor-Geral do *Campus* Boa Vista Zona Oeste: Isaac Sutil da Silva

Diretor do *Campus* Avançado do Bonfim: Maria Eliana Lima dos Santos

Setor responsável pela publicação do Boletim de Pessoal e de Serviços na Reitoria

Assessoria de Comunicação e Marketing Institucional



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

O Boletim de Pessoal e de Serviços do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima é destinado a dar publicidade aos atos e aos procedimentos formais desta instituição.

Referências:

- Lei 4.965/1966, de 5 de maio de 1966.

Dispõe sobre a publicação dos atos relativos aos servidores públicos civis do Poder Executivo e dá outras providências.

- Decreto nº. 4.520/2002, de 16 de dezembro de 2002.

Dispõe sobre a publicação do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça pela Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República, e dá outras providências.

- Resolução nº. 274, de 16 de setembro de 2016.

Dispõe sobre os critérios e procedimentos para organização e publicação do Boletim de Pessoal e de Serviços no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

* O conteúdo dos textos publicados neste Boletim de Pessoal e de Serviços é de responsabilidade dos setores/unidades emissoras dos documentos.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

ÍNDICE

ATOS DA REITORIA

Resolução CONSUP/IFRR N° 900, de 24 de julho de 2026



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
REITORIA
Conselho Superior
Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303220 ,
www.ifrr.edu.br

Resolução CONSUP/IFRR N° 900, de 24 de julho de 2026.

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) Campus Bonfim (CAB).

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), **Ad referendum** deste Conselho, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a autonomia institucional conferida pelo Art. 1º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, considerando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Resolução nº 716/CONSELHO SUPERIOR, de 04 de Janeiro de 2023 (Organização Didática do IFRR), a Resolução nº 682/CONSELHO SUPERIOR, de 16 de julho de 2022 (Regulamento sobre elaboração de projeto pedagógico de cursos do IFRR), bem como o constante no Processo n.º 23231.000442.2026-85,

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar a Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFRR *Campus Bonfim* (CAB), conforme Anexo.

Art. 2.º Revogar a Resolução nº 784/CONSELHO SUPERIOR, de 8 de abril de 2024, e a Resolução nº 836/CONSELHO SUPERIOR, de 7 de maio de 2024.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista-RR, 24 de julho de 2026.

Nilra Jane Filgueira Bezerra
Presidente do Consup

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE
TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

BONFIM – RR
2026

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Leonardo Osvaldo Barchini Rosa

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Marcelo Bregagnoli

REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

Nilra Jane Filgueira Bezerra

PRÓ-REITORA DE ENSINO DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

Aline Cavalcante Ferreira

DIRETORA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

Solange Almeida Santos

DIRETOR DO *CAMPUS* BONFIM

Tomás Armando del Pozo Hernández

DIRETOR DE ENSINO

André Ferreira Silva

COORDENADOR DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA DO CAMPUS BONFIM

Tiago Santos Barreto Thomaz

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Portaria 1270/GAB-CAB/IFRR, de 09 de abril de 2026

Tiago Santos Barreto Thomaz - Presidente

Fagner Felipe Lima Bezerra

Gilderlândia Mendes Marques

Isabel Pinto Ferreira

Pamela Andrade Lima

Peterson Rodrigo Demite

Roseane Machado Sá Viana

Sandra Milena Palomino Ortiz

Thiago Allan Ribeiro de Oliveira

Yago de Mesquita Falcão

LISTA DE FIGURAS, TABELAS E QUADROS

Figura 1: Representação Gráfica do Processo Formativo

Quadro 1: Matriz Curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

Quadro 2: Perfil da Equipe Docente

Quadro 3: Perfil da Equipe Técnico-Administrativo

Quadro 4: Perfil da Equipe Técnico-Pedagógica

Quadro 5: Estrutura do Campus Bonfim

Quadro 6: Equipamentos disponíveis para o curso

SUMÁRIO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1. APRESENTAÇÃO

1. 1 Apresentação da Instituição

1. 2 Histórico da Instituição

1. 3 Missão, Visão e Valores do IFRR

1. 3. 1 Missão

1. 3. 2 Visão

1. 3. 2 Valores

1. 4 Histórico do *Campus*

2 JUSTIFICATIVA

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

3.2 Objetivos Específicos

4 REGIME LETIVO

5 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

6 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

7 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

7.1 Matriz Curricular

7.2 Representação Gráfica do Processo Formativo

7.3 Ementário

8 TERMINALIDADE - SAÍDAS INTERMEDIÁRIAS

9 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

10 PRÁTICA PROFISSIONAL

11 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

12 ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICA-CULTURAIS (AACCs)

13 ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA

13.1 Curricularização da Extensão

14 ATIVIDADES A DISTÂNCIA

15 ATIVIDADES DE TUTORIA

16 ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E EXTENSÃO

17 APOIO AO DISCENTE

17.1 Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

17.2 Assistência Estudantil

17.3 Apoio Pedagógico

18 TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDICS) NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

19 POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL

19.1 Educação em Direitos Humanos

19.2 Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena

19.3 Educação Ambiental

19.4 Inclusão da Pessoa com Deficiência e Acessibilidade

20 COLEGIADO DO CURSO

21 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

22 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DO ESTUDANTE

23 POLÍTICA DE PERMANÊNCIA E ÊXITO

24 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

25 EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES (ENADE)

26 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

27 SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

27.1 Avaliação Interna

27.2 Avaliação Externa

28 AVALIAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CURSO

29 PERFIL DA EQUIPE DOCENTE

30 PERFIL DA EQUIPE TÉCNICO ADMINISTRATIVA

31 PERFIL DA EQUIPE TÉCNICO-PEDAGÓGICA

32 INSTALAÇÕES

33 BIBLIOTECA

34 EQUIPAMENTOS E RECURSOS TECNOLÓGICOS

35 DIPLOMAÇÃO

36 REFERÊNCIAS

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome do IF/Campus: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR)/ *Campus Bonfim (CAB)*

CNPJ: não possui.

Eixo Tecnológico de atuação do Campus: Gestão e Negócios; Recursos Naturais.

Esfera Administrativa: Federal

Endereço: Avenida Tuxaua Farias, S/Nº, Quadra: G-01 - Bairro: 13 de Maio, Bonfim/RR. CEP: 69.380-000.

Telefone(s): não possui.

Site do *Campus*: <https://www.ifrr.edu.br/unidades/bonfim/>

Reitora: Nilra Jane Filgueira Bezerra

Pró-Reitora de Ensino: Aline Cavalcante Ferreira

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação: Romildo Nicolau Alves

Pró-Reitora de Extensão: Roseli Bernardo Silva dos Santos

Pró-Reitor de Administração: Emanuel Alves de Moura

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Adnelson Jati Batista

Diretor do *Campus Bonfim*: Tomás Armando del Pozo Hernández

Diretora de Ensino: Ada Raquel da Fonseca Vasconcelos

Equipe responsável pela Elaboração do PPC

Comissão Multidisciplinar instituída pela Portaria 1270/GAB-CAB/IFRR, de 09 de abril de 2026:

Tiago Santos Barreto Thomaz - Presidente

Fagner Felipe Lima Bezerra

Gilderlândia Mendes Marques

Isabel Pinto Ferreira

Pamela Andrade Lima

Peterson Rodrigo Demite

Roseane Machado Sá Viana

Sandra Milena Palomino Ortiz

Thiago Allan Ribeiro de Oliveira

Yago de Mesquita Falcão

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação do Curso: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios

Modalidade de oferta: Semipresencial

Turno de funcionamento: Vespertino ou Noturno

Periodicidade de oferta: Anual

Número de vagas ofertadas: 35 vagas

Carga horária total: 1.600 horas

Regime letivo: Semestral

Título outorgado: Tecnólogo(a) em Gestão Pública

Proposta: de atualização

Duração prevista: 2 (dois) anos e 6 (seis) meses

Forma de ingresso: Processo Seletivo Público

Integralização curricular mínima e máxima: mínimo de 2,5 anos (5 semestres) e máximo de 4 anos (8 semestres).

Coordenador do Curso: Tiago Santos Barreto Thomaz - Portaria nº. 860/GAB-REITORIA/IFRR, de 12 de março de 2026.

Resolução de Autorização de Funcionamento: Resolução nº 784/CONSELHO SUPERIOR, de 8 de abril de 2024.

1. APRESENTAÇÃO

1.1 Apresentação da Instituição

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) é uma instituição pública da administração indireta federal que tem por finalidade ofertar formação e qualificação em diversas áreas, níveis e modalidades de ensino, com a perspectiva de fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais do Estado de Roraima.

Autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), o IFRR tem uma Reitoria e cinco campi. São estes os campi: Amajari, Boa Vista, Boa Vista Zona Oeste, Novo Paraíso e Bonfim. Eles estão situados em regiões estratégicas para atender aos 15 (quinze) municípios do Estado de Roraima.

1.2. Histórico do IFRR

A educação profissional no Brasil teve início em 1909, quando o então presidente da República, Nilo Peçanha, criou as Escolas de Aprendizes Artífices. Com o decorrer dos anos, várias foram as mudanças ocorridas, até que, em 2008, o Ministério da Educação instituiu, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Em 2018, a Rede Federal já era composta por 38 (trinta e oito) institutos federais, incluindo o IFRR, 2 (dois) Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), 25 (vinte e cinco) escolas técnicas vinculadas a universidades federais, a Universidade Federal Tecnológica do Paraná e o Colégio Pedro II.

O IFRR é um centro de referência educacional e vem contribuindo, há 30 anos, para o processo de desenvolvimento do Estado de Roraima ao promover a inclusão social de jovens e adultos por meio de ações de formação profissional, estando inserido nos arranjos produtivos regionais e locais.

Desde sua criação, a instituição passou por várias mudanças, assim como outras instituições de ensino do país. A história do IFRR se divide em cinco etapas. São elas:

> **Escola Técnica de Roraima, integrante da rede de ensino do Território Federal de Roraima**

Implantada como Escola Técnica em 1986, a instituição começou suas atividades em 1987 com apenas dois cursos técnicos: Eletrotécnica, atendendo 105 estudantes, e Edificações, 70 estudantes. Suas instalações funcionavam em dois blocos cedidos pela Escola do Magistério.

> **Escola Técnica de Roraima, integrante do sistema de ensino do Estado de Roraima**

Em 21 de dezembro de 1989, por meio do Parecer nº 26/89, o Conselho Territorial de Educação autoriza e reconhece a Escola Técnica de Roraima, aprova o seu Regimento Interno e as grades curriculares dos dois cursos técnicos, tornando válidos todos os atos escolares anteriores ao regimento. O seu quadro funcional era composto por 12 docentes e 11 técnicos administrativos.

> **Escola Técnica Federal de Roraima**

Em 30 de junho de 1993, por meio da Lei nº 8.670, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 123, de 1º de julho de 1993, no governo do então presidente da República Itamar Franco, é criada a Escola Técnica Federal de Roraima (ETFRR), cuja implantação, na prática, se dá pela transformação da Escola Técnica do ex-Território Federal de Roraima. Seu quadro de pessoal era composto por 226 servidores, sendo 113 professores e 113 técnicos administrativos. A partir de 1994, por intermédio do Programa de Expansão de Cursos, são implantados os cursos Técnico em Agrimensura e Magistério em Educação Física, assim como o ensino fundamental – de 5ª a 8ª série, atendendo 213 estudantes distribuídos em seis turmas. Gradativamente essa modalidade de ensino foi sendo extinta.

> **Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima**

Com a transformação da instituição em Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (Cefet-RR), por meio do Decreto Presidencial, de 13 de novembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União no dia subsequente, a comunidade interna prepara-se para fazer valer o princípio da verticalização da educação profissional, oferecendo cursos profissionalizantes nos níveis básico, técnico e superior. O curso superior de Tecnologia em Gestão de Turismo é o primeiro a ser implantado e tem sua proposta de implantação vinculada à proposta de transformação da ETFRR em Cefet-RR. Em 2005, o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação (MEC), institui o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no País, estabelecendo a implantação de Unidades de Educação Descentralizadas (Uneds) em diversas unidades da Federação, sendo o Estado de Roraima contemplado na fase I com a Unidade de Ensino Descentralizada de Novo Paraíso, no Município de Caracaraí, região Sul. Em agosto de 2007, iniciam-se as atividades pedagógicas dessa unidade com 210 estudantes matriculados no curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, incluindo uma turma do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (Proeja). Já na segunda fase do plano, o Cefet-RR é contemplado com outra Uned, desta vez no Município do Amajari, no norte do estado.

> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

No dia 29 de dezembro de 2008, o presidente da República sancionou a Lei nº 11.892, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, concretizando, assim, um salto qualitativo na educação voltada a milhares de jovens e adultos em todas as unidades da Federação. A partir dessa data, o Cefet-RR é transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, com três Resolução MEC/CNE nº 02/2007: Boa Vista, Novo Paraíso e Amajari. No ano de 2011, por intermédio do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, a instituição é contemplada com mais um campus: o Boa Vista Zona Oeste, também sediado na cidade de Boa Vista, sendo que o Campus Avançado Bonfim teve sua autorização para funcionamento apenas no ano de 2015.

1.3. Missão, Visão e Valores do IFRR

A missão, a visão e os valores do IFRR são os elementos que nortearão as ações da instituição por todo o quinquênio de vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A missão define o motivo da existência da instituição; a visão, o que ela pretende ser; e os valores, os princípios que guiarão toda a sua atuação.

1.3.1. Missão

Promover formação humana integral, por meio da educação, ciência e tecnologia, em consonância com os arranjos produtivos locais, socioeconômicos e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

1.3.2. Visão

Ser excelência na Região Amazônica, como agente de transformação social, por meio de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

1.3.3. Valores

Ética e transparência; inclusão social; gestão democrática; respeito à diversidade e à dignidade humana; responsabilidade socioambiental.

1.4 Histórico do Campus

O Campus Bonfim integra a estrutura multicampi do Instituto Federal de Roraima (IFRR) e constitui importante instrumento da política de interiorização da educação profissional, científica e tecnológica no Estado de Roraima. Sua implantação decorreu da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e

Tecnológica, promovida pelo Governo Federal, com o objetivo de ampliar o acesso à educação pública, gratuita e de qualidade, especialmente em regiões estratégicas e com menor oferta de educação superior.

Criado inicialmente na condição de Campus Avançado, o Campus Bonfim iniciou suas atividades acadêmicas em 2014, voltadas à oferta de cursos técnicos e de qualificação profissional alinhados às demandas econômicas, sociais e produtivas da região. Sua atuação foi estruturada a partir dos princípios institucionais da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, da formação humana integral, da inclusão social e do desenvolvimento territorial sustentável.

Ao longo de seu processo de consolidação institucional, o campus ampliou progressivamente sua atuação por meio da oferta de cursos técnicos, cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e ações de pesquisa, extensão e inovação, estabelecendo parcerias com órgãos públicos estaduais e municipais para expansão da educação profissional em diferentes municípios do nordeste de Roraima. Essa atuação contribuiu para a qualificação profissional de mais de 1.600 estudantes até o primeiro semestre de 2025, fortalecendo a formação de trabalhadores e agentes públicos, além de contribuir para o desenvolvimento das comunidades locais.

A inserção territorial do Campus Bonfim caracteriza-se pelo atendimento ao município de Bonfim e aos demais municípios da região nordeste do Estado de Roraima, incluindo localidades de fronteira e comunidades indígenas, desempenhando papel estratégico na democratização do acesso à educação profissional e tecnológica, na redução das desigualdades regionais e no fortalecimento das políticas públicas de desenvolvimento regional.

A atuação institucional concentra-se, prioritariamente, nos eixos tecnológicos de Gestão e Negócios, Recursos Naturais, Turismo, Hospitalidade e Lazer e áreas correlatas, buscando responder às demandas dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais por meio de formação profissional, pesquisa aplicada, inovação tecnológica e ações extensionistas.

Como resultado do processo de amadurecimento institucional e do atendimento aos critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação para reclassificação das unidades da Rede Federal, o Campus Avançado Bonfim passou, em 2025, à condição de Campus Bonfim. Essa transformação representa importante marco para o fortalecimento institucional do IFRR no interior do Estado, ampliando sua autonomia administrativa e acadêmica, sua capacidade de planejamento e expansão da oferta educacional, bem como consolidando a implantação de cursos superiores, projetos de pesquisa, ações de extensão e iniciativas de inovação voltadas ao desenvolvimento regional.

A elevação da unidade à categoria de Campus reafirma o compromisso institucional do IFRR com a interiorização da educação superior pública, gratuita e de qualidade, fortalecendo sua capacidade de atendimento às demandas da sociedade, ampliando oportunidades de formação profissional e contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e sustentável do município de Bonfim e de toda a região nordeste de Roraima.

2 JUSTIFICATIVA

O contexto socioeconômico do estado de Roraima apresenta especificidades que demandam a ampliação e qualificação da formação superior voltada à área de Gestão Pública. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), o estado possui população estimada em 636.707 habitantes, configurando-se como o menos populoso do país, além de apresentar o menor Produto Interno Bruto (PIB), no valor de R\$ 21,1 bilhões. A estrutura econômica estadual caracteriza-se pela predominância da administração pública, responsável por aproximadamente 49,1% do PIB, seguida pelos setores de serviços (36,7%), indústria (8,6%) e agropecuária (5,5%).

Observa-se, nesse contexto, elevada dependência do setor público como principal agente dinamizador da economia e gerador de emprego e renda. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED, 2023) e do IBGE (2023) indicam que aproximadamente 35% da população ocupada encontra-se vinculada à administração pública, evidenciando a centralidade desse setor no mercado de trabalho

local.

Além disso, indicadores sociais apontam desafios significativos, a exemplo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2023), que identifica percentual superior a 36% dos domicílios em situação de insegurança alimentar no estado. Tal cenário reforça a necessidade de fortalecimento da capacidade estatal na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas eficazes, voltadas à promoção do desenvolvimento socioeconômico e à redução das desigualdades sociais.

Diante dessas condições, evidencia-se a necessidade de formação de profissionais qualificados para atuação no campo da Gestão Pública, com competências técnicas, analíticas e ético-políticas que possibilitem o enfrentamento das demandas contemporâneas da administração pública. A complexidade crescente das atividades estatais, aliada à incorporação de novas tecnologias e modelos de gestão orientados por resultados, exige profissionais aptos a atuar no planejamento, na execução e na avaliação de políticas, programas e projetos públicos.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública fundamenta-se nos princípios do Campo de Públicas, compreendido como área acadêmica e profissional que congrega cursos voltados à Administração Pública, Políticas Públicas, Gestão Social e áreas correlatas, cuja formação distingue-se da administração empresarial por orientar-se pelos princípios republicanos, democráticos, da participação social e da supremacia do interesse público, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas pela Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014.

O Campus Bonfim do iniciou a oferta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública no segundo semestre letivo de 2024. A primeira turma contou com o ingresso de 35 (trinta e cinco) estudantes. Até o momento da reformulação deste Projeto Pedagógico de Curso, registram-se 25 (vinte e cinco) estudantes regularmente matriculados, 7 (sete) evasões, 1 (um) cancelamento de matrícula, 1 (uma) transferência interna para o Campus Boa Vista Zona Oeste (CBVZO) e 1 (um) trancamento de matrícula. Esses indicadores acadêmicos vêm sendo acompanhados pela Coordenação do Curso, pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), pelo Colegiado do Curso e pelos setores de apoio pedagógico, constituindo importantes evidências para a avaliação da trajetória acadêmica da primeira turma e para a identificação de oportunidades de aperfeiçoamento da organização didático-pedagógica do curso. Nesse contexto, a presente reformulação do Projeto Pedagógico do Curso representa uma ação estratégica de melhoria contínua, incorporando os resultados das avaliações institucionais, das experiências acadêmicas acumuladas desde a implantação do curso, das atualizações normativas e das demandas da administração pública e do desenvolvimento regional. A aprovação desta reformulação constitui condição essencial para a abertura da segunda turma no semestre letivo de 2026.2, assegurando que a nova oferta ocorra com uma proposta curricular atualizada, alinhada às Diretrizes Curriculares Nacionais, às normativas vigentes para a modalidade semipresencial, aos referenciais de qualidade do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e aos critérios de avaliação do Ministério da Educação, fortalecendo a qualidade da formação e a consolidação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública no âmbito do Campus Bonfim.

A presente reformulação do Projeto Pedagógico do Curso decorre da necessidade de atualização curricular e pedagógica, em consonância com a legislação educacional vigente, as Diretrizes Curriculares Nacionais, o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRR, as normativas institucionais e as demandas contemporâneas da formação em Gestão Pública.

Além da adequação normativa, o processo de revisão foi conduzido pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), em articulação com o Colegiado do Curso e a equipe pedagógica, mediante análise da organização curricular, do perfil profissional do egresso, da coerência entre competências, metodologias de ensino, estratégias de avaliação da aprendizagem e aderência da matriz curricular às necessidades do mundo do trabalho, às transformações da administração pública e às especificidades socioeconômicas da região de abrangência do Campus Bonfim.

A reformulação também considerou as contribuições provenientes dos processos institucionais de autoavaliação conduzidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), naquilo que se refere às informações institucionais disponíveis, bem como as experiências acumuladas pela coordenação do curso, pelo corpo docente, pelos setores acadêmicos e administrativos e pelas discussões realizadas no âmbito do NDE e do Colegiado do Curso.

No momento da elaboração deste Projeto Pedagógico, o sistema institucional utilizado para consolidação dos dados da autoavaliação não disponibiliza relatórios desagregados por curso que permitam a extração de indicadores específicos relativos às percepções do corpo discente. Dessa forma, a atualização curricular fundamentou-se nas informações institucionais disponíveis, nas avaliações acadêmicas internas, nas discussões promovidas pelo NDE e pelo Colegiado do Curso, na análise das demandas da comunidade acadêmica e nas necessidades identificadas no contexto regional.

Entre as principais melhorias implementadas nesta reformulação destacam-se a atualização da matriz curricular; o fortalecimento da formação por competências; a ampliação da integração entre ensino, pesquisa e extensão; a consolidação da curricularização da extensão; a incorporação de metodologias ativas e de tecnologias educacionais; a atualização das ementas e bibliografias; o fortalecimento da articulação entre teoria e prática; a adequação dos componentes curriculares às transformações da gestão pública contemporânea; e o aprimoramento dos mecanismos de acompanhamento da aprendizagem, da permanência e do êxito estudantil.

O Núcleo Docente Estruturante continuará acompanhando sistematicamente a implementação deste PPC, promovendo sua avaliação periódica e propondo revisões sempre que necessárias, considerando a evolução da legislação educacional, as demandas da sociedade, os resultados das avaliações institucionais disponíveis e os indicadores acadêmicos produzidos pela instituição.

Destaca-se, ainda, que a oferta do curso no Campus Bonfim está respaldada em consulta pública realizada junto à comunidade local, a qual evidenciou demanda significativa pela formação em Gestão Pública, justificando a adequação da oferta formativa às necessidades regionais. Tal iniciativa reforça o compromisso institucional com a participação social, com o planejamento participativo e com a oferta de cursos alinhados às demandas do território.

A implantação e a permanente atualização do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública fortalecem a política de verticalização da educação profissional e tecnológica no âmbito do Campus Bonfim, ao ampliar o itinerário formativo dos estudantes e possibilitar a continuidade dos estudos após a conclusão dos cursos técnicos ofertados pela unidade. Nesse contexto, o curso articula-se especialmente com o Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio e com o Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio, consolidando uma trajetória formativa que favorece a progressão acadêmica, o desenvolvimento de competências profissionais em níveis crescentes de complexidade e a permanência dos estudantes na Rede Federal. Além de ampliar o acesso à educação superior pública e gratuita na região, o curso promove a formação de profissionais aptos a atuar nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta das esferas federal, estadual e municipal, bem como em organizações da sociedade civil, instituições privadas prestadoras de serviços públicos, centros de pesquisa e instituições de ensino, conforme previsto no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

A adoção da modalidade semipresencial justifica-se pelas especificidades territoriais e logísticas do município de Bonfim, cuja extensa área territorial e abrangência regional impõem desafios significativos de deslocamento e acesso à educação superior. A presença de estudantes oriundos de comunidades indígenas, áreas rurais e municípios vizinhos reforça a necessidade de organização didático-pedagógica flexível, sem prejuízo da qualidade da formação. Nessa perspectiva, a modalidade semipresencial, em conformidade com o Decreto nº 12.456/2025 e com as normativas aplicáveis à educação superior, integra atividades presenciais indispensáveis à formação acadêmica com atividades mediadas por tecnologias digitais, ampliando o acesso, favorecendo a permanência estudantil, reduzindo barreiras geográficas e fortalecendo a inovação pedagógica, em consonância com os processos de transformação digital da administração pública.

Dessa forma, a oferta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública consolida-se como estratégia institucional voltada à qualificação de profissionais habilitados a contribuir com o fortalecimento da gestão pública, com a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade e com a promoção do desenvolvimento socioeconômico regional, em consonância com os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e interesse público.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Formar profissionais para atuar na gestão pública, no planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, programas, projetos e processos administrativos, de forma ética, crítica, inovadora e comprometida com o interesse público, considerando as especificidades do contexto amazônico e fronteiriço, as demandas do desenvolvimento regional e a utilização de tecnologias digitais voltadas ao aprimoramento da gestão e da qualidade dos serviços públicos.

3.2 Objetivos Específicos

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública tem como objetivos específicos:

I – desenvolver competências para compreender a organização, o funcionamento e a dinâmica da Administração Pública, sob uma perspectiva sistêmica, integrada e orientada pelos princípios constitucionais da administração pública;

II – capacitar o estudante para planejar, executar, monitorar e avaliar políticas públicas, programas, projetos e processos administrativos, utilizando instrumentos e metodologias contemporâneas de gestão orientadas para resultados;

III – desenvolver competências para gerir recursos públicos financeiros, orçamentários, patrimoniais, humanos, materiais e tecnológicos, com observância dos princípios da legalidade, eficiência, transparência, sustentabilidade e responsabilidade na gestão pública;

IV – promover o domínio de tecnologias digitais, sistemas de informação e ferramentas de inovação aplicadas à modernização da administração pública, à transformação digital dos serviços públicos e ao aprimoramento dos processos organizacionais;

V – desenvolver competências relacionadas à gestão de pessoas, à liderança, ao trabalho em equipe, à comunicação institucional, à mediação de conflitos e à tomada de decisão, pautadas na ética, na participação social e na valorização do interesse público;

VI – compreender os processos de contratação pública, governança, integridade, controle interno, gestão de riscos e prestação de contas, considerando a legislação vigente e as tendências contemporâneas da gestão pública;

VII – estimular a capacidade de análise crítica, investigação, resolução de problemas e proposição de soluções inovadoras para os desafios da administração pública, articulando conhecimentos científicos, tecnológicos e experiências práticas;

VIII – promover a formação de profissionais comprometidos com a cidadania, a inclusão social, a diversidade, a sustentabilidade, os direitos humanos, a transparência pública e o fortalecimento da gestão democrática;

IX – qualificar profissionais para atuar de forma integrada às demandas dos municípios da região amazônica e de fronteira, contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas, da governança territorial e do desenvolvimento regional sustentável.

4 REGIME LETIVO

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, vinculado ao Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios, será ofertado na modalidade semipresencial, observando a legislação educacional vigente, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Superior, o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST) e as normativas institucionais aplicáveis.

O curso possui regime letivo semestral, com organização curricular estruturada em 05 (cinco) semestres letivos, totalizando carga horária de 1.600 (mil e seiscentas) horas. Será ofertada uma turma anualmente. A matriz curricular foi concebida de modo a assegurar a formação integral do estudante,

promovendo o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes necessárias ao exercício profissional na área da Gestão Pública, em consonância com as demandas contemporâneas da administração pública e do desenvolvimento regional.

A duração mínima prevista para a integralização curricular é de 02 (dois) anos e 06 (seis) meses, correspondentes aos cinco semestres letivos de oferta regular do curso, enquanto o prazo máximo para conclusão será de 04 (quatro) anos, observadas as disposições previstas na legislação educacional e nos regulamentos institucionais vigentes.

Ao estudante que concluir com êxito todos os componentes curriculares, atividades acadêmicas e demais requisitos previstos neste Projeto Pedagógico de Curso será conferido o título de Tecnólogo(a) em Gestão Pública.

5 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

O ingresso no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública é destinado aos candidatos que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente, observado o disposto na legislação educacional vigente e nas normas institucionais do Instituto Federal de Roraima (IFRR).

O acesso ao curso ocorrerá, prioritariamente, por meio de processo seletivo público, disciplinado por edital específico, no qual serão estabelecidos os critérios, procedimentos, requisitos, cronograma e demais condições para ingresso, em conformidade com a legislação aplicável e com as políticas institucionais de acesso à educação superior.

Além do processo seletivo regular, o ingresso no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública poderá ocorrer, observada a legislação educacional vigente e as normas institucionais do IFRR, por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU), transferência interna, transferência externa, reingresso, reopção de curso, ingresso de portadores de diploma de curso superior e programas de mobilidade acadêmica decorrentes de intercâmbios ou convênios institucionais. A oferta dessas modalidades de ingresso será deliberada pelo Colegiado do Curso, considerando o planejamento acadêmico, a existência de vagas, a capacidade instalada do Campus Bonfim, a disponibilidade de ambientes de ensino e aprendizagem, laboratórios, recursos tecnológicos, quadro de pessoal e a adequada relação entre docentes e estudantes, de forma a assegurar a qualidade do processo formativo.

O curso será ofertado anualmente, com previsão de abertura de uma turma por ano, podendo funcionar nos turnos vespertino ou noturno, conforme o planejamento institucional. Em observância ao disposto no art. 25 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e considerando a capacidade instalada do Campus Bonfim e as condições acadêmicas e administrativas necessárias ao desenvolvimento das atividades de ensino, serão ofertadas até 35 (trinta e cinco) vagas anuais.

As políticas de acesso observarão os princípios da legalidade, da impessoalidade, da publicidade, da transparência, da equidade e da inclusão, assegurando igualdade de oportunidades aos candidatos, bem como o cumprimento das políticas públicas de ações afirmativas e reserva de vagas previstas na legislação vigente.

6 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

O Tecnólogo em Gestão Pública é um profissional de nível superior detentor de conhecimentos e habilidades administrativas, econômicas e sociais e estará apto a: diagnosticar o cenário político, econômico, social e legal na totalidade da gestão pública; desenvolver e aplicar inovações científico-tecnológicas nos processos de gestão pública; planejar, implantar, supervisionar e avaliar projetos e programas de políticas públicas voltados para o desenvolvimento local e regional; aplicar metodologias inovadoras de gestão, baseadas nos princípios da administração pública, legislação vigente, tecnologias gerenciais, aspectos ambientais e ética profissional; planejar e implantar ações vinculadas à prestação de serviços públicos que se relacionam aos setores e segmentos dos processos de gestão; e avaliar e emitir parecer técnico em sua área de formação.

O profissional Tecnólogo em Gestão Pública poderá atuar em empresas de planejamento, de desenvolvimento de projetos, de assessoramento técnico e consultoria; organizações privadas prestadoras de serviço público; organizações sem fins lucrativos; órgãos públicos; institutos e centros de pesquisa; e instituições de ensino, mediante formação requerida pela legislação vigente. Portanto, o profissional estará apto a

desenvolver suas atividades tanto na área pública, em todas as esferas, como em instituições privadas que demandem profissionais da área.

7 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública observa as determinações legais presentes no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST) e na Resolução CNE/CP nº 1 de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, e ainda, nas diretrizes definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRR e na Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O curso está organizado em 05 (cinco) semestres, com uma carga horária de 1.600 (mil e seiscentas) horas para componentes curriculares obrigatórios e duração de 2 anos e meio. Dispõe de 180 (cento e oitenta) horas destinadas à curricularização da extensão, a qual será ofertada por meio de componente curricular específico. Convém destacar que a hora-relógio e hora-aula no curso são equivalentes a 60 (sessenta) minutos. A estrutura curricular do curso está organizada em semestres letivos, com a finalidade de orientar o percurso formativo do estudante, subsidiar o planejamento acadêmico e a oferta institucional dos componentes curriculares. A matrícula é realizada por componente curricular, observadas as disposições da Organização Didática e do Projeto Pedagógico do Curso. Dessa forma, a distribuição dos componentes curriculares por semestre possui caráter exclusivamente orientativo, não caracterizando regime seriado/modular, matrícula por bloco semestral ou sequência obrigatória de integralização, preservando-se a flexibilidade curricular e a autonomia do estudante na construção de seu percurso formativo, respeitados os pré-requisitos, correquisitos e demais critérios estabelecidos.

A organização didático-pedagógica do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública foi concebida a partir de critérios acadêmicos, pedagógicos e metodológicos que asseguram a integração entre atividades presenciais e atividades a distância, observando as competências profissionais previstas para o perfil do egresso, a natureza epistemológica dos componentes curriculares, os objetivos de aprendizagem, as metodologias de ensino e os referenciais de qualidade estabelecidos para a modalidade semipresencial.

A dinâmica acadêmica do curso será organizada em cinco dias letivos semanais, sendo três dias destinados ao desenvolvimento de atividades presenciais e dois dias destinados ao desenvolvimento de atividades assíncronas realizadas na modalidade a distância, desenvolvidas mediante mediação pedagógica por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA Moodle) e das demais tecnologias digitais institucionais. Essa organização proporciona equilíbrio entre a necessária flexibilidade inerente à modalidade semipresencial e a intensificação das experiências formativas presenciais, assegurando acompanhamento contínuo do estudante e efetiva articulação entre os diferentes ambientes de aprendizagem.

A definição da carga horária presencial e da carga horária a distância não decorre de distribuição uniforme entre os componentes curriculares, mas de planejamento pedagógico fundamentado na natureza formativa de cada unidade curricular e nas competências profissionais que se pretende desenvolver ao longo do itinerário formativo. Assim, a matriz curricular foi estruturada considerando o nível de complexidade cognitiva, procedimental e atitudinal requerido em cada componente, a progressão das aprendizagens, a integração entre teoria e prática e a articulação entre ensino, pesquisa, extensão, inovação e prática profissional.

As atividades desenvolvidas na modalidade a distância priorizam situações de aprendizagem compatíveis com processos de estudo autônomo, pesquisa científica, leitura e interpretação de textos técnicos e normativos, análise de documentos oficiais, resolução de problemas, elaboração de pareceres, estudos dirigidos, produção de textos acadêmicos, fóruns de discussão, desenvolvimento de projetos, atividades colaborativas em ambiente virtual e utilização de recursos educacionais digitais, favorecendo a autonomia intelectual, a aprendizagem significativa, o pensamento crítico e a construção progressiva das competências previstas para o Tecnólogo em Gestão Pública.

Por sua vez, as atividades presenciais concentram os processos formativos que demandam maior interação entre docentes e estudantes, desenvolvimento de competências profissionais complexas, mediação pedagógica intensiva e construção coletiva do conhecimento. Nesses momentos serão priorizadas metodologias

ativas, tais como estudos de caso, simulações de processos administrativos, resolução de problemas, oficinas, seminários, práticas profissionais, projetos integradores, atividades extensionistas, visitas técnicas, debates, apresentações orais, atividades colaborativas, avaliações presenciais e demais estratégias que favoreçam a integração entre conhecimentos teóricos e sua aplicação em contextos reais ou simulados da administração pública.

Essa organização evidencia que a distribuição da carga horária entre atividades presenciais e atividades a distância constitui decisão eminentemente pedagógica, orientada pela necessidade de assegurar coerência entre o perfil profissional do egresso, os objetivos do curso, as competências específicas de cada componente curricular, os resultados de aprendizagem esperados e as metodologias adotadas, garantindo progressão formativa, interdisciplinaridade, contextualização das aprendizagens e fortalecimento da relação entre teoria e prática.

A distribuição detalhada da carga horária presencial e da carga horária a distância em cada componente curricular, apresentada na matriz curricular deste Projeto Pedagógico de Curso, demonstra que os componentes de natureza predominantemente conceitual e analítica apresentam maior potencial para o desenvolvimento de atividades mediadas por tecnologias digitais, enquanto os componentes que envolvem práticas supervisionadas, tomada de decisão, simulações, resolução de situações-problema, atividades colaborativas, prática profissional e processos avaliativos concentram maior percentual de carga horária presencial, assegurando aderência às especificidades da formação em Gestão Pública.

Dessa forma, a organização acadêmica do curso promove a utilização qualificada das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação sem comprometer a centralidade da interação pedagógica presencial, fortalecendo a formação por competências, a autonomia do estudante, a inovação metodológica, a aprendizagem significativa e a qualidade do processo formativo, em plena consonância com o Decreto nº 12.456/2025, com as Diretrizes Curriculares Nacionais, com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, com o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRR e com os referenciais de qualidade adotados pelo Ministério da Educação para a avaliação e o reconhecimento de cursos superiores.

Em conformidade com o art. 11 do Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, a organização curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública foi estruturada de modo a assegurar o pleno atendimento aos requisitos legais aplicáveis à oferta de cursos superiores na modalidade semipresencial. Considerando que o inciso II do referido artigo estabelece que, no mínimo, 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso deverá ser desenvolvida por meio de atividades presenciais ou síncronas mediadas, o curso adota a opção pedagógica de integralizar integralmente esse percentual por meio de atividades presenciais, conforme faculta expressamente a legislação vigente.

Essa definição fundamenta-se na compreensão de que a formação do Tecnólogo em Gestão Pública requer elevado nível de interação entre docentes e estudantes, desenvolvimento de atividades práticas, colaborativas e integradoras, fortalecimento das competências profissionais, acompanhamento pedagógico mais próximo e ampliação dos espaços de aprendizagem presencial, favorecendo a articulação entre teoria e prática, a construção coletiva do conhecimento e o desenvolvimento das competências previstas no perfil profissional do egresso.

A organização didático-pedagógica do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública está estruturada em um sistema integrado de acompanhamento acadêmico e mediação pedagógica, concebido para assegurar a articulação entre as atividades presenciais e as atividades desenvolvidas a distância, garantindo unidade formativa, continuidade do processo educativo, qualidade da aprendizagem e desenvolvimento das competências profissionais previstas no perfil do egresso.

Na modalidade semipresencial, a mediação pedagógica constitui elemento estruturante do processo de ensino e aprendizagem, sendo desenvolvida pelo docente responsável por cada componente curricular, que atua como orientador, facilitador e avaliador da aprendizagem, promovendo a integração entre os diferentes ambientes educativos, a articulação entre teoria e prática, a aprendizagem colaborativa, a resolução de problemas e o desenvolvimento progressivo das competências técnicas, científicas, éticas e socioemocionais inerentes à formação do Tecnólogo em Gestão Pública.

As atividades acadêmicas desenvolvem-se de forma integrada entre os encontros presenciais e as atividades mediadas por Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), utilizando,

prioritariamente, o Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle (AVA Moodle) e o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), que constituem os principais ambientes institucionais de apoio ao ensino, possibilitando a disponibilização de materiais didáticos, realização de atividades acadêmicas, comunicação entre docentes e estudantes, acompanhamento do desempenho, registros acadêmicos e monitoramento permanente do processo educativo.

O acompanhamento da aprendizagem ocorre de forma contínua, diagnóstica, formativa e processual, fundamentado em evidências produzidas durante todo o percurso formativo. Para esse acompanhamento, o docente utiliza indicadores acadêmicos disponibilizados pelos ambientes virtuais, tais como frequência de acesso ao AVA, participação em fóruns e atividades colaborativas, realização e entrega das atividades propostas, cumprimento dos cronogramas, desempenho nas avaliações, evolução da aprendizagem, frequência às atividades presenciais e participação nas diferentes estratégias metodológicas previstas no Plano de Ensino.

Os dados produzidos pelos ambientes digitais subsidiam intervenções pedagógicas contínuas, permitindo ao docente acompanhar individualmente o desenvolvimento dos estudantes, oferecer feedbacks formativos tempestivos, realizar orientações acadêmicas individualizadas e coletivas, esclarecer dúvidas, propor atividades de recuperação da aprendizagem e replanejar estratégias metodológicas sempre que necessário, assegurando coerência entre os objetivos de aprendizagem, as competências profissionais e os resultados esperados para cada componente curricular.

O atendimento acadêmico aos estudantes ocorre de forma permanente por meio de encontros presenciais, fóruns de discussão, mensagens institucionais, webconferências, atividades de orientação acadêmica e horários específicos de atendimento docente previamente divulgados, assegurando acessibilidade, interação qualificada, acompanhamento sistemático e fortalecimento do vínculo entre estudantes e instituição.

Como estratégia de permanência e êxito, o curso desenvolve mecanismos de identificação precoce de estudantes com dificuldades de aprendizagem, baixo rendimento acadêmico, reduzida participação nas atividades presenciais ou a distância e possíveis situações de evasão. Identificadas essas situações, o docente realiza intervenção pedagógica imediata, estabelecendo contato com o estudante por meio dos canais institucionais, propondo estratégias de recuperação da aprendizagem, reorganização dos estudos e acompanhamento individualizado. Quando necessário, os casos são encaminhados à Coordenação do Curso, que articula ações conjuntas com a Coordenação Pedagógica (COPED), Coordenação de Assistência Estudantil (CAES), Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CAPNE) e demais setores institucionais, promovendo atendimento integrado às necessidades acadêmicas, pedagógicas, psicossociais e de acessibilidade.

Considerando as especificidades territoriais do município de Bonfim e de sua área de abrangência, caracterizada pela presença de comunidades rurais, indígenas e localidades de difícil acesso, a organização didático-pedagógica incorpora estratégias que favorecem a inclusão digital, a equidade educacional e a permanência estudantil. Para tanto, adota planejamento antecipado das atividades, disponibilização prévia dos materiais didáticos no Ambiente Virtual de Aprendizagem, utilização de recursos digitais compatíveis com diferentes condições de conectividade, organização predominante de atividades assíncronas, produção de materiais acessíveis e adoção de práticas pedagógicas fundamentadas nos princípios da acessibilidade, da inclusão e do desenho universal para a aprendizagem, observadas as normativas institucionais e a legislação vigente.

Os encontros presenciais concentram as atividades que exigem maior interação entre docentes e estudantes, desenvolvimento de competências profissionais, práticas integradoras e processos avaliativos presenciais, contemplando aulas dialogadas, estudos de caso, oficinas, seminários, práticas profissionais, projetos integradores, atividades de curricularização da extensão, apresentações de trabalhos, avaliações e demais metodologias ativas compatíveis com a natureza epistemológica dos componentes curriculares. As atividades desenvolvidas a distância, predominantemente assíncronas, destinam-se ao aprofundamento dos estudos, leitura orientada, pesquisas, resolução de problemas, produção acadêmica, desenvolvimento de projetos, análise de documentos públicos, estudos dirigidos e consolidação das aprendizagens, mantendo permanente articulação com os objetivos de aprendizagem estabelecidos nos respectivos Planos de Ensino.

O acompanhamento institucional da oferta semipresencial é realizado de forma sistemática pela Coordenação do Curso, em articulação com o Núcleo Docente Estruturante (NDE), o Colegiado do Curso, a

Coordenação Pedagógica e os demais setores acadêmicos, mediante análise periódica de indicadores de desempenho acadêmico, frequência, participação nas atividades presenciais e no Ambiente Virtual de Aprendizagem, rendimento, aprovação, retenção, evasão, integralização curricular e permanência estudantil. Os resultados dessas análises subsidiam decisões acadêmicas relativas ao aperfeiçoamento das metodologias de ensino, atualização dos materiais didáticos, revisão dos planos de ensino, fortalecimento das estratégias de acompanhamento da aprendizagem e atualização permanente deste Projeto Pedagógico de Curso.

A qualidade da oferta semipresencial é monitorada continuamente mediante a utilização de indicadores institucionais, dos resultados da autoavaliação conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), dos relatórios acadêmicos emitidos pelo Moodle e pelo SUAP, das avaliações dos componentes curriculares, das análises realizadas pelo Núcleo Docente Estruturante, pelo Colegiado do Curso, pela Coordenação do Curso e dos registros das reuniões pedagógicas. Essas informações constituem evidências institucionais utilizadas no planejamento, monitoramento e melhoria contínua do curso, assegurando sua permanente aderência às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao Decreto nº 12.456/2025, às normas institucionais do IFRR, aos referenciais de qualidade da educação superior estabelecidos pelo Ministério da Educação e às demandas contemporâneas da formação em Gestão Pública.

A opção institucional também considera as características socioeconômicas, territoriais e culturais da região de abrangência do Campus Bonfim, marcada pela presença de comunidades rurais, indígenas e de fronteira, bem como as especificidades da formação em Gestão Pública, que demanda vivências acadêmicas presenciais relacionadas à prática profissional, à curricularização da extensão, às atividades integradoras, aos estudos de caso, às simulações de processos administrativos, às visitas técnicas e às demais experiências formativas que exigem interação direta entre estudantes, docentes e comunidade.

Em decorrência dessa concepção pedagógica, a Matriz Curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública foi estruturada com 57,5% (cinquenta e sete vírgula cinco por cento) da carga horária total desenvolvida em atividades presenciais, percentual superior ao mínimo estabelecido na legislação, e 42,5% (quarenta e dois vírgula cinco por cento) da carga horária total desenvolvida por meio de atividades a distância assíncronas, assegurando adequada integração entre os diferentes ambientes de aprendizagem, a utilização qualificada das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, a efetiva mediação pedagógica pelos docentes, a articulação entre ensino, pesquisa, extensão e prática profissional e o desenvolvimento das competências técnicas, gerenciais, éticas e socioemocionais requeridas para o exercício da Gestão Pública.

A carga horária destinada aos componentes curriculares eletivos corresponde a 120 (cento e vinte) horas, distribuídas em 03 (três) componentes curriculares de 40 (quarenta) horas cada, cuja integralização é obrigatória para conclusão do curso. Os componentes eletivos serão ofertados, preferencialmente, no 3º, 4º e 5º semestres, permitindo ao estudante escolher, em cada período letivo, um componente dentre aqueles disponibilizados pela instituição. Essa organização curricular evidencia o compromisso institucional com a qualidade da formação, a permanência e o êxito dos estudantes, a inovação pedagógica e a melhoria contínua do processo de ensino e aprendizagem, garantindo plena aderência às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, ao Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRR e aos referenciais de qualidade adotados pelo Ministério da Educação para avaliação e reconhecimento de cursos superiores.

A matriz curricular prevê 10 (dez) componentes curriculares eletivos, a saber: Business Intelligence com Power BI no Setor Público; Povos Indígenas, Gestão e Diversidade Étnica; Gênero, Sexualidade e Políticas Públicas; Legislação Ambiental; Língua Brasileira de Sinais (Libras); Língua Espanhola Instrumental; Língua Inglesa Instrumental; Neurodiversidades, Acessibilidades e Sociedade; Políticas Públicas Aplicadas aos Sistemas Agroambientais; e Tópicos Especiais em Gestão Pública. A composição desse conjunto de componentes curriculares busca ampliar e complementar a formação do Tecnólogo em Gestão Pública, contemplando competências relacionadas à transformação digital da administração pública, governança baseada em dados, inclusão social, acessibilidade, diversidade, direitos humanos, relações étnico-raciais, sustentabilidade, gestão ambiental, internacionalização, comunicação intercultural, desenvolvimento regional e formulação de políticas públicas voltadas às especificidades amazônicas, fronteiriças, indígenas e rurais, características do território de inserção do Campus Bonfim.

A definição do conjunto de componentes curriculares eletivos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública decorre de opção pedagógica intencional, fundamentada nas Diretrizes Curriculares Nacionais

para os Cursos Superiores de Tecnologia, instituídas pela Resolução CNE/CP nº 3, de 18 de dezembro de 2002, nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, estabelecidas pela Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e nas especificidades sociais, econômicas, culturais, ambientais e institucionais da região de abrangência do Campus Bonfim.

Os componentes eletivos foram concebidos para ampliar a flexibilização curricular e possibilitar percursos formativos diversificados, assegurando ao estudante oportunidades de aprofundamento em temas contemporâneos, estratégicos e complementares à formação básica do Tecnólogo em Gestão Pública. Sua organização fortalece a integração entre ensino, pesquisa, extensão e inovação, amplia a interdisciplinaridade da matriz curricular e favorece o desenvolvimento progressivo das competências técnicas, gerenciais, analíticas, éticas e socioemocionais previstas para o perfil profissional do egresso.

O componente Business Intelligence com Power BI no Setor Público responde às transformações decorrentes da governança digital, da inteligência de dados e da administração pública orientada por evidências, desenvolvendo competências relacionadas à análise de dados, elaboração de indicadores, monitoramento de políticas públicas, transparência, prestação de contas e apoio à tomada de decisões estratégicas na gestão pública.

O componente Povos Indígenas, Gestão e Diversidade Étnica justifica-se pelas características territoriais do estado de Roraima e do município de Bonfim, que possuem significativa população indígena e intensa relação intercultural. A disciplina possibilita compreender os direitos dos povos indígenas, a diversidade étnica, a gestão pública intercultural, as políticas públicas específicas e os mecanismos de participação social, qualificando o futuro gestor público para atuar em contextos marcados pela pluralidade cultural e pelo respeito aos direitos coletivos.

O componente Gênero, Sexualidade e Políticas Públicas amplia a compreensão acerca das desigualdades sociais, da equidade de gênero, da diversidade sexual e dos direitos humanos, contribuindo para a elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas inclusivas, em consonância com os princípios constitucionais da igualdade, da dignidade da pessoa humana e da não discriminação. O componente Legislação Ambiental proporciona aprofundamento dos instrumentos jurídicos que orientam a proteção ambiental, o licenciamento, o controle ambiental e a atuação da administração pública na promoção do desenvolvimento sustentável, fortalecendo competências relacionadas à governança ambiental e à segurança jurídica das decisões administrativas.

O componente Língua Brasileira de Sinais (Libras) fortalece a formação dos estudantes para atuação em uma gestão pública inclusiva, promovendo conhecimentos básicos sobre comunicação com pessoas surdas, acessibilidade linguística, atendimento ao cidadão e efetivação dos direitos das pessoas com deficiência, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços públicos.

Os componentes Língua Espanhola Instrumental e Língua Inglesa Instrumental atendem às demandas de internacionalização da administração pública, da cooperação internacional, da integração fronteiriça e do acesso à produção técnico-científica internacional. No contexto do Campus Bonfim, localizado na fronteira Brasil–Guiana, esses componentes assumem especial relevância ao favorecer a comunicação intercultural, a cooperação transfronteiriça e a atuação em programas, projetos e políticas públicas desenvolvidos em ambientes multilíngues.

O componente Neurodiversidades, Acessibilidades e Sociedade amplia a formação em inclusão social, acessibilidade, desenho universal, direitos das pessoas com deficiência e atendimento às necessidades específicas, preparando o futuro gestor público para formular e implementar políticas públicas orientadas à promoção da equidade, da cidadania e da inclusão.

O componente Políticas Públicas Aplicadas aos Sistemas Agroambientais dialoga diretamente com as características econômicas e ambientais do estado de Roraima, promovendo a compreensão das políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento rural, à agricultura familiar, aos sistemas agroambientais, à sustentabilidade, à segurança alimentar e à gestão integrada dos recursos naturais, fortalecendo a atuação do gestor público em territórios amazônicos e rurais.

Por sua vez, o componente Tópicos Especiais em Gestão Pública assegura flexibilidade acadêmica

para incorporar temas emergentes, inovações legislativas, transformações institucionais, novas tecnologias, experiências exitosas de gestão pública e questões contemporâneas que venham a impactar a administração pública, permitindo a permanente atualização curricular do curso sem necessidade de reformulações estruturais da matriz.

Em conjunto, esses componentes curriculares eletivos reforçam a identidade formativa do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública ao integrarem inovação tecnológica, inclusão social, diversidade, sustentabilidade, internacionalização, governança pública e desenvolvimento regional. Essa organização curricular amplia as possibilidades de construção de percursos formativos individualizados, fortalece a contextualização das aprendizagens às demandas do território e contribui para a formação de profissionais capazes de atuar de forma ética, crítica, inovadora e comprometida com a melhoria da gestão pública e com o desenvolvimento sustentável da Amazônia e da região de fronteira onde se insere o Campus Bonfim.

A oferta dos componentes curriculares eletivos ocorrerá de acordo com o planejamento acadêmico institucional, a disponibilidade do corpo docente, a infraestrutura disponível e as demandas formativas identificadas pelo curso, sendo definida, semestralmente, por deliberação do Colegiado do Curso, antes do período de matrícula. Caberá ao Colegiado estabelecer os componentes curriculares eletivos que serão ofertados em cada semestre letivo, observando a pertinência pedagógica, a atualização curricular, o perfil do egresso, as necessidades da comunidade acadêmica e as demandas do desenvolvimento regional. Após a deliberação do Colegiado, a Coordenação de Registros Acadêmicos procederá à oferta dos componentes curriculares no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), possibilitando que os estudantes realizem sua matrícula dentre os componentes disponibilizados no respectivo semestre. Cada componente curricular eletivo ofertado será mantido mediante a existência de, no mínimo, 10 (dez) estudantes regularmente matriculados. Não atingido esse quantitativo mínimo, o componente não será ofertado naquele semestre, assegurando-se aos estudantes matriculados a possibilidade de optar por outro componente curricular eletivo dentre aqueles com oferta confirmada, sem prejuízo à sua integralização curricular.

Os componentes curriculares eletivos submetem-se às mesmas normas acadêmicas aplicáveis aos demais componentes da matriz curricular, observando os critérios institucionais de frequência, avaliação da aprendizagem, recuperação, exame final, registro acadêmico e aprovação previstos na Organização Didática do IFRR. A carga horária integralizada nos componentes curriculares eletivos será registrada no histórico escolar do estudante, compondo a carga horária total do curso e contribuindo para o desenvolvimento das competências profissionais previstas neste Projeto Pedagógico. A organização dos componentes curriculares eletivos reafirma o compromisso institucional com uma formação flexível, interdisciplinar, contextualizada e socialmente referenciada, permitindo que o estudante participe ativamente da construção de seu percurso formativo e desenvolva competências alinhadas às transformações da administração pública, às políticas públicas contemporâneas e às demandas do desenvolvimento sustentável da região de Bonfim, do estado de Roraima e da Amazônia brasileira.

As atividades didático-pedagógicas possuem caráter interdisciplinar, multidisciplinar, pluridisciplinar ou transdisciplinar e serão previstas nos planos de ensino dos componentes curriculares do curso, com objetivo de promover a relação teoria e prática, a fim de solidificar a aprendizagem técnica e o enriquecimento sociocultural dos estudantes, por meio de aulas regulares; atividades práticas e visitas técnicas; atividades e/ou eventos (palestras, seminários, mini-cursos, oficinas, painéis, apresentações de trabalhos em feiras, exposições e outros) de cunho científico, cultural, social e esportivo.

7.1 Matriz Curricular

No Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFRR/CAB, conforme demonstra o Quadro 1, a seguir, a matriz curricular está organizada com componentes curriculares com carga horária de 60 (sessenta) e 40 (quarenta) horas, dispondo de hora-aula e hora-relógio correspondente a 60 (sessenta) minutos, de modo a permitir o desenvolvimento da proposta de formação do curso em um tempo didaticamente aproveitável pelos estudantes.

O curso dispõe de 1.600 (mil e seiscentas) horas de carga horária obrigatória, desta, 120 (cento e vinte) horas são destinadas aos componentes curriculares eletivos cuja proposta consiste em possibilitar aos estudantes a construção dos conhecimentos por meio de componentes curriculares complementares e

especializados, agregando uma flexibilidade ao currículo.

Nos semestres III, IV e V serão ofertados componentes curriculares Eletivos, de 40 horas cada, e que compõem o itinerário formativo obrigatório do curso. A cada semestre, antes do período da matrícula, o colegiado do curso deverá indicar a quantidade e quais componentes serão ofertados no semestre. Conforme decisão do colegiado do curso, a Coordenação de Registro Acadêmico, deverá incluir a oferta dos componentes eletivos para a livre escolha, dentre os componentes ofertados, pelos dos estudantes. Os componentes curriculares eletivos devem ser avaliados nos mesmos critérios dos demais componentes, especificados no item 20.1 (vinte ponto um), na avaliação de aprendizagem do estudante.

Diante disso, abaixo é apresentada a Estrutura Curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Campus Bonfim:

Quadro 1: Matriz Curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA							
SEMESTRE	Código	Componentes Curriculares	CH Presencial Téoria	CH Presencial Prática Profissional	CH EaD atividades assíncronas	CH Extensão	CH Total
COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS							
1º	ATDGP	Ambientação em AVA e Tecnologias Digitais na Gestão Pública	40	-	20	-	60
	ESP	Ética no Setor Público	14	-	26	-	40
	FADM	Fundamentos de Administração	20		20	-	40
	FADMP	Fundamentos de Administração Pública	20	4	16	-	40
	FE	Fundamentos de Economia	16	4	20	-	40
	MAF	Matemática Financeira	30	-	10	-	40
	PCO	Português Instrumental e Comunicação Oficial	20	-	20	-	40
Total			160	8	132	-	300
2º	DADM	Direito Administrativo	20	-	20	-	40
	SDAP	Segurança de Dados na Administração Pública	30	-	10	-	40
	EB	Estatística Básica	30	-	10	-	40
	OFP	Orçamento e Finanças Públicas	20	4	16	-	40
	PP	Políticas Públicas	20	4	16	-	40
	MC	Metodologia Científica	20	-	20	-	40
		Curricularização					

	EXTI	da Extensão I	-	-	-	60	60
Total			140	8	92	60	300
3º	CGC	Compras Governamentais e Convênios	20	4	16	-	40
	PUR	Planejamento Urbano e Regional	20	-	20	-	40
	EPN	Estado, Política e Nação	20	-	20	-	40
	PLASP	Patrimônio e Logística Aplicada ao Setor Público	20	4	16	-	40
	TCCI	Trabalho de Conclusão de Curso I	20	-	20	-	40
	ELEI	Eletiva I	20	-	20	-	40
	EXTII	Curricularização da Extensão II	-	-	-	60	60
Total			120	8	112	60	300
4º	CASP	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	30	-	10	-	40
	GDA	Gestão de Documentos e Arquivística	10	4	26	-	40
	GPES	Gestão de Pessoas	20	-	20	-	40
	CMSP	Comunicação e Marketing no Setor Público	20	4	16	-	40
	GT	Gestão Tributária	20	-	20	-	40
	ELEII	Eletiva II	20	-	20	-	40
	EXTIII	Curricularização da Extensão III	-	-	-	60	60
Total			120	8	112	60	300
5º	CO	Comportamento Organizacional	20	-	20	-	40
	CSP	Controles no Setor Público	20	4	16	-	40
	EISP	Empreendedorismo e Inovação no Setor Público	40	-	20	-	60
	GPRO	Gestão de Projetos	20	4	16	-	40
	GEST	Gestão Estratégica	20	-	20	-	40
	ELEIII	Eletiva III	20	-	20	-	40
	TCCII	Trabalho de Conclusão de Curso II	20	-	20	-	40
Total			160	8	132	-	300
COMPONENTES CURRICULARES ELETIVOS							

3º ou 4º ou 5º	BIPB	Business Intelligence com Power BI no Setor Público	20	-	20	-	40
	PIGDE	Povos Indígenas, Gestão e Diversidade Étnica	20	-	20	-	40
	GSPP	Gênero, Sexualidade e Políticas Públicas	20	-	20	-	40
	LA	Legislação Ambiental	20	-	20	-	40
	LBS	Língua Brasileira de Sinais - Libras	20	-	20	-	40
	LE	Língua Espanhola Instrumental	20	-	20	-	40
	LI	Língua Inglesa Instrumental	20	-	20	-	40
	NAS	Neurodiversidades, Acessibilidades e Sociedade	20	-	20	-	40
	PPASA	Políticas Públicas Aplicadas aos Sistemas Agroambientais	20	-	20	-	40
	TEGP	Tópicos Especiais em Gestão Pública	20	-	20	-	40
ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICA-CULTURAIS (AACCs)							
Atividades Acadêmico-científica-culturais (AACCs)			-	-	100	-	100
CARGA HORÁRIA PRESENCIAL TOTAL DO CURSO (57,5%)			700	40		180	920
CARGA HORÁRIA EAD ATIVIDADES ASSÍNCRONAS TOTAL DO CURSO (42,5%)					680		680
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO			700	40	680	180	1600

7.2 Representação Gráfica do Processo Formativo

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

SEMESTRE 1 300 h	SEMESTRE 2 300 h	SEMESTRE 3 300 h	SEMESTRE 4 300 h	SEMESTRE 5 300 h	COMPONENTES ELETIVOS 120h	ATIVIDADES ACADÊMICO- CIENTÍFICO- CULTURAIS 100 h
AMBIENTATÇÃO EM AVIA E TECNOLOGIAS DIGITAIS NA GESTÃO PÚBLICA 60 h	DIREITO ADMINISTRATIVO 40 h	COMPRAS GOVERNAMENTAIS E CONVÊNIOS 40 h	CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO 40 h	COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL 40 h	BUSINESS INTELLIGENCE COM POWER BI NO SETOR PÚBLICO 40 h	ATIVIDADES COMPLEMENTARES 100 h
ÉTICA NO SETOR PÚBLICO 40 h	SEGURANÇA DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 40 h	PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL 40 h	GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVÍSTICA 40 h	CONTROLES NO SETOR PÚBLICO 40 h	POVOS INDÍGENAS, GESTÃO E DIVERSIDADE ÉTNICA 40 h	
FUNDAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO 40 h	ESTATÍSTICA BÁSICA 40 h	ESTADO, POLÍTICA E NÇÃO 40 h	GESTÃO DE PESSOAS 40 h	EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO 60 h	GÊNERO, SEXUALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS 40 h	
FUNDAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 40 h	ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS 40 h	PATRIMÔNIO E LOGÍSTICA APLICADA AO SETOR PÚBLICO 40 h	COMUNICAÇÃO E MARKETING NO SETOR PÚBLICO 40 h	GESTÃO DE PROJETOS 40 h	LEGISLAÇÃO AMBIENTAL 40 h	
FUNDAMENTOS DE ECONOMIA 40 h	POLÍTICAS PÚBLICAS 40 h	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I 40 h	GESTÃO TRIBUTÁRIA 40 h	GESTÃO ESTRATÉGICA 40 h	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS 40 h	
MATEMÁTICA FINANCEIRA 40 h	METODOLOGIA CIENTÍFICA 40 h	ELETIVA I 40 h	ELETIVA II 40 h	ELETIVA III 40 h	LÍNGUA ESPANHOLA INSTRUMENTAL 40 h	
PORTUGUÊS INSTRUMENTAL E COMUNICAÇÃO OFICIAL 40 h	CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO I 60 h	CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO II 60 h	CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO III 60 h	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II 40 h	LÍNGUA INGLESA INSTRUMENTAL 40 h	
					NEURODIVERSIDADES, ACESSIBILIDADES E SOCIEDADE 40 h	
					POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADAS AOS SISTEMAS AGROAMBIENTAIS 40 h	
					TÓPICOS ESPECIAIS EM GESTÃO PÚBLICA 40 h	

7.3 Ementário

COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS

Cód.		Componente Curricular				
ATDGP		Ambientação em AVA e Tecnologias Digitais na Gestão Pública				
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
40h	-	20h	-	60h	60h	I
Ementa						
Conceitos e características da Educação a Distância. Recursos didáticos. Ambientes Virtuais de Ensino-Aprendizagem. Moodle e sistema acadêmico IFRR. Estratégias de aprendizagem a distância baseadas nos princípios de autonomia, interação e cooperação. Orientações e ferramentas para organização dos estudos na modalidade a distância. Noções de informática básica: definição e organização básica de computadores, definição e componentes básicos de hardware, definição e tipos de <i>software</i>. Sistemas Operacionais: fundamentos e funções do sistema operacional, principais sistemas operacionais existentes, gerenciamento de pastas e arquivos. <i>Softwares</i> aplicativos e utilitários: navegadores Web e Sistemas de E-mail, antivírus, compactação de arquivos. Editores de texto: visão geral, digitação e movimentação de texto, criação e salvamento de arquivo, formatação de página, texto e parágrafos, inserção e formatação de marcadores, listas e numeradores. Editores de planilhas: visão geral, criação e salvamento de arquivo, formatação de células, fórmulas e funções, classificação e filtro de dados. Editores de apresentação: visão geral, criação e salvamento de arquivo, modos de exibição de slides, formatação de slides, inserção de imagens, textos, áudios, vídeos, formas e tabelas, inserção e formatação de marcadores, listas e numeradores. Internet e segurança da informação. Sistemas acadêmicos e institucionais. Governo digital.						
Bibliografia Básica						
FIEL FILHO, Alécio; RODRIGUES, Carlos Eduardo; FERREIRA, Maria das Graças; KEPPE, Rosane Segantin. Inovação na gestão pública: cultura, liderança, normas, métodos, tecnologia e aplicação. 1. ed. São Paulo: Sarvier, 2023. GONÇALVES, Daniela Zinn Salvucci. Informática para o trabalho: Windows 7. São Paulo: NT Editora, 2014. MANCINI, Mônica; SOUZA-CONCILIO, Ilana (Orgs.). Sistemas de informação: gestão e tecnologia na era digital. 1. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2022.						
Bibliografia Complementar						
CARVALHO, Eduardo de Oliveira; DIAS, Luiz Carlos.						

Transformação digital e cidades inteligentes: ferramentas para a gestão pública. Brasília: Ipea, 2022.

RUSSELL, Stuart; NORVIG, Peter. **Inteligência artificial: uma abordagem moderna.** 4. ed. Rio de Janeiro: GEN LTC, 2022.

CERUZZI, Paul E. **Uma história da computação moderna.** Tradução de Eliane Lisboa. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

LAUDON, Kenneth Craig; LAUDON, Jane Price. **Sistemas de informação gerenciais: administrando a empresa digital.** 17. ed. São Paulo: Bookman, 2023.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço.** São Paulo: Folha de S.Paulo, 2015.

OLIVEIRA, Fátima Bayma de (Org.). **Tecnologia da informação e da comunicação: a busca de uma visão ampla e estruturada.** São Paulo: Pearson, 2007.

OLIVEIRA, Marcelo Furtado de; LOPES, Rafael Fernandes. **Tecnologias digitais e inovação na gestão pública.** São Paulo: FGV Editora, 2021.

PEREIRA, Lúcia Helena; RODRIGUES, Flávio Soares Corrêa da Silva. **Cidades inteligentes: conceitos, tecnologias e práticas.** São Paulo: Novatec, 2019.

SANT'ANA, Ricardo César Gonçalves. **Tecnologia e gestão pública municipal: mensuração da interação com a sociedade.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

VELLOSO, Fernando de Castro. **Informática: conceitos básicos.** 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

Cód.	Componente Curricular					
ESP	Ética no Setor Público					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
14h	-	26h		40h	40h	I
Ementa						
Ética: conceitos, ética x moral, dilemas éticos contemporâneos. Decretos. (Código de Ética Profissional do Serviço Público). Regime Disciplinar e Processo Administrativo Disciplinar (Improbidade Administrativa): natureza das sanções, abrangência, declaração de bens, procedimento administrativo e processo judicial, prescrição, atos de improbidade administrativa e suas respectivas sanções.						
Bibliografia Básica						
BLANCHET, Luz Alberto. Eficiência e ética na administração pública : anais do seminário internacional realizado no programa de pós-graduação em direito da pontifícia Universidade católica do Paraná. Curitiba: Íthala, 2015. 411 p. ISBN 9788555440182.						
JIMÉNEZ SERRANO, Pablo. Ética e administração pública . Campinas, SP: Alínea, 2010. 202 p. ISBN 9788575164273.						
RODRIGUES, Zita Ana Lago. Ética na Gestão Pública . Curitiba, InterSaber, 2016 (Série Gestão Pública).						
Bibliografia Complementar						
BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos . Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.						
CANDAU, Vera Maria Ferrão; SACAVINO, Susana. Educação em direitos humanos: concepções e metodologias. In: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; DIAS, Adelaide Alves (org.). Direitos humanos na educação superior : subsídios para a educação em direitos humanos na Pedagogia. João Pessoa: UFPB, 2010. p. 113-138.						
CANDAU, Vera Maria Ferrão. A educação em direitos humanos no Brasil: realidade e perspectivas. In: CANDAU, Vera Maria Ferrão; SACAVINO, Susana (org.). Educar em direitos humanos : construir democracia. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 72-99.						
CONRADO, Régias da Silva. Serviços públicos à brasileira : fundamentos jurídicos, definição e aplicação. São Paulo: Saraiva, 2013..						
RIBAS JÚNIOR, Salomão. Corrupção pública e privada : quatro aspectos: ética no serviço público, contratos, financiamento eleitoral e controle. São Paulo: Fórum, 2017.						

Cód.		Componente Curricular				
FADM		Fundamentos de Administração				
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
20h	-	20h	-	40h	40h	I
Ementa						
Conceitos e Histórico da Administração. Teorias em Administração. Abordagens Clássicas: Teoria da Administração Científica, Teoria Administrativa e as Funções e Níveis da Administração, Teoria da Burocracia: limites e aplicações. Abordagens Humanistas e Críticas: Escola das Relações Humanas e Comportamentalista, Experiência e Saber Operário na Crítica de Ivar Oddone a Elton Mayo, Teoria Estruturalista, Teoria de Sistemas, Teoria Contingencial. Autogestão e territorialidade. Pensamento Crítico Brasileiro em Administração: Contribuições de Maurício Tragtenberg, Guerreiro Ramos, Fernando P. Motta e Maria Ester de Freitas. Administração Política e Descolonização do Saber Administrativo. Temas Contemporâneos em Administração: Gênero, Pessoas com Deficiência, Interseccionalidade e Relações Étnico-Raciais.						
Bibliografia Básica						
SANTOS, Elinaldo Leal. Teorias administrativas contemporâneas: diálogos e convivência. 1. ed. São Paulo: Hucitec Editora; Edições UESB, 2016. SANTOS, Reginaldo Souza; GOMES, Fábio Guedes. Outro Modo de Interpretar o Brasil: ensaios de Administração Política. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2017. SOBRAL, Filipe; PECL, Alketa. Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.						
Bibliografia Complementar						
AMORIM, André Luis Marra do; BRÜNING, Camila Brüning. A influência de Maurício Tragtenberg na obra da primeira geração de pesquisadores nos Estudos Organizacionais críticos brasileiros. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 478-492, jul./set. 2015. AZZELLINI, Dario. O movimento autogestionário mundial: uma perspectiva marxista. Marília: Lutas Anticapital, 2023. CAVALCANTI, Maria Fernanda Rios; SILVA, André Luis. Maria Ester de Freitas para além do pioneirismo: crítica e "brasilidade" nos estudos organizacionais. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, e20220266, 2023. CUNHA, Eduardo Vivian da; SOUSA, Washington José de. Administração e indígenas no Brasil: conhecimento e interesse na pesquisa <i>stricto sensu</i>. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 20-34, jan./mar. 2022.						

ODDONE, Ivar; RE, Andrea; BRIANTE, Giorgio. **Experiência operária, consciência de classe e psicologia do trabalho**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2023.

PAES DE PAULA, Ana Paula. **Repensando os Estudos Organizacionais**: Por uma Nova Teoria do Conhecimento. Rio de Janeiro: FGV Editora e FAPEMIG, 2015.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações: reconceituação da riqueza das nações**. Tradução de Francisco G. Heidemann e Ariston Azevedo. Florianópolis: Enunciado Publicações, 2022.

RIBEIRO, Elizabeth Matos; RIBEIRO, Mônica Matos; FONSECA, Francisco César Pinto da. **Administração política**: contribuições para o debate teórico-analítico e empírico da administração contemporânea. Revista de Administração Contemporânea, Maringá, v. 28, n. 5, e240087, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2024240087.por>.

ROSA, Patrícia Rodrigues da; ANDION, Carolina. **(Re)Conhecendo o papel histórico e as contribuições das mulheres cientistas da administração pública brasileira**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, v. 59, n. 1, p. e2024–0194, 2025.

Cód.	Componente Curricular					
FADMP	Fundamentos de Administração Pública					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
20h	4h	16h	-	40h	40h	I
Ementa						
Estudo histórico da estrutura e organização da Administração Pública no Brasil, abordando os princípios administrativos, os entes federativos e a descentralização político-administrativa. Análise das formas de descentralização administrativa, compreendendo administração direta e indireta. Estudo dos principais modelos de Administração Pública — patrimonialista, burocrático, gerencial e político-societal — e suas influências na gestão estatal brasileira. Discussão sobre reformas e contrarreformas do Estado e da Administração Pública no Brasil. Abordagem dos conceitos de governabilidade e governança, suas diferenças, aplicações no setor público e críticas contemporâneas, especialmente quanto às relações entre governança, participação social e democracia.						
Bibliografia Básica						
ARAÚJO, Maria Arlete Duarte de. Gestão pública contemporânea no Brasil. 1. ed. Natal: EDUFRN, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/51042. CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa; SILVA, Mauro Santos. Reformas do estado no Brasil: trajetórias, inovações e desafios. Brasília, DF: CEPAL: Rio de Janeiro: Ipea, 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10364. ELIAS, Leila Márcia Sousa de Lima; FERNANDES, Rosana Pereira. (Org.). Governança no setor público: um olhar sistêmico na Amazônia. Belém: NAEA, 2022. Disponível em: https://www.naea.ufpa.br/index.php/livros-publicacoes/376-governanca-no-setor-publico-um-olhar-sistemico-na-amazonia. SANTOS, Clezio Saldanha dos. Introdução à Gestão Pública. 2. ed. São Paulos: Saraiva, 2015.						
Bibliografia Complementar						
FARIA, José Ricardo Vargas de. A concepção de Estado e a administração pública no Brasil no âmbito do Plano Diretor de Reforma do Estado. <i>Administração Pública e Gestão Social</i>, Viçosa, v. 1, n. 3, p. 140-147, 2017. https://doi.org/10.21118/apgs.v1i3.5144. GURGEL, Claudio Roberto Marques. Para além da reforma do Estado. <i>Administração Pública e Gestão Social</i>, Viçosa, v. 1, n. 3, p. 159-170, 2017. https://doi.org/10.21118/apgs.v1i3.5137						

MISOCZKY, Maria Ceci Araujo; ABDALA, Paulo Ricardo Zilio; DAMBORIARENA, Luiza Araujo. **A trajetória Ininterrupta da Reforma do Aparelho de Estado no Brasil**: Continuidades nos Marcos do Neoliberalismo e do Gerencialismo. *Administração Pública e Gestão Social*, 1(3), 184–193, 2017. <https://doi.org/10.21118/apgs.v1i3.5126>.

PINTO, Juliana de Fátima; SANTOS, Leonardo Tadeus dos. **Administração Pública Brasileira no Século XXI** - Caminhamos para Alguma Reforma?. *Administração Pública e Gestão Social*, 1(3), 205–215, 2017. <https://doi.org/10.21118/apgs.v1i3.5141>.

PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa Elias de. (Org.). **Burocracia e políticas públicas no Brasil**: interseções analíticas. Brasília: Ipea e Enap, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8487>.

REIS, Tiago Siqueira. **Expropriação do funcionalismo público**: o gerencialismo como projeto. *Revista Katalysis*, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 80–89, jan/abr. 2019.

SAUERBRONN, Fernanda Filgueiras. **Governança Pública em Saúde Pós-Reforma Gerencial no Brasil**: Reconciliando Perspectivas para uma Análise Multinível. *Administração Pública e Gestão Social*, 1(3), 148–158, 2017. <https://doi.org/10.21118/apgs.v1i3.5154>.

Cód.		Componente Curricular					
FE		Fundamentos de Economia					
Carga horária (HR*)						Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática		EaD	Extensão	Total		
16h	4h	20h	-	40h	40h	I	
Ementa							
Agentes econômicos e mercado. Sistemas econômicos. Funcionamento do sistema econômico capitalista. Equilíbrio geral. Elasticidade da demanda e oferta. Teoria da produção e custos de produção. Estruturas de mercado. Contabilidade social. O papel do governo na economia. Política econômica. Gastos e dívida pública. Inflação. Balanço de Pagamentos.							
Bibliografia Básica							
CANO, Wilson. Introdução à economia: uma abordagem crítica . 3º ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.							
FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil . 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.							
KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. Introdução à economia . 6. ed. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2023.							
MANKIW, N, Gregory. Introdução a Economia . 4.ed. São Paulo: Learning Cengage, 2019.							
VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. Fundamentos de Economia . 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.							
Bibliografia Complementar							
ANDRADE, Manuel Corrêa de . Geografia Econômica . 2ª ed. São Paulo. Ed Atlas, 1974.							
CHESNAIS, François. A mundialização do capital . São Paulo: Xamã, 1996.							
GREMAUD, Amaury Patrick. Economia Brasileira Contemporânea . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016.							
IZIDORO, Cleyton. Economia e Política . 2. ed. São Paulo: Pearson, 2019.							
LIMA, Gerson. Economia, dinheiro e poder político . 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2021							
PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia . 7. ed. São Paulo: Prentice Hall – Br, 2010.							

Cód.	Componente Curricular					
MAF	Matemática Financeira					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
30h	-	10h	-	40h	40h	I
Ementa						
Razão e proporção. Porcentagem. Regra de três. Aplicações de função afim, exponencial e logarítmica em situações financeiras. Juros simples. Descontos simples. Juros compostos. Descontos compostos. Juros compostos com taxas variáveis. Inflação e correção monetária. Valor atual de um conjunto de capitais. Sequência uniforme de pagamentos. Montante de uma sequência uniforme de depósitos. Sistemas de amortização.						
Bibliografia Básica						
ASSAF NETO, Alexandre. Matemática Financeira e Suas Aplicações . 13. ed. São Paulo: Atlas, 2016.						
IEZZI, G.;HAZZAN, S.; DEGENSZAJN, D.V. Fundamentos de Matemática Elementar : matemática comercial, matemática financeira, estatística descritiva. 2 ed. São Paulo: Atual, 2013.v.11.						
IEZZI, G.;MURAKAMI, C. Fundamentos de Matemática Elementar : Conjuntos, Funções. 9 ed. São Paulo: Atual, 2013.v.1						
Bibliografia Complementar						
BUIAR, Celso Luiz. Matemática financeira . Curitiba: Do Livro Técnico, 2010.						
OLIVEIRA, Gustavo Faria de. Matemática financeira descomplicada : para os cursos de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo: Ed. Atlas, 2013.						
SCHWELL, Simone Leal. Matemática Básica . 3. ed. Santa Catarina: Edifurb, 2012.						
SHITSUKA, Ricardo; SHITSUKA, Dorlivete; SHITSUKA, Caleb David Willy Moreira; SHITSUKA, Rabbith Ive Carolina Moreira. Matemática Aplicada . 1. Ed. São Paulo: Editora Érica, 2014.						
VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. Matemática financeira . 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015						

Cód.	Componente Curricular					
PCO	Português Instrumental e Comunicação Oficial					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
20h	-	20h	-	40h	40h	I
Ementa						
Concepção de linguagem, língua e fala. Aspectos linguísticos e pragmáticos de texto, hipertexto e textualidade. Comunicação, seus elementos e funções. Conceituação básica acerca de morfologia, sintaxe, semântica e estilística. Gêneros textuais. Concepções de leitura e escrita. Uso de ferramentas digitais e não digitais como apoio à produção textual. Estratégias de processamento de texto e hipertexto. Progressão referencial e sequencial. Revisão textual. Ortografia. Prática de leitura e produção textual. Formas de tratamento. Frases e expressões usuais na linguagem técnico-comercial. Redação de documentos oficiais.						
Bibliografia Básica						
AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa . 5. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2021.						
FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. Oficina de Texto . Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.						
MEDEIROS, João Bosco. Português instrumental : contém técnicas de elaboração de trabalho de conclusão de curso (TCC). 10. ed. São Paulo: Atlas, 2020.						
MOURA, Fernando. Curso Completo de Gramática Aplicada ao Texto . 3. ed. Brasília: Editora Gran Cursos, 2013.						
Bibliografia Complementar						
CANO, Márcio Rogério de Oliveira. Língua portuguesa : sujeito, leitura e produção. São Paulo: Blucher, 2018.						
CUNHA, Dad Squarisi; CINTRA, Paulo José. 1001 dicas de português : manual descomplicado. São Paulo: Contexto, 2015.						
GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna : Aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 4.ed. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. 1973.						
KLEIN, Cristina. Minigramática da língua portuguesa: ilustrada . São Paulo: Rideel.						
MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; AREU-TARDELLI, Lília Santos. Resumo . São Paulo: Parábola Editorial, 2004.						
PALADINO, Valquíria da Cunha (Org.). Coesão e coerência textuais . 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2011.						

SAVIOLI, Francisco Platão. **Gramática em 44 Lições**. 23 ed. São Paulo: Editora Ática.1993.

SILVA, Alexsandro; PESSOA, Ana Cláudia; LIMA, Ana. **Ensino de gramática: reflexões sobre a língua portuguesa na escola**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

WEG, Rosana Moraes; JESUS, Virginia Antunes de. **Português na prática: a língua como instrumento**. São Paulo: Contexto, 2011.

Cód.		Componente Curricular				
DADM		Direito Administrativo				
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
20h	-	20h	-	40h	40h	II
Ementa						
Estudo dos aspectos históricos do Direito e dos fundamentos do Direito Administrativo, compreendendo sua origem, objeto, conceito e evolução. Análise da organização do Estado, da separação dos poderes e do regime jurídico da Administração Pública. Princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública. Distinção entre governo e administração pública. Estrutura da administração direta e indireta. Estudo dos poderes e deveres administrativos, bem como dos atos administrativos e suas características. Conceituação, classificação e regime jurídico dos bens públicos, incluindo afetação e desafetação. Serviços públicos, concessões e permissões. Fundamentos do direito administrativo sancionador.						
Bibliografia Básica						
ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Administrativo Descomplicado . 23.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2015.						
HACK, Érico. Noções preliminares de direito administrativo e direito tributário . 2. ed.rev. atual. e amp. Curitiba: Intersaberes, 2013.						
MAXIMINIANO, Antonio César Amaru. GESTÃO PÚBLICA: abordagem integrada da Administração e do Direito Administrativo . São Paulo: Atlas, 2017.						
QUENEHEN, Romulo. Direito Administrativo no Setor Público . Curitiba: Contentus, 2020.						
Bibliografia Complementar						
BLANCHET, Luiz Alberto; HACHEM, Daniel Wunder; SANTANO, Ana Cláudia. Eficiência e Ética na Administração Pública . 1. Ed. Paraná: Íthala, 2015.						
CONRADO, Regis da Silva. Serviços Públicos à Brasileira: Fundamentos Jurídicos, Definição e Aplicação . São Paulo: Saraiva, 2013.						
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo . 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.						
HIGA, Alberto Shinji; CASTRO, Marcos Pereira; OLIVEIRA, Simone Zanotello de. Manual de Direito Administrativo . 2ª ed. São Paulo:						

Rideel, 2021.

QUENEHEN, Romulo. **Direito Administrativo**. Curitiba: Contentus, 2021.

Cód.		Componente Curricular				
SDAP		Segurança de Dados na Administração Pública				
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
30h	-	10h	-	40h	40h	II
Ementa Estudo dos fundamentos da segurança da informação e da proteção de dados no contexto da administração pública. Princípios de confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação. Ameaças e vulnerabilidades em ambientes digitais. Boas práticas de segurança no uso de sistemas, redes, dispositivos e documentos institucionais. Proteção de dados pessoais e sensíveis. Noções da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) aplicadas ao setor público. Responsabilidade ética e administrativa no tratamento da informação. Relação entre transparência, acesso à informação e preservação da privacidade. Análise de casos e práticas de prevenção de incidentes.						
Bibliografia Básica BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 15 ago. 2018. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR ISO/IEC 27001: 2022: Sistemas de gestão da segurança da informação – Requisitos. Rio de Janeiro: ABNT, 2022. STAIR, Ralph M.; REYNOLDS, George W. Princípios de sistemas de informação. 11. ed. Cengage Learning, 2015.						
Bibliografia Complementar ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR ISO/IEC 27002: 2022: Código de prática para controles de segurança da informação. Rio de Janeiro: ABNT, 2022. TANENBAUM, Andrew S.; FEAMSTER, Nick, WETHERALL, David J. Redes de computadores. 6. ed. Bookman, 2021. LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. Sistemas de Informação Gerenciais: Administrando a Empresa Digital. 17. ed. Bookman, 2022. BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011: Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. <i>Diário Oficial da União:</i> seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (CETIC.br); COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. Cartilha de segurança para internet. São Paulo: CGI.br, 2021. Disponível em: https://www.nic.br/publicacao/cartilha-de-seguranca-para-internet/.						

Cód.	Componente Curricular					
EB	Estatística Básica					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
30h	—	10h	-	40h	40h	II
Ementa						
Introdução à estatística. Distribuição de frequência. Representação gráfica. Medidas de centralidade. Medidas de dispersão. Medidas de assimetria e curtose. Probabilidade clássica. Variáveis aleatórias, Variáveis aleatórias discretas. Variáveis aleatórias contínuas. Função de distribuição.						
Bibliografia Básica						
BUSSAB, Wilton O.; MORETTIN, Pedro A. Estatística Básica . 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.						
CAMPOS, Weber.; CARVALHO, Sérgio. Estatística Básica Simplificada . 2. ed. Bahia: Juspodivm, 2016.						
MOORE, David S.; NOTZ, William I.; FLIGNER, Michael A. A estatística básica e sua prática . 7. ed. Rio de Janeiro: LTC 2017.						
Bibliografia Complementar						
GONZÁLEZ, Norton. Estatística Básica . 1. ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009.						
MCCLAVE, James T.; BENSON, P. George; SINCICH, Terry. Estatística para administração e economia . Traduzido por Fabrício Pereira Soares e Fernando Sampaio Filho. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.						
TIBONI, Conceição Gentil Rebelo. Estatística Básica : para cursos de administração, ciências contábeis, tecnológicos e de gestão. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.						
TOLEDO, Geraldo Luciano; OVALLE, Ivo Izidoro. Estatística Básica . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.						
VIEIRA, Sonia. Estatística Básica . 1. ed. Brasil: Cengage Learnig, 2011.						

Cód.		Componente Curricular				
OFP		Orçamento e Finanças Públicas				
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
20h	4h	16h	-	40h	40h	II
Ementa						
Origem histórica e evolução conceitual do orçamento público. Tipos e espécies de orçamento. Princípios orçamentários. Ciclo orçamentário. Programação e execução orçamentária e financeira. Instrumentos de planejamento governamental: PPA, LDO e LOA. Créditos adicionais. Receita e despesa orçamentária: Conceitos, estágios e classificações. Restos a pagar. Despesas de exercícios anteriores. Responsabilidade na gestão fiscal.						
Bibliografia Básica						
BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual Técnico de Orçamento – MTO 2025 . Brasília: STN, 2024.						
GIACOMONI, James. Orçamento Público . 19. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2023						
PALUDO, Augustinho Vicente. Orçamento público, AFO e LRF . 12. ed. rev. e atual. Curitiba: Juspodivm, 2024.						
Bibliografia Complementar						
BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP . 11. ed. Brasília: STN, 2025.						
GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil . 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.						
RIANI, Flávio. Economia do setor público: uma abordagem introdutória . 6. ed. rev. e atual. São Paulo: LTC, 2016.						
SIMÕES, Pedro Henrique Moreira. Orçamento participativo: reflexões e perspectivas no contexto histórico brasileiro . São Paulo: Outras Expressões, 2013.						
VIGNOLI, Francisco Humberto; FUNCIA, Francisco Rózsa. Planejamento e orçamento público . 1. ed. São Paulo: FGV Editora, 2014.						

Cód.	Componente Curricular					
PP	Políticas Públicas					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
20h	4h	16h	-	40h	40h	II
Ementa Introdução e conceitos básicos de políticas públicas. O Estado e a formação dos sistemas de proteção social. Modelos de proteção social e teorias explicativas. O Estado de bem estar social. A trajetória das políticas públicas no Brasil e no Estado de Roraima. Abertura democrática e participação popular nas políticas públicas. O problema público. Tipologias e o ciclo de políticas públicas. Instituições, atores e modelos de análise de Políticas Públicas. As evidências em políticas públicas. Redes de políticas públicas e governança. Políticas públicas setoriais: política do clima e meio ambiente; políticas étnico raciais, de gênero e de direitos humanos; políticas públicas de saúde, assistência social, educação, ciência e tecnologia.						
Bibliografia Básica CHRISPINO, Álvaro. Introdução ao Estudo das Políticas Públicas. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2016. DIAS, Reinaldo. MATOS, Fernanda. Políticas Públicas. Princípios, Propósitos e Processos. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012. SECCHI, Leonardo. Gestão de políticas públicas: conceitos, aportes teóricos e modelos analíticos. Curitiba: Inter Saberes, 2021.						
Bibliografia Complementar COSTA, Greiner. Gestão Estratégica em Políticas Públicas. 1. ed. São Paulo: Alínea, 2015. DENHARDT, Robert B. Teorias da administração pública. 6. ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2012 NASCIMENTO, Edson Ronaldo. Gestão Pública. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. PALUDO, Augustinho. Administração pública. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. SANTOS, Clezio Saldanha dos. Introdução à Gestão Pública. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.						

Cód.	Componente Curricular					
MC	Metodologia científica					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
20h	—	20h	-	40h	40h	II
Ementa						
Natureza, objetivos e métodos da ciência. Concepções clássicas e críticas sobre o método científico. Reflexividade na pesquisa e papel social do pesquisador. Ética na pesquisa e relação entre ciência, política e sociedade. Técnicas de pesquisa bibliográfica, documental, de campo e estudo de caso. Pesquisa-ação e sua aplicabilidade em contextos públicos. Elaboração de projetos de pesquisa no Campo de Públicas. Importância da Pesquisa Científica em Gestão Pública. Fases da Pesquisa. Relação orientador-orientando. Ferramentas e Instrumentos de Pesquisa. Uso de inteligência artificial em trabalhos acadêmicos. Métodos de Pesquisa. Produção de Artigos Científicos e de Revisão Bibliográfica. Produção de Relatórios Técnicos e Científicos.						
Bibliografia Básica						
BOURDIEU, Pierre. Retorno à reflexividade . Trad. Thomaz Kawauche. São Paulo: Editora Unesp, 2024.						
EMMENDOERFER, Magnus Luiz. Métodos de pesquisa aplicados à gestão pública . Curitiba: Editora CRV, 2019.						
GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.						
Bibliografia Complementar						
CRUZ, Robson. Bloqueio da Escrita Acadêmica : Caminhos para escrever com concorto e sentido. Belo Horizonte: Artesã, 2020.						
CRUZ, Robson. O mal-estar na escrita acadêmica : um problema político. São Paulo: Parábola Editorial, 2024.						
KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. O texto e a Construção de sentidos . 10. ed. São Paulo: Contexto, 2025.						
KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas . 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.						
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos da Metodologia Científica . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.						
MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. Planejar Gêneros Acadêmicos : escrita científica, texto						

acadêmico, diário de pesquisa, metodologia. São Paulo: Parábola Editorial, 2024.

MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. **Resenha**. São Paulo: Parábola Editorial, 2024.

MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. **Trabalhos de PEquisa**: Diários de leitura para a revisão bibliográfica. São Paulo: Parábola Editorial, 2024.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela H. **Produção Textual na Universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

PEREIRA, João Roberto; CÂMARA, Gislene Aparecida dos Santos. **Gestão pública e pesquisa científica**: fundamentos e práticas. Curitiba: CRV, 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24 ed. rev. amp. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias**: pesquisa e povos indígenas. Trad. Roberto G. Barbosa. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2022.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia de Pesquisa**. 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2010.

Cód.	Componente Curricular					
EXT I	Curricularização da Extensão I					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
-	-	-	60h	60h	60h	II
Ementa Desenvolvimento de práticas extensionistas fundamentadas nos princípios e diretrizes da extensão universitária, concebida como processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico, tecnológico e político, articulado ao ensino, à pesquisa e à formação cidadã. Diagnóstico participativo das demandas sociais, institucionais e territoriais do município de Bonfim e região. Planejamento, organização, direção, execução, monitoramento e avaliação de programas, projetos e demais ações extensionistas aplicados à Gestão Pública, em articulação com órgãos públicos, organizações da sociedade civil e comunidade externa. Promoção de ações voltadas à inclusão, à acessibilidade, à equidade, à cidadania, aos direitos humanos e ao fortalecimento da participação social. Avaliação do impacto social das ações extensionistas desenvolvidas, sistematização dos resultados e elaboração de relatórios técnico-científicos.						
Bibliografia Básica DINIZ, Margareth. Inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas: avanços e desafios. João Pessoa: Editora UFPB, 2015. GALVÃO, N. C. S. S.; MIRANDA, T. G.; BORDAS, M. A.; DIAZ, F. (Org.). Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas. Salvador: EDUFBA, 2021. VALLE, Jan; CONNOR, David. Ressignificando a deficiência: da abordagem social às práticas inclusivas na escola. Tradução de Paulo Geovani de Almeida. São Paulo: Penso, 2019.						
Bibliografia Complementar ALENCAR, Gleisy. Planejamento e Organização de Eventos. Cuiabá, MT: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Tocantins (IFTO), 2013. CONFED – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia. Acessibilidade: guia prático para o projeto de adaptações e novas normas. 2. ed. rev. e ampl. Brasília: Confea, 2018. MELLO, Cleyson de Moraes ; ALMEIDA NETO, J. R. M. ; PETRILLO, R. C. P. . Curricularização da Extensão Universitária. 1. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2022.						

SANTOS, Andréa C. ; TELES, E. C. (Org.) ; ALCANTARA, M. R. L. (Org.) . **Curricularização da Extensão: diálogos formativos entre a universidade e a comunidade**. 1. ed. Salvador: Eduneb, 2023.

ZOGHBI, Joseane de Fátima Geraldo. **Gestão de projetos públicos** / Joseane de Fátima Geraldo Zoghbi. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2014.

Cód.		Componente Curricular				
CGC		Compras Governamentais e Convênios				
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EAD	Extensão	Total		
20h	4h	16h	-	40h	40h	III
Ementa						
Compras Governamentais: definições. O papel do gestor público no gerenciamento das compras governamentais. O ciclo de compras governamentais. O papel indutor do Estado. Relação entre as compras governamentais e políticas públicas. Sustentabilidade e inovações nas aquisições do setor público. Plano Anual de Contratações. Portal Nacional de Contratações Públicas - PNPC. Licitações: aspectos gerais de licitações; princípios; modalidades. Fase preparatória e procedimentos auxiliares. Dispensa e Inexigibilidade de Licitação. Convênios. Objetivos dos Convênios. Partes envolvidas. Responsabilidades. Resultados esperados. Legislação.						
Bibliografia Básica						
JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos : Lei 14.133/2021. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2023.						
GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo . 19. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.						
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo . 34. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2021.						
Bibliografia Complementar						
BRASIL. Tribunal de Contas da União. Manual de convênios e instrumentos congêneres . Brasília: TCU, 2020. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/ .						
CAVALCANTI, Ana Paula Motta; SANTOS, Luiz Alberto dos. Gestão de convênios e contratos de repasse na administração pública . Brasília: Enap, 2019.						
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo . 36. ed. São Paulo: Atlas, 2023.						
FERREIRA, Alexandre Santos de Aragão. Contratos administrativos . 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2022.						
OLIVEIRA, Rafael Sérgio de. Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos : Lei 14.133/2021 comentada artigo por artigo. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2022.						
PINTO, Ubiratan Aguiar. Licitações e contratos administrativos : comentários à nova Lei nº 14.133/2021. Curitiba: Juruá, 2022.						

Cód.	Componente Curricular					
PUR	Planejamento Urbano e Regional					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EAD	Extensão	Total		
20h	-	20H	-	40h	40h	III
Ementa						
A cidade e o urbano na Amazônia. Direito à Cidade. Reforma Urbana. Estatuto das Cidades. Gestão Democrática da Cidade. História do Planejamento Urbano no Brasil. Instrumentos de intervenção Urbanística. Planejamento urbano e sua interseção com as demais políticas urbanas (habitação, transporte, saneamento, meio ambiente, clima e cultura). Planejamento urbano e resiliência em cidades amazônicas. O poder local e as periferias. Desenvolvimento Regional. Plano Diretor. Planos Integrados. Região Metropolitana. Estatuto das Metrôpoles. Conteúdo e processo de elaboração dos Planos Diretores. Implementação do Plano Diretor. Gestão integrada e participativa do Plano. Monitoramento e revisão de Planos Diretores.						
Bibliografia Básica						
COSTA, Geraldo Magela; MENDONÇA, Jupira Gomes de (Orgs.). Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas. São Paulo: Com Arte Editora, 2024. RECH, Adir Ubaldo; GULLO, Maria Carolina; SCUR, Luciana. Plano diretor inteligente: pressuposto para cidades inteligentes. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2019. RISÉRIO, Antonio. A cidade no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2013. SOUZA, Marcelo Lopes de. Planejamento urbano: fundamentos e práticas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.						
Bibliografia Complementar						
BOUERI, Laura M. de Mello; CYMBALISTA, Renato (Orgs.). Planos diretores municipais: novos conceitos de planejamento. São Paulo: Polis, 2014. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Guia para elaboração e revisão de planos diretores municipais participativos. Brasília, DF: MDR, 2022. Disponível em: https://biblioteca.geografia.blog.br/2023/11/gerpdmr2022.html. FAU MACKENZIE (Eunice Abascal; Angélica Alvim; Maria Schicchi, Orgs.). Pesquisa em urbanismo: conceito e contextos em perspectiva. São Paulo: Editora Mackenzie, 2023. FILHO, Artur Rosa. Requalificação da área central e intervenções urbanas na cidade de Boa Vista - RR. Boa Vista: EDUFRR, 2018.						

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**. Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Forense, 2014.

MARTINS, Bianca Camargo (Org.). **Melhores práticas em planejamento urbano e regional**. Curitiba: Atena Editora, 2019.

MORENO, Carlos. **Direito de Cidade**: da cidade mundo à cidade de quinze minutos. Coimbra, Portugal. Edições 70, 2024

MONTANDON, Daniel; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos (Orgs.). **Os planos diretores municipais pós-Estatuto da Cidade**: balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Desigual**. São Paulo: Edusp, 2001.

SILVA, Beatriz Fleury. AMANCIO, Carina Serra. ROSSI, Pedro Freire de Oliveira. TRINDADE, Thiago Aparecido. (Org). **A cidade em disputa**: planos diretores e participação no cenário da Pandemia. Marília: Lutas anticapital, 2021.

PEREIRA, Pedro Henrique Máximo (Org.). **Arquitetura e planejamento urbano**: modelando o futuro. São Paulo: Atena Editora, 2024.

VERAS, Antônio Tolrino de Resende. **A produção do espaço urbano de Boa Vista – Roraima**. 2009. 236 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Cód.	Componente Curricular					
EPN	Estado, Política e Nação					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
20h	-	20h	-	40h	40h	III
Ementa						
Teoria do Estado e direito constitucional. Ciência Política: poder, autoridade, legitimidade e dominação. Poder político e liberdade. Institucionalização do poder político: dicotomia Sociedade/Estado. O Estado e seus elementos constitutivos: soberania, território, povo, finalidade. O Direito Natural e a Teoria de Contrato Social. Teoria da burocracia. O federalismo. O processo de globalização e a crise da soberania. O exercício do poder político. Representação política: modelos e institutos. Formas clássicas de Estado: centralização e descentralização política. Formas e sistemas de governo. Processo Legislativo.						
Bibliografia Básica						
BOBBIO, Norberto. Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. 717 p. ISBN 9788535206463. BONAVIDES, Paulo. Ciência política. 26.ed. São Paulo: Malheiros, 2019. 550p. ISBN 9788539204366. BONAVIDES, Paulo. Teoria Geral do Estado. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2018. 638p. ISBN 9788539204052 (broch.).						
Bibliografia Complementar						
FRIEDE, Reis. Lições Esquematizadas de Ciência Política e Teoria Geral do Estado: evolução das instituições e do pensamento político. 4ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2017. FRIEDE, Reis. Curso de Ciência Política e Teoria Geral do Estado: teoria constitucional e relações internacionais. 5ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2013. MARTINS JÚNIOR, Wallace Paiva. Transparência Administrativa: Publicidade, Motivação e Participação Popular. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. MORAES, Alexandre de. Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2013. PAGLIARINI, Alexandre Coutinho. Direito Constitucional: primeiras linhas. Curitiba: InterSaberes, 2022.						

Cód.		Componente Curricular				
PLASP		Patrimônio e Logística Aplicada ao Setor Público				
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
20h	4h	16h	-	40h	40h	III
Ementa						
Conceito e evolução histórica da logística. Atividades básicas da logística na administração pública: transporte, manutenção de estoques e processamento de pedidos. Políticas públicas para logística reversa. Gestão patrimonial: formação do patrimônio público, registro patrimonial, controle, inventário e baixa de bens patrimoniais.						
Bibliografia Básica						
BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos: planejamento, organização e logística empresarial . 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2021.						
DIAS, Marco Aurélio P. Administração de materiais: princípios, conceitos e gestão . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2023.						
GONÇALVES, Paulo Sérgio. Administração de materiais . 6. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2020.						
POZO, Hamilton. Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.						
Bibliografia Complementar						
BERTAGLIA, Paulo Roberto. Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento . 1. ed. atualizada, São Paulo: Saraiva, 2020						
BUETTGEN, John Jackson. Logística Pública . Curitiba: Contentus, 2020.						
CHIAVENATO, Idalberto. Fundamentos de administração: planejamento, organização, direção e controle para incrementar competitividade e sustentabilidade . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2021						
GURGEL, Floriano do Amaral; FRANCISCHINI, Paulino G. Administração de materiais e do patrimônio . 3. ed., São Paulo: Cengage Learning, 2021						
SALGADO, Tarcísio Tito. Logística: práticas, técnicas e processos de melhoria . 2. ed. São Paulo: Senac, 2017.						

Cód.	Componente Curricular					
TCCI	Trabalho de Conclusão de Curso I					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
20h	-	20h	-	40h	40h	III

Ementa

Delineamento da pesquisa. Introdução à escrita acadêmica. Elaboração do Projeto de TCC, desde o levantamento e fichamento da bibliografia até a estrutura do projeto. Apresentação oral do projeto desenvolvido para a turma, com foco no treinamento e aprimoramento das competências relacionadas à comunicação acadêmica e profissional, contemplando a qualidade técnica, estética e organização lógica da exposição, domínio do conteúdo e capacidade de argumentação, coerência entre a apresentação oral e a produção acadêmica elaborada, bem como a utilização adequada do tempo de apresentação.

Bibliografía Básica

Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR6023. **Informação e documentação** - Referências – Apresentação. Rio de Janeiro 2025.

CRUZ, Robson. Bloqueio da Escrita Acadêmica: caminhos para escrever com conforto e sentido. Belo Horizonte: Artesão, 2020.

FURASTÉ, Augusto Pedro. **Normas técnicas para o trabalho científico**: Elaboração e formatação. 14. ed. Porto Alegre: 2008.

GUSTAVII, Björn. **Como escrever e ilustrar um artigo científico**. tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2017

OLIVEIRA, Jorge Leite de. **Texto acadêmico**: Técnicas de Redação e de Pesquisa Científica. 3. ed. atualizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

Bibliografia Complementar

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**: Ciência, conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia de trabalho científico**: Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. ed. 7 a reimpressão. São Paulo: Atlas, 2009.

MENDES, Fábio Ribeiro. **Iniciação científica para jovens pesquisadores**. Porto Alegre: Autonomia 2012.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**: Projetos de Pesquisas, TGI, TCC, Dissertações e teses. Revisão Maria Aparecida Bessana. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2001.

PEREIRA, Maurício Gomes. **Artigos científicos**: como redigir, publicar e avaliar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. IFRR. Manual de normas para elaboração de trabalhos acadêmicos. 2013.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Mac Graw-Hill, 2006.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. Revisada e atualizada. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Ângela Maria Moreira. **Normas para apresentação dos trabalhos técnicos – científicos da UFRR**: baseadas nas normas da ABNT.

SILVA, Daniel Nascimento E. **Manual de redação para trabalhos acadêmicos. position paper, ensaios teóricos, artigos científicos e questões discursivas**. São Paulo: Atlas, 2012.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias**: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 4. ed. Petrópolis – RJ: Vozes. 2008.

Cód.	Componente Curricular					
EXT II	Curricularização da Extensão II					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
-	-	-	60h	60h	-	III
Ementa						
A extensão como processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e tecnológico, articulado ao ensino, à pesquisa e à formação cidadã com base em fundamentos, princípios e diretrizes da extensão universitária. Diagnóstico participativo das demandas sociais e territoriais do município de Bonfim e região. Planejamento, organização, direção, execução, monitoramento e avaliação de programas, projetos ou demais ações extensionistas aplicados à Gestão Pública. Desenvolvimento de práticas extensionistas voltadas à promoção do multiculturalismo, da interculturalidade, da valorização da diversidade étnico-racial, cultural, social, linguística e de gênero, do respeito aos direitos humanos, da inclusão social, da participação cidadã e da gestão social, em articulação com órgãos públicos, organizações da sociedade civil ou a comunidade externa. Avaliação do impacto social das ações extensionistas, sistematização dos resultados e elaboração de relatórios técnico-científicos.						
Bibliografia Básica						
ATHAYDE, Austregésilo de; IKEDA, Daisaku. Diálogo: Direitos Humanos no Século 21. Tradução: Masato Ninomiya. 4 ed. São Paulo: Editora Brasil Seikyo, 2018 CANDAU, V. M. Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Vozes, 2018. LEITE, G. S.; FERRAZ, C. V. Direito a diversidade. São Paulo: Atlas, 2015.						
Bibliografia Complementar						
Barbosa, Frederico Celestino B238E. Ensino, pesquisa e Extensão no Brasil: uma abordagem pluralista / Frederico Celestino Barbosa. – Piracanjuba-GO Editora Conhecimento Livre, 2020. Frutuoso, T. de Pádua & Juliani, D. Pauelsky. (2020). Caminhos para curricularização da extensão: Ações no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. CRV. GONÇALVES, H. A. Manual de Projetos de Extensão Universitária. São Paulo: Avercamp, 2008. Imperatore, Simone Loureiro Brum. Curricularização da extensão: experiência da articulação extensão-pesquisa-ensino-extensão como potencializadora da produção e aplicação de conhecimentos em contextos reais - Rio de Janeiro : Gramma, 2019. Meneguetti, L. . Educação em Direitos Humanos no Ensino Superior Brasileiro. Editora Boreal, 2019. SILVA, Maria Anunciação Conceição; JARDIM, Fabiana Augusta Alves; OLIVEIRA, Rosenilton Silva de. Relações raciais na educação. Salvador, Eduneb, 2023.						

Cód.		Componente Curricular				
CASP		Contabilidade Aplicada ao Setor Público				
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
30h	-	10h	-	40h	40h	IV
Ementa						
Aspectos conceituais da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP). Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP). Plano de contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP). Noções básicas sobre Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). Legislação aplicável à contabilidade aplicada ao setor público no Brasil.						
Bibliografia Básica						
BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP . 11. ed. Brasília: STN, 2025.						
MOTA, Francisco G. Lima. Contabilidade aplicada ao setor público . 2. ed. Brasília, DF: Gestão Pública, 2022						
PACELLI, Giovanni. Contabilidade Pública . 6.ed. Curitiba: Juspodivm, 2024.						
Bibliografia Complementar						
ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade Pública na Gestão Municipal . 6. ed. SãoPaulo: Atlas, 2017.						
BEZERRA FILHO, João Eudes. E-book Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Abordagem Objetiva e Didática . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2021.						
CASTRO, Domingos Poubel de. Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público . 7.ed. São Paulo: Atlas, 2018						
LIMA, Diana Vaz de. Orçamento, Contabilidade e Gestão no Setor Público . 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2022.						
LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves de. Contabilidade pública: integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem) . 3.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015.						

Cód.	Componente Curricular					
GDA	Gestão de Documentos e Arquivística					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
10h	4h	26h	-	40h	40h	IV
Ementa						
Fundamentos da gestão de documentos: conceitos e características; Classificação de documentos e correspondências: métodos tradicionais e digitais; Ciclo de vida dos documentos e preservação digital; Métodos e sistemas de arquivamento físico e eletrônico; Gerenciamento eletrônico de documentos (GED) e tecnologias emergentes; Documentação arquivística e a transformação digital: blockchain, smart contracts e certificação digital; Arquivos especiais e repositórios digitais; Legislação aplicável a acesso à Informação e Proteção de Dados; Segurança, privacidade e integridade da informação; Inteligência Artificial aplicada à gestão documental.						
Bibliografia Básica						
LOPES, Maria Elisabete Ramos; SILVA, Francisco de Assis. Arquivística contemporânea : gestão e preservação de documentos na era digital. São Paulo: Atlas, 2021.						
PAES, Marilena Leite. Arquivo : teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.						
SCHELLENBERG, Theodore R. Gestão de documentos arquivísticos . Edição comemorativa. Brasília: Arquivo Nacional, 2020.						
Bibliografia Complementar						
ARELLANO, Miguel Ángel Márdero. Gestão de repositórios de preservação digital . RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 14, n. 3, p. 634–656, set./dez. 2016. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8646346 .						
BARTALO, Linete; MORENO, Nádina Aparecida. Gestão em arquivologia Gestão em arquivologia : abordagens múltiplas. Londrina: EDUEL, 2008.						
BRASIL. Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI). Certificação digital e blockchain : autenticidade e validade de documentos eletrônicos. Brasília: ITI, 2022.						
BRASIL. Controladoria-Geral da União (CGU). Guia de implementação da Lei de Acesso à Informação . Brasília: CGU, 2021.						

MACHADO, Elias. **Arquitetura da informação e gestão documental na transformação digital**. São Paulo: Summus Editorial, 2022.

Cód.		Componente Curricular				
GPES		Gestão de Pessoas				
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
20h	-	20h	-	40h	40h	IV
Ementa						
Fundamentos da gestão de pessoas e atuação estratégica do gestor de pessoas nas organizações públicas. Perfil profissional, competências, habilidades e papéis gerenciais na administração de pessoas. Evolução histórica e tendências da gestão de pessoas na administração pública. Estudo dos processos de agregar, aplicar, recompensar, desenvolver, manter e monitorar pessoas nas organizações. Análise da Lei nº 8.112/1990 e suas implicações na gestão de servidores públicos federais. Desafios contemporâneos e perspectivas futuras da gestão de pessoas no setor público.						
Bibliografia Básica						
CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: O novo papel dos recursos humanos nas organizações . 4. ed. São Paulo: Manole, 2014.						
COSTA, Érico da Silva. Gestão de pessoas . Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2010.						
MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Recursos humanos: estratégia e gestão de pessoas na sociedade global . Rio de Janeiro: LTC, 2014						
Bibliografia Complementar						
FREITAS, André. Gestão de pessoas por competências: um modelo prático para implementação . Curitiba: Appris, 2022.						
MASCARENHAS, A. O. Gestão Estratégica de Pessoas: Evolução, Teoria e Crítica . Ed.Cengage Learning, 2009.						
TEIXEIRA, Juliane Marise Barbosa; RIBEIRO, Maria Tereza Ferrabule. Gestão de Pessoas na Administração Pública: teorias e conceitos . 1. ed. Paraná: InterSaberes, 2017.						
VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de Pessoas . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2011.						
QUENEHEN, Romulo. Gestão de Pessoas . Curitiba: Contentus, 2020.						

Cód.		Componente Curricular				
CMSP		Comunicação e Marketing no Setor Público				
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
20h	4h	16h	-	40h	40h	IV
Ementa						
As principais teorias da comunicação. Publicidade e Propaganda no setor público. Técnicas de jornalismo para comunicação pública. Relações públicas. As bases conceituais de marketing. Composto de Marketing e a aplicação dos 4 P's no setor público. Gerenciamento de marca e <i>branding</i> aplicado ao setor público. Marketing de serviço e percepção do usuário de serviços públicos. Novas tecnologias aplicadas à publicidade, propaganda e ao marketing. Marketing digital aplicado ao setor público. Comunicação antirracista. Estratégias de marketing e comunicação pensadas para as minorias étnicas e raciais.						
Bibliografia Básica						
CEZAR, Layon Carlos. Comunicação e marketing no setor público : diferentes abordagens para a realidade brasileira. Brasília: Enap, 2019.						
KOTLER, Philip; LEE, Nancy. Marketing no Setor Público : Um guia para um desempenho mais eficaz. Porto Alegre: Editora Bookman, 2008.						
NASSAR, Paulo; SANTOS, Hamilton dos. (Orgs.) Comunicação Pública : Por uma prática mais republicana. São Paulo: Aberje Editorial, 2019.						
Bibliografia Complementar						
ALBUQUERQUE, Jader Cristiano Magalhães. Sistemas de informação e comunicação no setor público . Brasília: CAPES:UAB, 2011.						
BUENO, Vania. Comunicação e Governança: Parecer e Ser na Era da Transparência . São Paulo: Aberje Editorial, 2025.						
KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. Marketing 6.0 : O futuro é imersivo: Eliminando as fronteiras entre os mundos físico e digital. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2025.						
KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane; CHERNEV, Alexander. Administração de Marketing . 16ªed. Porto Alegre: Editora Bookman, 2024.						
OLIVEIRA, Tatiana Souto Maior de.; BARBOSA, Edson Luiz Geambastiani. (Orgs.) Marketing público . Recife: Editora SER Educacional, 2021.						

Cód.	Componente Curricular					
GT	Gestão Tributária					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
20h	-	20h	-	40h	40h	IV
Ementa						
Conceitos. Atividade financeira do Estado. Sistema Tributário Nacional. Legislação tributária. Princípios. Limitações ao poder de tributar. Hierarquia das normas. Espécies tributárias. Funções. Vigência e aplicação da legislação tributária. Obrigação tributária. Crédito tributário. Imunidade, isenção. Anistia. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Ilícito tributário. Administração tributária. Execução fiscal. Processo administrativo e processo judicial. Relação dos tributos com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Repartição das receitas tributárias.						
Bibliografia Básica						
BECKER, Alfredo Augusto. Teoria geral do direito tributário . 6. ed. São Paulo, SP: Noeses, 2013.						
HACK, Érico. Noções preliminares de direito administrativo e direito tributário . 2. ed.rev. atual. e amp. Curitiba: Intersaberes, 2013.						
OLIVEIRA, Adriana Ferreira Serafim de. Legislação tributária . Curitiba: InterSaberes, 2021.						
Bibliografia Complementar						
BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro . 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.						
BARSANO, Paulo Roberto. Legislação Empresarial, Trabalhista e Tributária . 1.ed.Brasil: Érica, 2014.						
CARRAZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário . 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.						
MARTINS, Sérgio Pinto. Manual de Direito Tributário . 17. ed. São Paulo: Atlas, 2018.						
RODRIGUES, Deusmar José. Direito tributário . Leme: J. H. Mizuno, 2015.						

Cód.		Componente Curricular				
EXT III		Curricularização da Extensão III				
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
-	-	-	60h	-	60h	IV
Ementa						
Desenvolvimento de práticas extensionistas voltadas à educação ambiental, à sustentabilidade e à responsabilidade socioambiental. Planejamento, organização, direção, execução, monitoramento e avaliação de programas, projetos ou demais ações extensionistas direcionados à promoção da educação ambiental e do desenvolvimento sustentável no âmbito da Gestão Pública. Diagnóstico participativo das demandas socioambientais do município de Bonfim e região. Elaboração, execução, monitoramento e avaliação de ações educativas voltadas à conscientização ambiental, ao uso sustentável dos recursos naturais, à gestão de resíduos, à conservação ambiental, às mudanças climáticas, à educação para o consumo responsável e à promoção da qualidade de vida. Articulação com órgãos públicos, instituições de ensino, organizações da sociedade civil ou a comunidade externa para o desenvolvimento de ações extensionistas de interesse coletivo. Avaliação do impacto socioambiental das ações desenvolvidas, sistematização dos resultados e elaboração de relatórios técnico-científicos.						
Bibliografia Básica						
CARVALHO, I. C. M. de. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2017. BRASIL. 14 anos da Política Nacional de Resíduos Sólidos: instrumentos de implementação, inovação e reflexões críticas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2025. Disponível em: https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/790/946/4794. OLIVEIRA, S. N. de et al. (Org.). Ecossistemas e tecnologia: conscientização e educação ambiental. 1. ed. São Paulo: Itacaiunas, 2024. Disponível em: https://editoraitacaiunas.com.br/produto/ecossistemas-tecnologia/.						
Bibliografia Complementar						
AZZELLINI, Dario. O movimento autogestionário mundial: uma perspectiva marxista. Marília: Lutas Anticapital, 2023. CABRAL, Marcos V. A. et al. Biodiversidade e recursos naturais na Amazônia: desafios e oportunidades para a pesquisa e a conservação. Belém: [s.n.], 2024. ISBN 978-65-60891-012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/379884709. COSTA, L. M. et al. (Org.). Meio ambiente: inovação com sustentabilidade. São Paulo: Atena Editora, 2024. Disponível em: https://www.atenaeditora.com.br/catalogo. MARTINS, J. M. et al. (Org.). Meio ambiente e sustentabilidade: estratégias para a preservação e o desenvolvimento. São Paulo: Atena Editora, 2025. Disponível em: https://www.atenaeditora.com.br/catalogo. OLMOS, Fábio. Espécies e ecossistemas: volume 3. São Paulo: Blucher, 2011. 208 p. (Coleção Sustentabilidade). ISBN 978-85-212-0573-9.						

Cód.		Componente Curricular				
CO		Comportamento Organizacional				
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
20h	-	20h	-	40h	40h	V
Ementa Estudo das dimensões do comportamento organizacional e das relações humanas no contexto das organizações. Análise de atitudes, valores, percepção social, satisfação, engajamento e qualidade de vida no trabalho (QVT). Percepção de suporte e justiça organizacional. Dinâmica de grupos e equipes de trabalho. Processos de tomada de decisão e relações de poder nas organizações. Cultura e clima organizacional. Gestão de conflitos e negociações. Personalidade e diferenças individuais no ambiente laboral. Teorias da motivação, liderança e processos de comunicação organizacional.						
Bibliografia Básica NEWSTRON, Jonh W. Comportamento Organizacional: o comportamento humano no trabalho. 12. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008. ROBBINS, Stephen P. Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. SIQUEIRA, Mirlene Maria (Org.). Novas medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão. Porto Alegre: Artmed, 2014.						
Bibliografia Complementar BOWDITCH, James L. Elementos do Comportamento Organizacional. São Paulo: Pioneira, 2006. JOHANN, Silvio. Comportamento Organizacional. Teoria e Prá ca. I. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. LIMONGI-FRANÇA, Ana Cris na. Comportamento Organizacional: conceitos e prá cas. São Paulo: Saraiva, 2006. MENEGON, Leticia F. Comportamento Organizacional. 1ª ed. São Paulo: Pearson, 2012. ROBBINS, Stephen P. Fundamentos do Comportamento Organizacional. 8. ed. São Paulo, Pearson, 2009.						

Cód.		Componente Curricular				
CSP		Controles no Setor Público				
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
20h	4h	16h	-	40h	40h	V
Ementa						
Espécies de controle na administração pública; Órgãos de controle e suas atribuições. Controle interno. Controle Externo. Auditoria governamental. Governança pública, accountability e Gestão de riscos. Transparência pública e controle social.						
Bibliografia Básica						
CASTRO, Domingos Poubel de. Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2022.						
CONTI, José Maurício; MOUTINHO, Donato Volkers; NASCIMENTO, Leandro Maciel do (coords.). Controle da administração pública no Brasil . 1. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2022.						
PINHO, José Antônio; SACRAMENTO, Ana Karla (Orgs). Accountability e governança no setor público . 1. ed. Salvador: Edufba, 2021.						
Bibliografia Complementar						
CHAVES, Renato Santos. Auditoria e controladoria no setor público: fortalecimento dos controles internos – com jurisprudência do TCU . 2. ed. São Paulo: Juruá, 2022.						
MOURA, Edmilson Borges de. Auditoria governamental na gestão pública e eficácia de gestão: para um modelo organizacional integrador . 1. ed. São Paulo: Editora Dialética, 2024.						
NARDES, João Augusto Ribeiro; COLMENARES PÁRAMO, David Rogelio; GOMES VIEIRA, Luis Afonso et al. Governança pública: desafio para a América Latina e o Caribe . 1.ed. digital. São Paulo: Fórum, 2025.						
RODRIGUES JUNIOR, Manuel Salgueiro. Accountability, transparência e controle social . Fortaleza, CE: Editora da UECE, 2024.						
SIRAQUE, Vanderlei. Controle social da função administrativa do Estado : possibilidades e limites na Constituição de 1988. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2024.						

Cód.		Componente Curricular				
EISP		e Inovação no Setor Público				
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
40h	-	20h	-	60h	60h	V
Ementa						
Evolução do Estado patrimonialista ao Estado empreendedor; Conceitos e tipos de Empreendedorismo e empreendedores; Startups, Economia Criativa, Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária; Conceitos e tipos de Inovação; O papel do Estado junto ao Ecossistema de Inovação nacional, regional e local; Propriedade Industrial no Brasil (INPI); Teoria Comportamental Empreendedora; Uso da Inteligência Artificial e outras tecnologias inovadoras para aumentar a eficácia das políticas públicas; Aplicação do Canvas e de tecnologias de Inteligência Artificial na modelagem de negócios de impacto; A prototipagem e o MVP como ferramentas complementares para validar um negócio.						
Bibliografia Básica						
CRUZ, Fernanda. Negócios de impacto social e ambiental no Brasil : desafios, práticas e oportunidades. São Paulo: Senac São Paulo, 2022.						
HISRICH, Robert D.; PETERS, Michel P. SHEPHERD, Dean A. Empreendedorismo. Tradução: Francisco Araújo da Costa. 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.						
MAZZUCATO, Mariana. O Estado empreendedor : desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.						
SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade . 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.						
TIDD, Joe; BESSANT, John. Gestão da inovação . 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2021.						
Bibliografia Complementar						
ALLEE, Verna. The Future of Knowledge : Increasing Prosperity through Value Networks. New York: Routledge, 2020.						
BLANK, Steve; DORF, Bob. Startup : manual do empreendedor. 2. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020.						
DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo : transformando ideias em negócios. 8. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2022.						
EUBANKS, Virginia. Automating Inequality : How High-Tech Tools Profile, Police, and Punish the Poor. Nova York: St. Martin's Press,						

2020.

GAIGER, Luiz Inácio (org.). **Economia solidária**: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2021.

MEIRELES, Mariana; GABRIEL, Marta. **Economia criativa**: como a criatividade e a inovação estão transformando os negócios e a sociedade. São Paulo: Atlas, 2020.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Economia circular**: conceitos, práticas e oportunidades. São Paulo: Contexto, 2021.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

YUNUS, Muhammad. **Um mundo de três zeros**: a nova economia da liberdade. 2. ed. São Paulo: Alta Books, 2020.

Cód.		Componente Curricular				
GPRO		Gestão de Projetos				
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
20h	4h	16h	-	40h	40h	V
Ementa						
O processo de planejamento e elaboração de projetos. Perfil do gestor de projetos. Equipe de projeto. Ciclo do projeto. Tipos de projetos. Etapas na formulação e execução de projetos. Identificação de demandas, elaboração e encaminhamento de projetos. Análise econômica de projetos. Fontes de financiamento, gerenciamento e monitoramento de projetos. Delimitação de responsabilidade e deveres na execução de projetos. Avaliação e prestação de contas. Impacto social e ambiental de projetos.						
Bibliografia Básica						
KEELING, Ralph; MOREIRA, Cid Knipel. Gestão de projetos: uma abordagem global. 3.ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2014 MAXIMIANO, Antonio Cesar Amam. Administração de Projetos. Como transformar ideias em resultados. 5ed. São Paulo: Atlas, 2018. MENEZES, Luís César de Moura. Gestão de Projetos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2018.						
Bibliografia Complementar						
CARVALHO, Marly Monteiro de. Fundamentos em gestão de projeto: construindo competências para gerenciar projetos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2019. GIDO, Jack; CLEMENTS, P. James. Gestão de Projetos. Tradução Vértice Translate. 3.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2018. NASCIMENTO, Edson Ronaldo. Gestão Pública. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Gestão de programas e projetos públicos. Riode Janeiro: FGV, 2015. SOUZA, Carla Patrícia da Silva. Gestão de Projetos. Curitiba: Contentus, 2020.						

Cód.	Componente Curricular					
GEST	Gestão Estratégica					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EAD	Extensão	Total		
20h	-	20h	-	40h	40h	V
Ementa						
Introdução à Gestão Estratégica no Setor Público. Conceituação teórica. Aspectos Históricos e Modelos de Planejamento. Planejamento de Governo e Priorização de Políticas Públicas. Planejamento Estratégico Situacional (PES). Fundamentos do PES. Metodologia de diagnóstico de situações e formulação de ações estratégicas. Identificação de problemas públicos e atores estratégicos. Aplicações Práticas do PES na Gestão Pública. Gestão por competência na administração pública.						
Bibliografia Básica						
MATUS, Carlos. O Método PES : roteiro de análise teórica. São Paulo: FUNDAP, 1997.						
MATUS, Carlos. Adeus, senhor Presidente . Governantes governados. São Paulo: Edições Fundap, 1996.						
SERAFIG, Milena Pavan; ATVAR, Teresa Dib Zambon. (Org.). Planejamento e estratégia no setor público : aplicações e reflexões a partir da Unicamp. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.						
Bibliografia Complementar						
COSTA, Greiner. Gestão Estratégica em Políticas Públicas . 1. ed. São Paulo: Alínea, 2015.						
DAGNINO, Renato, CAVALCANCTI, Paula Arcoverde; COSTA, Greiner. (Org.). Gestão Estratégica Pública . São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.						
DUARTE, Maurizete Pimentel Loureiro; DUARTE, Gerson Constância. Do privado ao público : liderança e gestão estratégica em um contexto de novos desafios e perspectiva. Jundiaí: Paco Editora, 2021.						
MALTA, Deborah Carvalho; SANTOS, Fausto Pereira dos. Planejamento estratégico em saúde no Brasil: ascensão e desprestígio. REME : Revista Mineira de Enfermagem, v. 29, e-1570, 2025. DOI: 10.35699/2316-9389.2025.49473.						
MATIAS PEREIRA, José. Curso de gestão estratégica na administração pública . São Paulo: Atlas, 2012.						

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia e práticas. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

Cód.		Componente Curricular				
TCCII		Trabalho de Conclusão de Curso II				
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
20h	-	20h	-	40h	40h	V

Ementa

Desenvolvimento e conclusão da pesquisa previamente estruturada no TCC I, contemplando a sistematização e redação final do Trabalho de Conclusão de Curso. Organização dos procedimentos acadêmicos e documentais necessários à defesa, incluindo preenchimento de formulários e declarações exigidas institucionalmente. Preparação para apresentação oral perante banca examinadora, com ênfase na argumentação, domínio do conteúdo e comunicação acadêmica. Realização da defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso.

Bibliografia Básica

Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 10719. **Apresentação de relatórios técnicos e científicos**. Rio de Janeiro. 01 de Agosto de 1989.

Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR10520. **Informação e documentação. Citação em documentos** - Apresentação. Rio de Janeiro 01 de agosto de 2002.

Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR6023. **Informação e documentação** - Referências – Apresentação. Rio de Janeiro. 30 de agosto de 2002.

Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR14724. **Informação e documentação** - trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro. 17 de março de 2011.

Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR15287. **Informação e documentação** - Projeto de pesquisa – Apresentação. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 17 de março de 2011.

Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR15437. **Informação e documentação** - Pôsteres técnicos e científicos – Apresentação. Rio de Janeiro. 06 de Novembro de 2006

Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR6021. **Informação e documentação** - Publicação periódica científica impressão – Apresentação. Rio de Janeiro. 01 de Maio de 2003.

Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR6034. **Informação e documentação** - Índice – Apresentação. Rio de Janeiro. 31 de dezembro de 2004.

FURASTÉ, Augusto Pedro. **Normas técnicas para o trabalho científico**: Elaboração e formatação. 14. ed. Porto Alegre: 2008.

GUSTAVII, Björn. **Como escrever e ilustrar artigo científico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**: Ciência, conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia de trabalho científico**: Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. ed. 7 a reimpressão. São Paulo: Atlas, 2009.

MENDES, Fábio Ribeiro. **Iniciação científica para jovens pesquisadores**. Porto Alegre: Autonomia 2012.

OLIVEIRA, Jorge Leite de. **Texto acadêmico**: Técnicas de Redação e de Pesquisa Científica. 3. ed. atualizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**: Projetos de Pesquisas, TGI, TCC, Dissertações e teses. Revisão Maria Aparecida Bessana. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2001.

Bibliografia Complementar

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2006.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliana; ABREUTARDELLI, Lília Santos (Coord). **Planejar gêneros acadêmicos/ escrita científica, texto acadêmico, diário de pesquisa, metodologia**. São Paulo, SP: Parábola, 2005.

SANTOS, Izequias Estevam dos. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica**. 11. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

SANTOS, Márcio. **Sem copiar e sem colar: atividades e experiências**. Positivo: Curitiba, v. 4, n. 2, 2003.

COMPONENTES CURRICULARES ELETIVOS

Cód.	Componente Curricular					
BIPB	Business Intelligence com Power BI no Setor Público					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
20h	-	20h	-	40h	40h	III/IV/V
Ementa Fundamentos de Business Intelligence aplicados à gestão pública com uso da ferramenta Power BI. Importação, tratamento e modelagem de dados. Construção de indicadores (KPIs) para o setor público. Criação de visualizações e dashboards interativos. Análise de dados para apoio à tomada de decisão. Uso de dados públicos e transparência. Aplicações práticas com dados governamentais. Desenvolvimento de dashboards a partir de dados reais.						
Bibliografia Básica BRASIL. Portal Brasileiro de Dados Abertos. Disponível em: https://dados.gov.br. LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. Sistemas de informação gerenciais. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2020. MICROSOFT. Power BI documentation. Disponível em: https://learn.microsoft.com/power-bi.						
Bibliografia Complementar BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação (LAI). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 18 nov. 2011. CGI.br. Publicações sobre uso de dados e internet. Disponível em: https://www.cgi.br/. FEW, Stephen. Information dashboard design. Burlingame: Analytics Press. KNAFLIC, Cole Nussbaumer. Storytelling com dados. Rio de Janeiro: Alta Books. MICROSOFT. Tutorial: Introdução à criação no serviço do Power BI. Disponível em: https://learn.microsoft.com/pt-br/power-bi/fundamentals/service-get-started.						

Cód.		Componente Curricular				
PIGDE		Povos Indígenas, Gestão e Diversidade Étnica				
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
20h	-	20h	-	40h	40h	III/IV/V
Ementa Estudo das relações entre comunicação, cultura e território a partir de perspectivas críticas não hegemônicas, com ênfase em epistemologias indígenas, negras e quilombolas. Aborda a cultura como categoria dinâmica e politicamente situada, a comunicação como prática relacional e o território como dimensão cosmológica e de produção da vida. Analisa processos de colonialidade e contracolônização, bem como práticas de resistência e (re)existência em diferentes contextos socioculturais. Discute as implicações dessas abordagens para a compreensão do Estado, das políticas públicas e das dinâmicas contemporâneas de produção de conhecimento. Problematisa, ainda, noções de identidade, diversidade e desenvolvimento à luz de experiências plurais de organização social.						
Bibliografia Básica BISPO, Nego. Colonização, quilombos: modos e significações. Brasília: INCTI/UnB, 2015. CUNHA, Manuela Carneiro da Cunha. Cultura com aspas e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, 2009. KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 16ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.						
Bibliografia Complementar ALMEIDA, Silvio Almeida. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019. CHALHOUB, Sidney. A Força da Escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008. FREIRE, José Ribamar Bessa Freire. Cinco ideias equivocadas sobre os índios. <i>Revista de Estudos e Pesquisas em Cultura</i>, Seropédica, RJ, v. 1, n. 1, 2015. Disponível em: https://periodicos.ufrj.br/index.php/repecult/article/view/578. KILOMBA, Grada Kilomba. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.						

KRENAK, Ailton Krenak. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Djamila Ribeiro. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen, 2017.

RIBEIRO, Thiago Allan; PARKREKAPARE, Katêjuprê Burjack; DEMARCHI, André. **Indigenizando as tecnologias digitais de comunicação**: autonomia e luta dos coletivos indígenas Gavião (Pará). *MATRIZES*, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 143–167, set./dez. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v19i3p143-167>.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **O fim do silêncio: presença negra na Amazônia**. Belém: Açaí/CNPq, 2011.

Cód.	Componente Curricular					
GSPP	Gênero, Sexualidade e Políticas Públicas					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
20h	-	20h	-	40h	40h	III/IV/V
Ementa						
Conceitos de gênero e sexualidade. Interseccionalidade (raça, classe, gênero e sexualidade). Políticas de enfrentamento à violência de gênero e LGBTfobia. Direitos reprodutivos e aborto legal. Movimentos feministas e LGBTQIA+ na disputa por direitos. Masculinidades e políticas de cuidado.						
Bibliografia Básica						
ALMEIDA, Heloisa Buarque de; HENNING, Carlos Eduardo. (Org.). Desafios e resistências em gênero e sexualidade no Brasil contemporâneo . Goiânia, GO: Cegraf UFG, 2024. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/Desafios_e_Resistencias_em_Genero_e_Sexualidade_no_Brasil_Contemporaneo.pdf .						
BIROLI, Flavia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. (Org.). Gênero, neoconservadorismo e democracia : disputas e retrocessos na América. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.						
BUTLER, Judith. Quem tem medo do gênero? São Paulo: Boitempo, 2024.						
Bibliografia Complementar						
ACKELSBERG, Martha A. Mulheres Livres : a luta pela emancipação feminina e a Guerra Civil Espanhola. Trad. Júlia Rabahie. São Paulo: Elefante, 2019.						
BEAVOUIR, Simone de. O Segundo Sexo : fatos e mitos. 3. ed. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.						
BEAVOUIR, Simone de. O Segundo Sexo : a experiência vivida, volume 2. 3. ed. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.						
FERREIRA, Guilherme Gomes; IRINEU, Bruna Andrade Irineu. Diversidade sexual e de gênero e marxismo . 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2024.						
GIUGLIANI, Camila. et al. Violência sexual e direito ao aborto legal no Brasil : fatos e reflexões. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2021.						
PATEMAN, Carole. O Contrato Sexual . Traduzido por Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.						
PEREIRA, Denis da Silva. Violência contra LGBT's em Manaus : resistência e enfrentamento. Manaus: EDUA, 2020.						
RESTIER, Henrique; SOUZA, Rolf Malungo Ribeiro de. (Org.). Diálogos						

contemporâneos sobre homens negros e masculinidades. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2024.

SPADE, Dean. **Apoio mútuo** - construindo solidariedade durante essa crise (e a próxima). Porto Alegre: Criação Humana, 2021.

Cód.		Componente Curricular				
LA		Legislação Ambiental				
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
20h	-	20h	-	40h	40h	III/IV/V
Ementa O conceito de Meio Ambiente. Legislação ambiental: histórico, evolução e situação atual; conceito jurídico de meio ambiente; hierarquia das leis no Brasil; Convenções internacionais e sua relação com as legislações nacionais; principais legislações ambientais brasileiras; conceitos e temas relacionados à gestão ambiental; Política, legislação e instrumentos: o tripé da gestão; instrumentos aplicados à gestão ambiental: SGA; SGI; certificação ambiental e florestal; auditoria ambiental; estudos ambientais, zoneamento ambiental, licenciamento, avaliações, padrões de qualidade ambiental, entre outros. Responsabilidade Social.						
Bibliografia Básica BARRÈRE, M. (Org.). Terra, patrimônio comum: a ciência a serviço do meio ambiente e do desenvolvimento. São Paulo: Editora Nobel, 1992. 274 p. BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília-DF: Diário Oficial da União, 1981. BRASIL. Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília-DF: Diário Oficial da União, 1998. BRASIL. Lei 12.651 de 25 de maio de 2012. Novo Código Florestal. Brasília-DF: Diário Oficial da União, 2012. CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. Avaliação e Perícia Ambiental. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2013. RODRIGUEZ, J. M. M. SILVA, E. V. Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: problemática, tendências e desafios. 5ª ed. Fortaleza-CE: Expressão Gráfica, 2017. 244 p. SACHS, I. Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. São Paulo: Editora Vértice. 1986. SÁNCHEZ, L. E. Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2ª ed., 495 p, 2008.						
Bibliografia Complementar BRASIL. Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução nº 357, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Brasília-DF: Diário Oficial da União, 2005. MACHADO, P. A. L. Direito Ambiental Brasileiro. 14ª Ed. São Paulo: Malheiros. 2006. MESQUITA, R. A. Legislação ambiental brasileira: uma						

abordagem descomplicada. Rio de Janeiro: Quileditora, 2012. 400 p.

SILVA, G. E. N. **Direito Ambiental Internacional**. Rio de Janeiro-RJ: Thex Editora, 2002. 357 p.

TACHIZAWA, T. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa**: Estratégias de Negócios Focadas na Realidade Brasileira. São Paulo: Editora Atlas. 2006.

Cód.	Componente Curricular Optativo					
LBS	Língua Brasileira de Sinais - Libras					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
20	-	20	-	40	40	III/IV/V
Ementa						
Legislação e fundamentos históricos. A cultura surda. Princípios básicos. Estrutura linguística. Mitos sobre língua de sinais. Vocabulário datilológico. Expressões faciais e corporais. Classificadores. Sinais e comunicação: saudações, características pessoais, calendário e tempo, animais, objetos, relações de parentesco, vestimenta, alimentação, numerais, meios de transporte, localidades, profissões, esportes.						
Bibliografia Básica						
FERNANDES, Eulália. Libras em contextos educacionais: teoria e prática . 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2021.						
KARNOPP, Lodenir Becker. Aquisição da linguagem de sinais e o desenvolvimento de crianças surdas . 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2020						
MOURA, Livia. Educação bilíngue para surdos: fundamentos e práticas . 3. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2022.						
Bibliografia Complementar						
CASTRO, Alberto Rainha; CARVALHO, Ilza, Silva. Comunicação por Língua Brasileira de Sinais . 4. ed. Brasília: Editora Senac-DF, 2013						
CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; TEMOTEO, J. G.; MARTINS, A. C. Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: A Libras em Suas Mãos . Volume 1: Sinais de A a D. São Paulo, SP: Edusp. 2017						
CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; TEMOTEO, J. G.; MARTINS, A. C. Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: A Libras em Suas Mãos . Volume 2: Sinais de E a O. São Paulo, SP: Edusp. 2017.						
CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; TEMOTEO, J. G.; MARTINS, A. C. Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: A Libras em Suas Mãos . Volume 3: Sinais de P a Z. São Paulo, SP: Edusp. 2017						
QUADROS, Ronice Müller de. Libras: ensino, contexto e prática . Florianópolis: EdUFSC, 2020						

Cód.	Componente Curricular					
LE	Língua Espanhola Instrumental					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
20h	-	20h	-	40h	40h	III/IV/V
Ementa						
Estudo introdutório em nível básico da Língua Espanhola aplicada a Gestão Pública. Técnicas de Leitura, produção, compreensão e interpretação de diferentes gêneros textuais. Regras gerais. Vocabulário básico e específico da área de Gestão Pública. Breve histórico sobre a língua espanhola. Tradução de textos técnicos em língua espanhola.						
Bibliografia Básica						
GONZALES HERMOSO, A. Conjugar es fácil en español de España y de América Conjugar es fácil en español de España y de América. 2. ed. Madrid: Edelsa, 2011. MILANI, E. M. Gramática de Espanhol: para brasileiros Gramática de Espanhol: para brasileiros. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. SILVA, C. F. Gramática de Espanhol. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 2009						
Bibliografia Complementar						
ALARCOS LLORACH, E. Gramática de la lengua española Gramática de la lengua española. Madrid: Espasa Calpe.1994. GÓMEZ TORREGO, Leonardo. Gramática de la lengua española Gramática de la lengua española. 4. ed. Madrid: Ediciones SM, 1998. MATTE BON, Francisco. Gramática de la lengua española Gramática de la lengua española. De la :idea "a la lengua. 2.ed. Tomo 11. Madrid: Edelsa, 2002. MILANI, Esther Maria. Gramática de espanhol para brasileiros Gramática de espanhol para brasileiros - reformulado. São Paulo: Saraiva, 2006. REAL Academia Española; Asociación de Academias de la Lengua Española. Nueva Gramática de la lengua española. gramática de la lengua española. Madrid: Espasa-Calpe, 2009. 2 v.						

Cód.		Componente Curricular				
LI		Língua Inglesa Instrumental				
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
20h	-	20h	-	40h	40h	III/IV/V
Ementa						
Processo de leitura. Elementos iconográficos do texto. Texto como um todo linear, coeso e coerente. Estratégias de leitura. Gramática da língua inglesa. Gêneros textuais. Estruturas gramaticais, vocabulário e expressões pertinentes para a comunicação no ambiente institucional. Compreensão e produção oral e escritas em diferentes situações do cotidiano, aplicadas à gestão pública						
Bibliografia Básica						
AGA, Gisele. Upgrade Upgrade. Volume I . São Paulo: Richmond, 2010, MUNHOZ, Rosângela. Inglês Instrumental: estratégias de leitura, módulo I Inglês Instrumental: estratégias de leitura, módulo I. São Paulo: Texto novo, 2000. MUNHOZ, Rosângela. Inglês Instrumental: estratégias de leitura módulo 2 Inglês Instrumental: estratégias de leitura módulo 2. São Paulo: Textonovo 2000.						
Bibliografia Complementar						
ACKDICIONÁRIO Oxford escolar: para estudantes brasileiros de inglês — Nova ortografia. Editora Oxford, 2009. HOLLAENDER, Arnon; SANDERS, Sidney. New Keyword: A Complete English Course. A Complete English Course. São Paulo: Moderna, 2001. PORTELA, K. C. A.; SCHUMACHER, A. CALIXTO, B. J. Business English for Execu ves: Business English for Execu ves: Grammar, Texts, Business Letters. Grammar, Texts, Business Letters. São Paulo: Viena, 2007. PRESCHER, Elisabeth; PASQUALIN, Ernesto; AMOS, Eduardo. Inglês Inglês: Graded English. Volume Único. São Paulo: Moderna, 2003. WITTE, Roberto Ewald. Business English: Business English: A Practical Aproach. São Paulo: Saraiva 2003.						

Cód.	Componente Curricular					
NAS	Neurodiversidades, Acessibilidades e Sociedade					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EAD	Extensão	Total		
20h	-	20h	-	40h	40h	III/IV/V
Ementa						
Neurodiversidade: histórico, definições e ativismos. Deficiência como construção social. Capacitismo e normatividades compulsórias. Acessibilidades e emancipação. Anticapacitismo e ética do cuidado. Redes de apoio e políticas públicas. Tecnologias assistivas e práticas multidisciplinares.						
Bibliografia Básica						
ABREU, Tiago. O que é neurodiversidade? Goiânia: Cânone Editorial, 2022.						
GESSER, Marivete; BÖCK, Geisa L. K.; LOPES, Paula H. (Orgs.). Estudos da Deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. Curitiba: CRV, 2020.						
MCRUER, Robert. Teoria crip: signos culturais entre o queer e a deficiência. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2024.						
Bibliografia Complementar						
FELIX, Gil; LAGE, Aline. (Org.). Capitalismo e surdez. Bremen (GER): El Tiple, 2021. Disponível em: https://dspace.unila.edu.br/items/18e53f73-32e2-455a-959c-4bcc39d869ca .						
MELLO, Anahí Guedes de; GESSER, Marivete; DINIZ, Debora. Diálogos feministas sobre a deficiência. Revista Estudos Feministas , v. 32, n. 3, p. e102006, 2024.						
MORAES, Marcia. et. al. (Org.). Deficiência em questão: para uma crise da normalidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2018.						
RIBEIRO, Kátia Suely Queiroz Silva; MEDEIROS, Arthur de Almeida; SILVA, Sílvia Lanziotti Azevedo da. (Org.). Redecin Brasil: o cuidado na rede de atenção à pessoa com deficiência nos diferentes Brasis. 1. ed. Porto Alegre, RS: Editora Rede Unida, 2022. Disponível em: https://editora.redeunida.org.br/wp-content/uploads/2022/08/Livro-Redecin-Brasil-o-cuidado-na-rede-de-atencao-a-pessoa-com-deficiencia-nos-diferentes-Brasis.pdf .						
SILVA, Solange Cristina da; BECHE, Rose Clér Estivaleta; COSTA, Laureane Marília de Lima. (Org.). Estudos da deficiência na educação: anticapacitismo, interseccionalidade e ética do cuidado. Florianópolis: UDESC, 2022. Disponível em:						

Cód.	Componente Curricular					
PPASA	Políticas Públicas Aplicadas aos Sistemas Agroambientais					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
20h	-	20h	-	40h	40h	III/IV/V
Ementa						
Estudo das políticas públicas aplicadas aos sistemas agroambientais, com ênfase na análise dos instrumentos de gestão, planejamento e avaliação no contexto do desenvolvimento sustentável. Abordagem das relações entre Estado, sociedade e sistemas produtivos, considerando os arranjos produtivos locais e a gestão dos recursos naturais. Agroecologia, segurança alimentar e conservação ambiental como eixos estruturantes das políticas públicas. Governança territorial, inovação e desafios contemporâneos na gestão pública de sistemas agroambientais.						
Bibliografia Básica						
CHRISPINO, Alvaro. Introdução ao estudo das políticas públicas : uma visão interdisciplinar e contextualizada. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2016. 256 p. ISBN 9788522517800.						
LEFF, Enrique. Saber ambiental : sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2018. 494 p. (Coleção educação ambiental). ISBN 9788532626097.						
ZOGHBI, Joseane. Eficiência na gestão pública . 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Brasport, 2016. 136 p. ISBN 9788574528137.						
Bibliografia Complementar						
BORGES, Heloisa da Silva; VILHENA JÚNIOR, Waldemar Moura (org.). Educação do campo e as políticas sociais públicas . Boa Vista, RR: EDUFRR, 2015. 264 p. ISBN 9788582880883.						
LEITE, Maria Laís dos Santos. Políticas públicas, agricultura familiar e sustentabilidade . 1. ed. Foz do Iguaçu. CLAECE-books, 2021. 212 p. ISBN 978-65-89284-07-9.						
MAZZOTTA, Marcos J. S. Educação especial no Brasil : história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2019. 231 p. ISBN 9788524917097.						
RODRIGUES, Francilene dos Santos; PEREIRA, Mariana Cunha (org.). Estudos transdisciplinares na Amazônia setentrional : fronteiras, migração e políticas públicas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. 206p. ISBN 9788577851522 (broch.).						
SANTILLI, Juliana. Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores . São Paulo: Peirópolis, 2009. 519 p. ISBN 9788575961575.						
SECCHI, Leonardo. Análise de políticas públicas : diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage						

Cód.	Componente Curricular					
TEGP	Tópicos Especiais em Gestão Pública					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Semestre
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
20h	-	20h	-	40h	40h	III/IV/V
Ementa						
Componente curricular de tópico variável direcionado à abordagem de desafios contemporâneos do Campo de Públicas a partir de perspectivas interdisciplinares críticas. O objetivo é fomentar reflexões e formação em gestão pública em conformidade com os principais temas da agenda de pesquisa do corpo docente do curso, bem como a partir dos objetos de estudo dos discentes.						
Bibliografia Básica						
PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma Nova Gestão Pública. Rio de Janeiro: FGV, 2005. RAMOS, Alberto Guerreiro. A Nova Ciência das Organizações: reconceituação da riqueza das nações. Trad. Francisco G. Heidemann e Ariston Azevedo. Florianópolis: Enunciado Publicações, 2022. RIVERA CUSICANQUI, Silvia. Um mundo <i>ch'ixi</i> é possível: ensaios de um presente em crise. Tradução Sue Iamamoto. São Paulo: Elefante, 2024.						
Bibliografia Complementar						
BOURDIEU, Pierre. Contrafogos 2: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. BOURDIEU, Pierre. Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. CUNHA, Elcemir Paço; FERRAZ, Deise Luiza. (Org.) Crítica marxista da administração. Rio de Janeiro: Rizoma, 2018. FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. 2ª ed. São Paulo: Elefante, 2023. PAES DE PAULA, Ana Paula. Repensando os Estudos Organizacionais: Por uma Nova Teoria do Conhecimento. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora e FAPEMIG, 2015. POLANYI, Karl. A subsistência do Homem e ensaios correlatos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. POLANYI, Karl. A Grande Transformação: as origens da nossa época. Trad. Fanny Wrabel. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Compus,						

2000.

8. TERMINALIDADE - SAÍDAS INTERMEDIÁRIAS

Este curso não prevê terminalidades intermediárias.

9 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constitui componente curricular obrigatório do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, concebido como atividade acadêmico-científica de natureza integradora, interdisciplinar e articulada ao perfil profissional do egresso, às competências previstas no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST), às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e às demandas contemporâneas da administração pública, da gestão social e das políticas públicas.

Em conformidade com a Resolução nº 730/2023/CONSUP/IFRR, o TCC caracteriza-se como produção acadêmica orientada, resultante do processo de construção do conhecimento desenvolvido pelo(a) estudante ao longo da formação, envolvendo investigação científica, reflexão crítica, articulação teoria-prática, inovação em gestão pública e proposição de soluções aplicadas à realidade institucional e social.

O TCC será desenvolvido nos períodos finais do curso, por meio dos componentes curriculares Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II, ambos com carga horária de 40 (quarenta) horas, totalizando 80 (oitenta) horas, devendo as normativas institucionais e suas atualizações.

O componente Trabalho de Conclusão de Curso I contemplará:

- definição e delimitação do tema;
- elaboração do projeto de pesquisa;
- construção do referencial teórico;
- definição dos procedimentos metodológicos;
- planejamento das etapas investigativas;
- submissão a Comitê de Ética em Pesquisa, quando aplicável;
- desenvolvimento inicial da produção acadêmica.

O componente Trabalho de Conclusão de Curso II contemplará:

- execução da pesquisa;
- análise e interpretação dos dados;
- elaboração da versão final do trabalho;
- socialização científica dos resultados;
- defesa pública perante Banca Examinadora;
- entrega da versão final para composição do acervo institucional e repositório acadêmico.

O TCC deverá, prioritariamente, estar articulado às linhas de formação e aos eixos estruturantes do curso, contemplando temáticas relacionadas à gestão pública, administração pública contemporânea, políticas públicas, governança, inovação no setor público, planejamento governamental, controle social, transparência, sustentabilidade, desenvolvimento regional, gestão participativa, transformação digital no setor público e áreas correlatas.

O trabalho poderá ser desenvolvido individualmente ou em dupla, mediante aprovação do(a) orientador(a) e anuência da Coordenação do Curso, considerando-se a complexidade da proposta, a viabilidade metodológica e os objetivos de aprendizagem.

Serão admitidas como modalidades de TCC:

- Artigo científico, de revisão ou original;
- Relatório técnico e/ou científico;
- Inovação de produto, processo ou serviço.

Todas as modalidades deverão observar:

- rigor científico e metodológico;

- coerência teórico-conceitual;
- ética em pesquisa;
- normas institucionais vigentes;
- normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- princípios de integridade acadêmica e combate ao plágio.

Como estratégia de fortalecimento da pesquisa aplicada, da produção científica e da inserção acadêmica dos estudantes, será aceita, para fins de integralização do TCC, a produção de artigo científico publicado ou aceite para publicação após o ingresso do(a) estudante no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I – aderência às áreas de formação e aos objetivos do curso;
- II – desenvolvimento sob orientação de docente do IFRR;
- III – participação do(a) orientador(a) como coautor(a) da publicação;
- IV – publicação ou aceite em periódico científico indexado e classificado no sistema Qualis/CAPES;
- V – apresentação oral obrigatória perante Banca Examinadora;
- VI – submissão aos mesmos critérios de avaliação acadêmica aplicáveis aos demais TCCs;
- VII – comprovação documental da publicação ou aceite editorial.

A orientação acadêmica do TCC será realizada por docente com formação e/ou experiência compatível com a temática desenvolvida, observando-se as o limite de orientações previsto nas normas institucionais. Compete ao(à) professor(a) orientador(a), dentre outras atribuições especificadas em normativas institucionais, as seguintes:

- acompanhar sistematicamente o desenvolvimento do trabalho;
- orientar quanto aos procedimentos científicos e metodológicos;
- promover reuniões periódicas de orientação;
- registrar as atividades desenvolvidas;
- avaliar o desempenho acadêmico do(a) estudante;
- zelar pela ética, autoria e originalidade da produção científica.

A formalização da orientação ocorrerá mediante abertura de processo eletrônico no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), devendo constar, obrigatoriamente:

- Termo de Aceite de Orientação;
- Parecer Avaliativo;
- Declaração de Inexistência de Plágio;
- Termo de Autorização para o Repositório Institucional;
- Ata de Defesa;
- Versão final do trabalho.

O TCC será submetido à defesa pública perante Banca Examinadora composta por, no mínimo, 03 (três) membros titulares, observando-se os princípios da impessoalidade, qualificação acadêmica e aderência temática.

O(A) professor(a) orientador(a) será membro nato e presidente da Banca Examinadora.

Será obrigatória a participação de, pelo menos, um servidor do IFRR dentre os membros titulares da banca, podendo ser:

- I – docente do mesmo campus ou de outros campi do IFRR;
- II – técnico-administrativo em educação com formação ou experiência na área do trabalho.

Poderão integrar a banca profissionais externos, pesquisadores, especialistas ou representantes de instituições públicas e privadas, desde que possuam titulação ou experiência comprovadamente compatível com a temática do TCC, fortalecendo a integração entre formação acadêmica, mundo do trabalho e sociedade.

A defesa do TCC ocorrerá em sessão pública, em evento acadêmico específico, presencial, híbrido ou mediado por tecnologias digitais, assegurando-se ampla divulgação institucional e observância aos princípios de publicidade e transparência acadêmica.

O prazo máximo para realização da defesa observará o período de integralização curricular previsto neste Projeto Pedagógico de Curso. A sessão de defesa compreenderá as seguintes etapas:

- I – apresentação oral do trabalho pelo(a)(s) estudante(s);
- II – arguição pelos membros da Banca Examinadora;
- III – reunião reservada para deliberação da banca;
- IV – divulgação pública do resultado;
- V – lavratura e assinatura da Ata de Defesa.

A apresentação oral terá duração mínima de 20 (vinte) minutos e máxima de 30 (trinta) minutos, podendo a Banca Examinadora estabelecer tempo adicional para arguição e respostas.

A avaliação do TCC será processual, formativa e somativa, considerando:

- relevância acadêmica e social da temática;
- domínio teórico-conceitual;
- rigor metodológico;
- capacidade analítica e crítica;
- aplicabilidade dos resultados;
- inovação e contribuição para a gestão pública;
- coerência textual e argumentativa;
- observância às normas científicas;
- qualidade da apresentação oral;
- capacidade de defesa e argumentação acadêmica.

Será considerado aprovado o(a) estudante que obtiver desempenho satisfatório conforme critérios estabelecidos em regulamento institucional e cumprir integralmente as exigências acadêmicas, documentais e legais previstas neste PPC e nas normativas do IFRR.

Após a aprovação, o(a) estudante deverá entregar a versão final corrigida do trabalho, em formato digital, acompanhada da documentação exigida institucionalmente, para fins de arquivamento, composição do acervo acadêmico e disponibilização no Repositório Institucional do IFRR, observando-se a legislação referente aos direitos autorais, propriedade intelectual, ética em pesquisa e proteção de dados.

As disposições referentes ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) previstas neste Projeto Pedagógico de Curso deverão ser interpretadas e aplicadas em consonância com a legislação educacional vigente, com as Diretrizes Curriculares Nacionais, com as normativas institucionais do IFRR e com os princípios da administração pública. Eventuais resoluções, regulamentos, instruções normativas ou demais atos institucionais supervenientes que venham a disciplinar, atualizar ou regulamentar a matéria após a aprovação deste PPC deverão ser obrigatoriamente observados, aplicados e cumpridos por todos os envolvidos, passando a integrar, complementar e orientar os procedimentos acadêmicos relativos ao TCC no âmbito do curso.

O TCC, enquanto prática integradora de ensino, pesquisa e extensão, constitui importante instrumento de consolidação das competências profissionais, científicas, éticas e cidadãs previstas no perfil do egresso, contribuindo para a formação de profissionais críticos, reflexivos, inovadores e comprometidos com a melhoria da gestão pública e com o desenvolvimento social sustentável.

10 PRÁTICA PROFISSIONAL

A prática profissional é inerente à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e constitui princípio educativo estruturante da formação humana e profissional, orientando a organização curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. Fundamentada na indissociabilidade entre educação, trabalho, ciência, tecnologia, cultura e inovação, a prática profissional possibilita ao estudante compreender criticamente a realidade, produzir conhecimentos e desenvolver competências para intervir, de forma ética, técnica e socialmente comprometida, nos diferentes contextos da administração pública.

No âmbito deste Projeto Pedagógico de Curso, a prática profissional não se caracteriza como

componente curricular autônomo, mas integra a carga horária de componentes curriculares específicos da matriz curricular, nos quais sua natureza epistemológica, metodológica e formativa apresenta aderência ao desenvolvimento de experiências práticas relacionadas às competências profissionais previstas para o Tecnólogo em Gestão Pública. Essa organização assegura que teoria e prática sejam desenvolvidas de forma integrada ao longo de todo o percurso formativo, evitando sua fragmentação e promovendo a aprendizagem contextualizada e significativa.

Sua concepção fundamenta-se na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Tecnológica de Graduação, instituídas pela Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos Cursos Superiores de Tecnologia, estabelecidas pela Resolução CNE/CP nº 3, de 18 de dezembro de 2002, no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, nas Diretrizes do Campo de Públicas e nas normas institucionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), orientando-se pelos princípios da formação por competências, da interdisciplinaridade, da contextualização da aprendizagem, da integração entre teoria e prática, da inovação, da sustentabilidade, da ética e do compromisso com o interesse público.

A prática profissional tem como finalidade desenvolver competências técnicas, gerenciais, analíticas, investigativas, éticas e socioemocionais indispensáveis ao exercício profissional do Tecnólogo em Gestão Pública, favorecendo a capacidade de compreender, analisar, diagnosticar, planejar, organizar, dirigir, executar, monitorar, controlar e avaliar processos administrativos, políticas públicas, programas, projetos, serviços públicos e instrumentos de gestão governamental, em consonância com os princípios constitucionais da Administração Pública, as demandas da sociedade e as especificidades do desenvolvimento regional.

No Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, a prática profissional possui carga horária total de 40 (quarenta) horas, distribuídas transversalmente em 10 (dez) componentes curriculares, correspondendo a 4 (quatro) horas em cada componente curricular. Essa organização assegura que as atividades práticas sejam desenvolvidas de forma articulada aos conteúdos específicos de cada componente, promovendo a contextualização da aprendizagem, a integração entre diferentes áreas do conhecimento, a progressão das competências profissionais e a consolidação do perfil do egresso ao longo do percurso formativo.

A prática profissional será desenvolvida de forma integrada aos componentes curriculares cuja natureza epistemológica, metodológica e formativa apresenta maior aderência ao desenvolvimento de competências aplicadas à Gestão Pública, constituindo espaço privilegiado para a articulação entre conhecimentos científicos, tecnológicos, técnicos e profissionais, em consonância com os princípios da Educação Profissional e Tecnológica, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Superiores de Tecnologia e com o perfil profissional do egresso estabelecido neste Projeto Pedagógico de Curso.

A seleção desses componentes fundamenta-se na predominância de conteúdos voltados à análise, ao planejamento, à execução, ao monitoramento, à avaliação e ao aperfeiçoamento de processos, programas, projetos, políticas públicas e atividades inerentes à administração pública, favorecendo a aplicação dos conhecimentos construídos ao longo do percurso formativo em situações reais ou simuladas do contexto profissional.

Nessa perspectiva, a prática profissional será desenvolvida nos seguintes componentes curriculares:

- 1º semestre: Fundamentos de Administração Pública; Fundamentos de Economia;
- 2º semestre: Orçamento e Finanças Públicas; Políticas Públicas;
- 3º semestre: Compras Governamentais e Convênios; Patrimônio e Logística Aplicada ao Setor Público;
- 4º semestre: Gestão de Documentos e Arquivística; Comunicação e Marketing no Setor Público;
- 5º semestre: Controles no Setor Público; Gestão de Projetos.

Em cada um desses componentes, a prática profissional será planejada de forma intencional pelo docente responsável e explicitada no respectivo Plano de Ensino, contemplando objetivos de aprendizagem, competências e habilidades a serem desenvolvidas, estratégias metodológicas, atividades práticas, instrumentos de avaliação e resultados de aprendizagem esperados, assegurando coerência entre o perfil profissional do egresso, as competências do componente curricular e as demandas contemporâneas da Gestão Pública.

As práticas profissionais privilegiarão metodologias ativas de aprendizagem, fundamentadas na resolução de problemas, análise de situações reais, estudos de caso, aprendizagem baseada em projetos, elaboração de produtos técnicos, simulações de processos administrativos, oficinas, visitas técnicas, projetos de intervenção, desenvolvimento de soluções para organizações públicas e demais estratégias que promovam a integração entre teoria e prática, estimulando a autonomia intelectual, o pensamento crítico, a inovação, a ética profissional e a tomada de decisões fundamentadas.

As atividades poderão ser desenvolvidas nas dependências do Instituto Federal de Roraima ou em parceria com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunais de Contas, Defensorias Públicas, autarquias, fundações públicas, empresas estatais, conselhos de políticas públicas, organizações da sociedade civil, instituições de ensino, agências de desenvolvimento e demais organizações cujas atividades sejam compatíveis com os objetivos formativos do curso.

A natureza epistemológica desses componentes favorece a compreensão crítica da realidade administrativa e das políticas públicas; sua natureza metodológica possibilita a aplicação de instrumentos, técnicas e procedimentos próprios da Gestão Pública; e sua natureza formativa promove o desenvolvimento integrado de competências técnicas, analíticas, éticas, gerenciais e socioemocionais indispensáveis ao exercício profissional do Tecnólogo em Gestão Pública, fortalecendo a capacidade de planejar, organizar, dirigir, controlar, monitorar e avaliar processos administrativos e políticas públicas orientadas ao interesse público e ao desenvolvimento regional.

A prática profissional, assim concebida, consolida-se como eixo articulador do processo formativo, contribuindo para a integração entre ensino, pesquisa, extensão e inovação, para a contextualização das aprendizagens, para a interdisciplinaridade e para a construção de soluções voltadas às demandas da administração pública e da sociedade, em consonância com os princípios que regem a Educação Profissional e Tecnológica e os referenciais de qualidade adotados pelo Ministério da Educação para os cursos superiores de tecnologia.

As práticas profissionais compreenderão situações reais ou simuladas de aprendizagem, favorecendo a aplicação integrada dos conhecimentos construídos ao longo do curso e podendo contemplar, entre outras atividades:

- projetos integradores e projetos de intervenção;
- diagnóstico institucional e organizacional;
- estudos de caso e resolução de problemas da administração pública;
- elaboração de planos, programas, projetos e instrumentos de gestão;
- planejamento, organização, direção, execução, monitoramento, controle e avaliação de processos administrativos, políticas públicas, programas, projetos e serviços públicos;
- mapeamento, modelagem, análise e redesenho de processos organizacionais;
- elaboração de pareceres técnicos, notas técnicas, relatórios gerenciais, planos de ação e demais documentos administrativos;
- simulações de audiências públicas, conselhos gestores, processos licitatórios, contratos administrativos, processos decisórios e demais práticas inerentes à gestão pública;
- oficinas técnicas e laboratórios de práticas administrativas;
- visitas técnicas e estudos de campo;
- vivências supervisionadas em instituições públicas;
- ações de curricularização da extensão;
- atividades de pesquisa aplicada;
- desenvolvimento de produtos técnicos, tecnológicos e soluções inovadoras voltadas ao aperfeiçoamento da gestão pública.

As atividades serão desenvolvidas mediante metodologias ativas de aprendizagem, privilegiando a aprendizagem baseada em problemas (Problem Based Learning – PBL), aprendizagem baseada em projetos (Project Based Learning – PBL), estudos de caso, simulações, metodologias investigativas, design thinking, oficinas práticas, aprendizagem colaborativa e demais estratégias que promovam o protagonismo discente, a inovação, o pensamento crítico, a tomada de decisão e a integração entre teoria e prática.

O acompanhamento da prática profissional será realizado continuamente pelos docentes responsáveis pelos componentes curriculares, mediante orientação, supervisão e acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas, observando o desenvolvimento das competências profissionais, a capacidade de aplicação dos conhecimentos, a postura ética, a autonomia intelectual, a capacidade analítica, a resolução de problemas e a qualidade técnica dos produtos elaborados.

A avaliação da prática profissional possuirá caráter diagnóstico, formativo e processual, integrando a avaliação do componente curricular ao qual estiver vinculada. Conforme a natureza da atividade desenvolvida, poderão ser utilizados relatórios técnicos, pareceres, portfólios, projetos, estudos de caso, produtos técnicos e tecnológicos, planos de intervenção, apresentações orais, seminários, registros reflexivos, autoavaliação, avaliação por pares e outros instrumentos definidos no Plano de Ensino, observadas as disposições da Organização Didática do IFRR.

A inserção transversal da prática profissional ao longo da matriz curricular fortalece a integração entre ensino, pesquisa, extensão e inovação, favorece a articulação entre os fundamentos científicos e sua aplicação prática, amplia a aproximação entre a formação acadêmica e a realidade das organizações públicas e consolida uma formação orientada por competências, preparando profissionais capazes de atuar de forma crítica, inovadora, ética e socialmente comprometida no planejamento, formulação, implementação, monitoramento, avaliação e aperfeiçoamento das políticas públicas, da gestão governamental e dos serviços públicos, contribuindo para o fortalecimento das instituições democráticas, da governança pública e do desenvolvimento sustentável do município de Bonfim, do estado de Roraima e da Amazônia.

11 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Campus Bonfim não contempla a obrigatoriedade de Estágio Curricular Supervisionado como componente integrante da matriz curricular obrigatória. A articulação entre os conhecimentos teóricos e as práticas profissionais será desenvolvida de forma transversal ao longo do curso, por meio de componentes curriculares, atividades práticas, projetos integradores e outras estratégias pedagógicas que promovam a contextualização do processo formativo.

Em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, o estudante poderá, de forma facultativa, realizar Estágio Curricular Não Obrigatório, como atividade complementar à sua formação acadêmica. O estágio não obrigatório caracteriza-se como atividade opcional, acrescida à carga horária mínima exigida para integralização do curso, não constituindo requisito para a obtenção do diploma.

A realização do estágio não obrigatório estará condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos:

- celebração de convênio entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) e a instituição concedente;
- formalização de Termo de Compromisso de Estágio (TCE) entre o estudante, a instituição concedente e o IFRR;
- compatibilidade entre as atividades desenvolvidas e a área de formação do curso;
- acompanhamento e supervisão por profissional da área de conhecimento na instituição concedente e por docente orientador vinculado ao curso;
- cumprimento das disposições legais e normativas institucionais vigentes.

A organização e execução do estágio não obrigatório observarão os seguintes dispositivos legais e institucionais:

- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 (Lei do Estágio);
- Resolução CONSUP/IFRR nº 418/2018;

- Resolução CONSUP/IFRR nº 292/2017;
- Organização Didática do IFRR (Resolução CONSUP/IFRR nº 716/2023);
- demais normativas institucionais aplicáveis.

O estágio não obrigatório deverá contribuir para o desenvolvimento de competências profissionais, éticas e técnicas, favorecendo a inserção do estudante no mundo do trabalho e a consolidação dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso.

12 ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICA-CULTURAIS (AACCs)

As Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs) constituem componente curricular obrigatório de natureza formativa complementar, destinadas ao enriquecimento da formação acadêmica e profissional do estudante, por meio da ampliação e diversificação de experiências de aprendizagem para além dos componentes curriculares da matriz do curso.

Em conformidade com a Resolução CONSUP/IFRR nº 824, de 25 de fevereiro de 2025, as AACCs têm por finalidade complementar o processo formativo mediante a participação em atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação, representação estudantil, iniciação à docência e demais ações acadêmicas compatíveis com os objetivos do curso, promovendo o desenvolvimento de competências técnicas, científicas, éticas, sociais, culturais e profissionais, em consonância com o perfil do egresso e com os princípios da Educação Profissional e Tecnológica.

No Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, as AACCs possuem carga horária obrigatória de 100 (cem) horas, devendo ser integralizadas durante o período de realização do curso como requisito para a conclusão da formação e para a obtenção do diploma de Tecnólogo(a) em Gestão Pública.

As atividades poderão ser desenvolvidas nas modalidades presencial, semipresencial ou a distância, no âmbito do Instituto Federal de Roraima ou em outras instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, desde que contribuam para a formação acadêmica e profissional do estudante e apresentem compatibilidade com os objetivos, as competências e o perfil profissional previstos neste Projeto Pedagógico de Curso.

A validação das AACCs observará os critérios de pertinência acadêmica, carga horária, documentação comprobatória e demais requisitos estabelecidos na regulamentação institucional vigente. Os procedimentos relativos ao registro, à pontuação, à análise, à validação e à averbação das atividades obedecerão ao disposto na Resolução CONSUP/IFRR nº 824, de 25 de fevereiro de 2025, ou em norma institucional que venha a substituí-la.

As AACCs contribuem para o fortalecimento da formação integral do estudante, favorecendo a integração entre ensino, pesquisa, extensão e inovação, o desenvolvimento da autonomia intelectual, da formação cidadã, da responsabilidade social, da produção do conhecimento e da aproximação entre a formação acadêmica e as demandas da gestão pública e do desenvolvimento regional.

13 ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA

A organização didático-pedagógica do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública fundamenta-se nos princípios da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), compreendendo o trabalho como princípio educativo, a pesquisa como princípio pedagógico, a inovação como estratégia de desenvolvimento institucional e a extensão como processo formativo articulado ao ensino e à pesquisa. Essa concepção orienta a formação integral do estudante, promovendo o desenvolvimento articulado de competências técnicas, científicas, éticas, políticas, socioemocionais e tecnológicas necessárias ao exercício profissional na gestão pública contemporânea.

A proposta metodológica do curso foi concebida em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Superiores de Tecnologia, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos do Campo de Públicas, com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, com a Organização Didática do IFRR e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2024–2028), assegurando coerência entre o perfil do egresso, os objetivos do curso, as competências profissionais, a matriz curricular, as metodologias de ensino, os processos de avaliação da aprendizagem e as demandas da administração pública.

O processo de ensino e aprendizagem privilegia metodologias que favorecem o protagonismo estudantil, a aprendizagem significativa, a integração entre teoria e prática, a interdisciplinaridade, a contextualização dos conteúdos, a inovação, a transformação digital da gestão pública, a resolução de problemas e a construção coletiva do conhecimento, considerando as especificidades socioeconômicas, culturais, ambientais e territoriais do município de Bonfim, da região de fronteira Brasil–Guiana, do estado de Roraima e da Amazônia.

A organização curricular foi estruturada de forma progressiva e integrada, possibilitando que os componentes curriculares dialoguem entre si e contribuam, de maneira articulada, para o desenvolvimento das competências previstas no perfil profissional do egresso. Nesse contexto, os conteúdos, as atividades de ensino, as práticas profissionais, os projetos integradores, as atividades de pesquisa, a curricularização da extensão, as atividades complementares e o Trabalho de Conclusão de Curso constituem experiências formativas complementares e interdependentes, fortalecendo a unidade pedagógica do curso.

As práticas pedagógicas serão planejadas pelos docentes e explicitadas nos respectivos Planos de Ensino, contemplando objetivos de aprendizagem, competências profissionais, conteúdos, metodologias, recursos didáticos, estratégias de avaliação e cronograma de execução, assegurando coerência entre o planejamento, o desenvolvimento das atividades acadêmicas e os resultados de aprendizagem esperados.

Os componentes curriculares poderão desenvolver atividades de natureza interdisciplinar, multidisciplinar, pluridisciplinar ou transdisciplinar, promovendo a integração entre diferentes áreas do conhecimento e favorecendo a compreensão da complexidade dos problemas enfrentados pela administração pública. Essa articulação ocorrerá por meio de projetos integradores, práticas profissionais, estudos de caso, ações extensionistas, pesquisas aplicadas, oficinas, seminários, visitas técnicas, eventos científicos, tecnológicos e culturais, bem como outras atividades acadêmicas que fortaleçam a contextualização da aprendizagem e a integração entre ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Os Projetos Integradores constituem importante estratégia metodológica para o desenvolvimento das competências profissionais previstas neste Projeto Pedagógico de Curso, possibilitando aos estudantes analisar problemas reais ou simulados da administração pública, elaborar diagnósticos, propor soluções inovadoras, desenvolver projetos de intervenção e atuar de forma colaborativa na resolução de desafios relacionados ao planejamento governamental, à gestão de políticas públicas, à governança, ao controle social, à transformação digital, à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional.

Em consonância com a natureza aplicada da formação tecnológica, as metodologias de ensino privilegiarão situações de aprendizagem contextualizadas e orientadas à resolução de problemas, estimulando a autonomia intelectual, a capacidade analítica, o pensamento crítico, a tomada de decisão baseada em evidências, a inovação e a aprendizagem colaborativa.

Para o desenvolvimento das competências previstas no perfil do egresso, poderão ser utilizadas, isoladamente ou de forma integrada, diferentes estratégias metodológicas, dentre as quais se destacam: aulas expositivo-dialogadas; estudos dirigidos; estudos de caso; aprendizagem baseada em problemas (Problem Based Learning – PBL); aprendizagem baseada em projetos (Project Based Learning – PBL); aprendizagem baseada em competências; metodologias investigativas; sala de aula invertida; gamificação; design thinking; cultura maker; resolução de situações-problema; pesquisa de campo; oficinas temáticas; simulações de ambientes institucionais; júris simulados; seminários; debates; mesas-redondas; painéis; aprendizagem colaborativa; mapas conceituais; portfólios; webquests; infográficos; produção de pareceres técnicos; elaboração de projetos de intervenção; análise de políticas públicas; utilização de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs); Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA Moodle); recursos educacionais digitais; inteligência artificial aplicada à aprendizagem; além de outras estratégias compatíveis com os objetivos formativos de cada componente curricular.

As metodologias adotadas priorizam a integração permanente entre ensino, pesquisa, extensão, inovação e prática profissional, favorecendo o desenvolvimento de competências relacionadas ao planejamento, organização, direção, controle, monitoramento e avaliação das organizações públicas, bem como à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, gestão por resultados, governança pública, transparência, participação social, transformação digital, sustentabilidade, ética e inovação no setor público.

A seleção das estratégias metodológicas observará a natureza epistemológica e metodológica de cada componente curricular, os objetivos de aprendizagem, os diferentes estilos de aprendizagem dos estudantes, os princípios da educação inclusiva, da acessibilidade e do desenho universal para a aprendizagem, bem como as especificidades da oferta semipresencial do curso. As atividades desenvolvidas por meio das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação integrarão organicamente o processo educativo, promovendo interação permanente entre docentes e estudantes, flexibilização dos percursos formativos, ampliação das possibilidades de aprendizagem e fortalecimento da autonomia discente.

A efetividade das metodologias adotadas será acompanhada continuamente pela Coordenação do Curso, pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), pelo Colegiado do Curso e pela Coordenação Pedagógica, mediante análise dos indicadores de desempenho acadêmico, dos resultados da avaliação da aprendizagem, da autoavaliação institucional, das avaliações externas e das evidências produzidas ao longo da implementação deste Projeto Pedagógico de Curso. As informações obtidas subsidiarão o aperfeiçoamento permanente das práticas pedagógicas, das metodologias de ensino e da organização curricular, assegurando a melhoria contínua da qualidade da formação ofertada e sua aderência às demandas da gestão pública e do desenvolvimento regional.

13.1 Curricularização da Extensão

Em atendimento ao disposto na Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, e na Resolução CONSUP/IFRR Nº 881, de 27 de janeiro de 2026, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública incorpora a curricularização da extensão como componente essencial do processo formativo, assegurando a integração entre ensino, pesquisa e extensão por meio do desenvolvimento de atividades acadêmicas voltadas à interação dialógica com a sociedade e à produção de impactos sociais, educacionais, culturais, científicos, tecnológicos e institucionais.

A curricularização da extensão fundamenta-se na concepção de que o conhecimento acadêmico deve dialogar permanentemente com as demandas da comunidade, contribuindo para a formação de profissionais socialmente comprometidos, críticos, éticos e capazes de atuar na transformação da realidade por meio da gestão pública.

No âmbito deste curso, a extensão constitui espaço privilegiado para a aplicação dos conhecimentos construídos durante a formação, possibilitando aos estudantes desenvolver competências relacionadas ao planejamento, organização, direção, execução, monitoramento e avaliação de ações extensionistas voltadas à promoção do desenvolvimento regional, da cidadania, da participação social e da melhoria dos serviços públicos.

A curricularização da extensão será desenvolvida por meio de três componentes curriculares específicos, denominados Curricularização da Extensão I, Curricularização da Extensão II e Curricularização da Extensão III, ofertados, respectivamente, no segundo, terceiro e quarto semestres do curso, com carga horária de 60 (sessenta) horas cada, totalizando 180 (cento e oitenta) horas, em conformidade com a legislação vigente.

As atividades extensionistas serão desenvolvidas prioritariamente por meio de programas e projetos de extensão, podendo contemplar, conforme os objetivos de cada componente curricular e a natureza da ação extensionista, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços à comunidade, observando as diretrizes institucionais da extensão universitária.

Os programas e projetos vinculados às Atividades Curriculares de Extensão (ACE) deverão apresentar, no mínimo, título, justificativa, objetivos, ementa, componentes curriculares envolvidos, equipe executora, público-alvo, cronograma de execução, estratégias metodológicas, indicadores de acompanhamento, recursos necessários, formas de avaliação, resultados esperados, impacto social e referências, observando os procedimentos institucionais estabelecidos pelo IFRR.

As ações extensionistas serão desenvolvidas em articulação com órgãos públicos, organizações da sociedade civil, instituições de ensino, conselhos de políticas públicas, movimentos sociais e demais parceiros institucionais, fortalecendo a interação entre a comunidade acadêmica e a sociedade e contribuindo para a formação cidadã e profissional dos estudantes.

As atividades dos componentes curriculares de extensão contemplarão os seguintes eixos temáticos:

Curricularização da Extensão I (II semestre): desenvolvimento de ações voltadas à promoção da inclusão, da acessibilidade e da equidade.

Curricularização da Extensão II (III semestre): desenvolvimento de ações voltadas à promoção do multiculturalismo, da interculturalidade, da valorização da diversidade étnico-racial, cultural, social, linguística e de gênero, do respeito aos direitos humanos e da inclusão social.

Curricularização da Extensão III (IV semestre): desenvolvimento de ações de educação ambiental, sustentabilidade, responsabilidade socioambiental e promoção do desenvolvimento sustentável.

Compete ao Coordenador do Curso acompanhar a execução das Atividades Curriculares de Extensão, realizar os encaminhamentos acadêmicos necessários e proceder aos registros institucionais previstos nas normas do IFRR. Aos docentes responsáveis compete elaborar, cadastrar, coordenar, executar, acompanhar e avaliar os programas e projetos extensionistas, registrar a frequência e o desempenho dos estudantes e encaminhar a documentação pertinente aos setores competentes. Aos estudantes compete participar das atividades propostas, cumprir as etapas previstas nos programas e projetos, elaborar os produtos acadêmicos exigidos e acompanhar a integralização da carga horária extensionista em seu histórico escolar.

A avaliação da aprendizagem nos componentes curriculares de extensão observará os princípios estabelecidos na Organização Didática do IFRR, considerando o desenvolvimento das competências previstas, a participação do estudante, a qualidade técnica dos produtos elaborados, o impacto social das ações desenvolvidas, a reflexão crítica sobre as experiências vivenciadas e os resultados alcançados junto à comunidade. Os registros acadêmicos serão realizados por meio do diário de classe no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), utilizando os instrumentos avaliativos previstos no Plano de Ensino de cada componente curricular, em conformidade com a regulamentação institucional vigente.

14 ATIVIDADES À DISTÂNCIA

A organização didático-pedagógica do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública está estruturada em conformidade com o Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, com a Resolução CONSUP/IFRR nº 716, de 20 de julho de 2023, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Superiores de Tecnologia, instituídas pela Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, e pelas demais normas que regulamentam a oferta de cursos superiores na modalidade semipresencial.

A adoção da modalidade semipresencial decorre de uma decisão institucional fundamentada em critérios pedagógicos, acadêmicos, sociais e territoriais, concebida para ampliar as oportunidades de acesso ao ensino superior público, promover maior flexibilidade na organização do percurso formativo e fortalecer o desenvolvimento de competências compatíveis com as transformações contemporâneas da Administração Pública.

A região de abrangência do Campus Bonfim apresenta características próprias que justificam pedagogicamente essa organização curricular. O município localiza-se em área de fronteira internacional, possui população distribuída entre áreas urbanas, comunidades rurais e comunidades indígenas, além de longas distâncias geográficas e limitações de deslocamento entre diversas localidades e o campus. Nesse contexto, a utilização planejada de atividades presenciais articuladas às atividades desenvolvidas a distância favorece a democratização do acesso, contribui para a permanência e o êxito dos estudantes e possibilita maior flexibilidade para a organização dos estudos, sem comprometer a qualidade acadêmica nem o desenvolvimento das competências previstas para o Tecnólogo em Gestão Pública.

Sob a perspectiva pedagógica, a modalidade semipresencial constitui estratégia educacional que integra diferentes espaços, tempos e metodologias de aprendizagem, possibilitando ao estudante desenvolver

competências técnicas, científicas, tecnológicas, analíticas e socioemocionais indispensáveis ao exercício profissional na Administração Pública contemporânea. A crescente digitalização dos serviços públicos, a expansão do Governo Digital, a utilização de sistemas eletrônicos de gestão, os processos administrativos informatizados, o uso intensivo de dados para tomada de decisão e os novos modelos de governança pública demandam profissionais capazes de atuar em ambientes híbridos de trabalho, utilizando tecnologias digitais de informação e comunicação de forma ética, eficiente e inovadora.

Nesse sentido, a organização semipresencial do curso aproxima o processo formativo da realidade profissional vivenciada pelos futuros gestores públicos, permitindo que os estudantes desenvolvam competências relacionadas ao uso de tecnologias digitais, gestão da informação, comunicação institucional, trabalho colaborativo, análise de dados, produção de documentos eletrônicos, resolução de problemas complexos, planejamento, tomada de decisão e inovação na gestão pública, articulando permanentemente teoria e prática.

A organização curricular foi concebida segundo os princípios da Educação Profissional e Tecnológica, da formação por competências, da interdisciplinaridade, da contextualização das aprendizagens, da flexibilidade curricular e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e inovação, assegurando que as atividades desenvolvidas a distância constituam parte integrante do currículo e não mera complementação das atividades presenciais.

Dessa forma, as atividades presenciais e as atividades desenvolvidas no Ambiente Virtual de Aprendizagem constituem dimensões complementares do mesmo processo educativo, planejadas de forma integrada nos Planos de Ensino dos componentes curriculares, articulando objetivos de aprendizagem, competências profissionais, metodologias, recursos didáticos, estratégias de mediação pedagógica e instrumentos de avaliação.

A distribuição da carga horária entre atividades presenciais e atividades a distância foi definida considerando a natureza epistemológica, metodológica e formativa de cada componente curricular, bem como as competências profissionais previstas para o perfil do egresso. Os componentes curriculares de natureza predominantemente conceitual, analítica e investigativa apresentam maior potencial para o desenvolvimento de atividades assíncronas mediadas por tecnologias digitais, enquanto aqueles que demandam maior interação entre docentes e estudantes, resolução colaborativa de problemas, simulações, práticas profissionais, oficinas, atividades extensionistas, seminários e avaliações concentram maior carga horária presencial.

Essa organização evidencia intencionalidade pedagógica e coerência curricular, assegurando que cada ambiente de aprendizagem seja utilizado de acordo com sua potencialidade didática, favorecendo o desenvolvimento progressivo das competências profissionais ao longo do percurso formativo.

Em conformidade com o art. 11 do Decreto nº 12.456/2025, o curso assegura o cumprimento integral dos percentuais mínimos exigidos para a oferta na modalidade semipresencial. Considerando que o inciso II do referido dispositivo estabelece que, no mínimo, 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso deverá ser desenvolvida por meio de atividades presenciais ou síncronas mediadas, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública opta pela integralização desse percentual exclusivamente mediante atividades presenciais, decisão fundamentada em critérios didático-pedagógicos relacionados ao fortalecimento da interação entre docentes e estudantes, ao desenvolvimento das práticas profissionais, à realização de atividades colaborativas e ao aprimoramento das competências profissionais inerentes à formação em Gestão Pública.

Assim, a carga horária correspondente ao percentual previsto no inciso II do art. 11 do Decreto nº 12.456/2025 é desenvolvida conjuntamente com a carga horária mínima de 30% (trinta por cento) de atividades presenciais prevista no inciso I do mesmo dispositivo legal, totalizando 57,5% (cinquenta e sete vírgula cinco por cento) da carga horária total do curso desenvolvida presencialmente e 42,5% (quarenta e dois vírgula cinco por cento) desenvolvida por meio de atividades a distância assíncronas, preservando integralmente a conformidade com a legislação educacional vigente.

Essa decisão fortalece a qualidade acadêmica da formação, amplia as oportunidades de interação entre docentes e estudantes, favorece o desenvolvimento de metodologias ativas e assegura maior integração entre teoria e prática, aspecto particularmente relevante para a formação do Tecnólogo em Gestão Pública, cuja atuação profissional exige competências relacionadas ao trabalho em equipe, negociação, liderança, comunicação institucional, planejamento governamental, gestão de pessoas, tomada de decisão, resolução de

problemas e relacionamento permanente com diferentes atores sociais e institucionais.

A organização semanal das atividades acadêmicas foi planejada para proporcionar equilíbrio entre momentos presenciais e estudo autônomo orientado. O curso será desenvolvido ao longo de cinco dias letivos semanais, sendo três dias destinados às atividades presenciais desenvolvidas no Campus Bonfim e dois dias reservados às atividades acadêmicas realizadas a distância, predominantemente na modalidade assíncrona, mediante utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle.

Essa organização favorece a continuidade do processo de aprendizagem durante toda a semana, permitindo que o estudante mantenha contato permanente com os conteúdos curriculares, desenvolva autonomia intelectual, organize seu percurso de estudos e consolide as competências previstas em cada componente curricular, sem prejuízo da interação sistemática com os docentes e com os demais estudantes.

Cada componente curricular explicitará, em seu respectivo Plano de Ensino, a distribuição entre carga horária presencial e carga horária a distância, os objetivos de aprendizagem, as competências profissionais previstas, as metodologias de ensino adotadas, os recursos tecnológicos utilizados, as estratégias de mediação pedagógica, os instrumentos de avaliação e os resultados de aprendizagem esperados, assegurando plena transparência, coerência metodológica e alinhamento entre planejamento, execução e avaliação do processo educativo.

A efetividade da organização semipresencial fundamenta-se na integração permanente entre as atividades presenciais e as atividades desenvolvidas a distância, constituindo um único processo formativo, contínuo, articulado e orientado ao desenvolvimento das competências profissionais previstas no perfil do egresso. Dessa forma, as atividades realizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA Moodle) não possuem caráter complementar ou acessório, mas integram organicamente a matriz curricular, constituindo espaços de aprendizagem, interação, produção do conhecimento, acompanhamento acadêmico e avaliação.

Cada unidade curricular será organizada em unidades de aprendizagem, estruturadas em trilhas pedagógicas que articulam conteúdos, objetivos de aprendizagem, competências profissionais, atividades de estudo, materiais didáticos, estratégias metodológicas, recursos tecnológicos e instrumentos de avaliação. Essa organização favorece a progressão das aprendizagens ao longo do semestre letivo, possibilitando ao estudante compreender a sequência lógica do desenvolvimento dos conteúdos e acompanhar sua evolução acadêmica.

As trilhas de aprendizagem serão disponibilizadas previamente no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle, permitindo ao estudante organizar seu percurso formativo, conhecer antecipadamente as atividades previstas, os cronogramas, os critérios de avaliação, as bibliografias, os recursos educacionais digitais e os materiais de apoio utilizados em cada componente curricular. Essa sistematização fortalece a autonomia discente, amplia a previsibilidade das atividades acadêmicas e favorece a gestão do tempo de estudo.

Como principal ambiente institucional de mediação pedagógica, o Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle constitui espaço integrado de ensino, aprendizagem, comunicação e acompanhamento acadêmico, sendo utilizado para disponibilização dos Planos de Ensino, planos de aula, materiais didáticos digitais, videoaulas, apresentações, objetos virtuais de aprendizagem, textos científicos, legislação, estudos de caso, bancos de questões, podcasts, infográficos, roteiros de estudos, bibliografia complementar, fóruns de discussão, webconferências, atividades avaliativas e demais recursos educacionais necessários ao desenvolvimento das competências previstas para cada componente curricular.

Além da disponibilização dos conteúdos, o Ambiente Virtual de Aprendizagem constitui importante ferramenta de acompanhamento da aprendizagem, permitindo registrar toda a trajetória acadêmica do estudante durante o semestre letivo. Por meio dos relatórios gerenciais disponibilizados pela plataforma, os docentes acompanham indicadores relacionados ao acesso dos estudantes ao ambiente virtual, tempo de permanência, participação nas atividades propostas, realização das leituras, envio das atividades, participação em fóruns, desempenho nas avaliações, cumprimento dos cronogramas e evolução da aprendizagem.

Esses indicadores permitem identificar precocemente dificuldades acadêmicas, reduzida participação nas atividades, baixo desempenho ou indícios de evasão, possibilitando intervenções pedagógicas tempestivas e individualizadas, em consonância com a Política Institucional de Permanência e Êxito do IFRR.

A mediação pedagógica constitui elemento estruturante da organização semipresencial do curso e será realizada exclusivamente pelos docentes responsáveis pelos respectivos componentes curriculares,

assegurando unidade entre planejamento, desenvolvimento das atividades, acompanhamento da aprendizagem e avaliação. Essa organização fortalece a coerência didático-pedagógica, favorece a integração entre teoria e prática e garante maior proximidade entre professor e estudante durante todo o processo formativo.

Compete ao docente responsável pelo componente curricular planejar as atividades presenciais e a distância, elaborar e disponibilizar os materiais didáticos, organizar as trilhas de aprendizagem, orientar os estudantes quanto ao desenvolvimento das atividades, promover a interação nos ambientes virtuais, estimular a aprendizagem colaborativa, acompanhar o desempenho acadêmico, realizar avaliações diagnósticas, formativas e somativas, fornecer feedback contínuo e implementar estratégias de recuperação da aprendizagem sempre que necessário.

O acompanhamento acadêmico ocorrerá de forma contínua durante todo o semestre letivo, estruturando-se por meio de um fluxo permanente de monitoramento da aprendizagem.

Inicialmente, cada docente apresentará aos estudantes o Plano de Ensino, explicitando a organização da unidade curricular, a distribuição da carga horária presencial e a distância, as metodologias de ensino, os objetivos de aprendizagem, os critérios de avaliação, os recursos tecnológicos utilizados e os canais institucionais de comunicação.

Na sequência, todas as atividades previstas serão disponibilizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle, permitindo ao estudante acesso antecipado aos materiais didáticos, cronograma de execução, bibliografias, atividades avaliativas e orientações necessárias ao desenvolvimento das atividades acadêmicas.

Durante a execução do componente curricular, o docente realizará acompanhamento sistemático da participação discente, utilizando os relatórios emitidos pelo Moodle para monitorar frequência de acesso, participação nas atividades, cumprimento dos prazos estabelecidos, desempenho nas avaliações, participação em fóruns, realização das atividades colaborativas e evolução das competências previstas.

Os estudantes receberão devolutivas periódicas acerca de seu desempenho acadêmico, tanto de forma individual quanto coletiva, mediante feedbacks escritos, gravações em áudio ou vídeo, fóruns de orientação, reuniões presenciais, webconferências e atendimentos previamente agendados. Os feedbacks terão caráter essencialmente formativo, orientando o estudante quanto aos avanços obtidos, às dificuldades identificadas e às estratégias necessárias para aperfeiçoamento da aprendizagem.

Quando forem identificados estudantes com dificuldades de aprendizagem, reduzida participação nas atividades, atrasos recorrentes, desempenho insatisfatório ou outros fatores que possam comprometer sua permanência no curso, o docente realizará intervenção pedagógica imediata, estabelecendo contato por meio dos canais institucionais disponíveis, orientando quanto às atividades pendentes, reorganizando cronogramas quando cabível e propondo estratégias de recuperação da aprendizagem.

Persistindo as dificuldades identificadas, o caso será encaminhado formalmente à Coordenação do Curso, que realizará análise conjunta com a Coordenação Pedagógica (COPED), a Coordenação de Assistência Estudantil (CAES), a Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CAPNE) e demais setores institucionais competentes, visando identificar fatores acadêmicos, pedagógicos, socioeconômicos ou psicossociais que estejam interferindo no desempenho do estudante.

Essa atuação intersetorial permitirá a definição de plano de acompanhamento individualizado, contemplando ações de orientação pedagógica, acompanhamento psicossocial, assistência estudantil, adaptações pedagógicas, recursos de acessibilidade, recuperação paralela da aprendizagem, flexibilizações previstas na legislação institucional e demais medidas necessárias à promoção da permanência e do êxito acadêmico.

O acompanhamento institucional da modalidade semipresencial será realizado continuamente pela Coordenação do Curso, em articulação com o Núcleo Docente Estruturante (NDE), o Colegiado do Curso, a Diretoria de Ensino, a Coordenação Pedagógica e os demais setores acadêmicos, mediante análise sistemática dos indicadores de frequência, rendimento acadêmico, participação nas atividades presenciais e no Ambiente Virtual de Aprendizagem, índices de aprovação, retenção, evasão, integralização curricular, utilização dos recursos tecnológicos e satisfação dos estudantes.

Essas informações constituirão importantes evidências para o planejamento acadêmico, subsidiando decisões relacionadas à revisão das metodologias de ensino, atualização dos materiais didáticos, aperfeiçoamento das estratégias de mediação pedagógica, reorganização curricular, fortalecimento das ações de permanência e êxito e atualização permanente deste Projeto Pedagógico de Curso.

A utilização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública transcende o emprego de ferramentas tecnológicas como suporte às atividades acadêmicas, constituindo elemento estruturante da proposta pedagógica e do desenvolvimento das competências profissionais previstas para o perfil do egresso. Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Superiores de Tecnologia e com os princípios da Educação Profissional e Tecnológica, as TDICs são incorporadas de forma planejada ao processo de ensino e aprendizagem, favorecendo a construção do conhecimento, a aprendizagem colaborativa, a autonomia intelectual, a resolução de problemas, a inovação e a transformação digital aplicada à gestão pública.

Além do Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle, o curso utiliza o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) como plataforma institucional de gestão acadêmica, integrando registros de frequência, lançamento de avaliações, disponibilização de materiais didáticos, comunicação institucional, acompanhamento pedagógico e demais procedimentos acadêmicos previstos na Organização Didática do IFRR. Complementarmente, poderão ser empregados, conforme o planejamento pedagógico de cada componente curricular, plataformas de videoconferência, repositórios digitais, bibliotecas virtuais, bases de dados científicas, editores colaborativos de documentos, ambientes para construção coletiva do conhecimento e outras ferramentas digitais compatíveis com os objetivos de aprendizagem e com as normas institucionais.

A utilização das TDICs observará os princípios da acessibilidade digital, da inclusão educacional, da proteção de dados pessoais, da segurança da informação, da ética no uso das tecnologias e da propriedade intelectual, promovendo ambiente virtual de aprendizagem seguro, acessível e adequado às diferentes necessidades dos estudantes. Os materiais didáticos e recursos educacionais digitais serão elaborados, sempre que possível, observando critérios de acessibilidade, linguagem clara, organização pedagógica, usabilidade e compatibilidade com diferentes dispositivos eletrônicos, favorecendo a participação dos estudantes e reduzindo barreiras ao processo de aprendizagem.

Em consonância com as transformações tecnológicas que impactam a Administração Pública contemporânea, o curso estimulará o uso crítico, ético e responsável de ferramentas baseadas em Inteligência Artificial (IA) como recursos de apoio ao processo de ensino e aprendizagem. A utilização dessas tecnologias terá finalidade eminentemente pedagógica, contribuindo para o desenvolvimento da capacidade analítica, da interpretação crítica de informações, da produção técnica e científica, da tomada de decisão fundamentada e da resolução de problemas, sem substituir a autonomia intelectual, a autoria acadêmica e a responsabilidade ética dos estudantes. Caberá aos docentes orientar quanto às boas práticas de utilização dessas ferramentas, observando os princípios da integridade acadêmica e as normas institucionais vigentes.

A organização didático-pedagógica da modalidade semipresencial favorece o desenvolvimento progressivo das competências previstas no perfil profissional do egresso por meio da articulação intencional entre os diferentes ambientes de aprendizagem. As atividades presenciais concentram situações formativas que demandam maior interação entre estudantes e docentes, desenvolvimento de competências práticas, trabalho colaborativo, vivências extensionistas, práticas profissionais, projetos integradores, seminários, oficinas, estudos de caso complexos, simulações de processos administrativos, atividades de laboratório, avaliações presenciais e demais metodologias que requerem acompanhamento direto do processo de aprendizagem.

Por sua vez, as atividades desenvolvidas a distância, predominantemente na modalidade assíncrona, priorizam o estudo autônomo orientado, a leitura crítica de textos científicos e normativos, a pesquisa aplicada, a análise documental, a resolução de problemas, a produção de relatórios técnicos, pareceres, projetos, estudos dirigidos, fóruns de discussão, elaboração de portfólios, construção colaborativa do conhecimento e consolidação dos conteúdos trabalhados nas atividades presenciais. Essa distribuição evidencia coerência entre os objetivos de aprendizagem, as competências profissionais e as metodologias de ensino adotadas em cada componente curricular, fortalecendo a integração entre teoria e prática e promovendo aprendizagem significativa.

A garantia da qualidade da oferta semipresencial fundamenta-se em processo permanente de

planejamento, acompanhamento, avaliação e aperfeiçoamento institucional. A Coordenação do Curso, em articulação com o Núcleo Docente Estruturante (NDE), o Colegiado do Curso, a Diretoria de Ensino, a Coordenação Pedagógica (COPED) e os demais setores institucionais competentes, realizará o monitoramento sistemático dos indicadores acadêmicos relacionados ao desempenho discente, frequência, participação nas atividades presenciais e no Ambiente Virtual de Aprendizagem, índices de aprovação, retenção, evasão, integralização curricular, utilização dos recursos tecnológicos e efetividade das estratégias de mediação pedagógica.

Esse processo de monitoramento será complementado pelas informações produzidas nos processos de autoavaliação institucional conduzidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), pelos resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), pelos indicadores institucionais constantes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), pelos relatórios acadêmicos emitidos pelo Moodle e pelo SUAP, pelos registros das reuniões pedagógicas, pelas avaliações dos estudantes e docentes e pelas análises desenvolvidas pelo Núcleo Docente Estruturante e pelo Colegiado do Curso.

As evidências produzidas por esses diferentes instrumentos subsidiarão a tomada de decisões acadêmicas e administrativas, permitindo identificar potencialidades, fragilidades e oportunidades de melhoria relacionadas à organização curricular, às metodologias de ensino, aos recursos tecnológicos, aos processos avaliativos, às ações de permanência e êxito, à acessibilidade, à inclusão educacional e à atualização permanente deste Projeto Pedagógico de Curso.

Sempre que os indicadores evidenciarem necessidade de aperfeiçoamento, serão propostas ações corretivas e preventivas, tais como revisão dos Planos de Ensino, atualização dos materiais didáticos, reorganização das estratégias metodológicas, ampliação das ações de acompanhamento pedagógico, fortalecimento das políticas de permanência e êxito, capacitação continuada dos docentes para utilização das TDICs e aperfeiçoamento dos processos de mediação pedagógica, assegurando a melhoria contínua da qualidade acadêmica do curso.

O processo de avaliação institucional da modalidade semipresencial também considerará as especificidades do contexto regional do Campus Bonfim, permitindo que os resultados obtidos sejam analisados à luz das características socioeconômicas, culturais, territoriais e educacionais da região de fronteira, de modo a fortalecer a pertinência social da formação ofertada e sua contribuição para o desenvolvimento regional.

Dessa forma, a oferta das atividades a distância no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública caracteriza-se por uma organização didático-pedagógica integrada, sistemática e orientada por evidências, na qual as atividades presenciais e as atividades mediadas por tecnologias digitais constituem um único processo educativo, articulado ao desenvolvimento das competências profissionais, à formação cidadã, à inovação na gestão pública e aos princípios da Educação Profissional e Tecnológica.

A proposta pedagógica evidencia plena coerência entre os objetivos do curso, o perfil profissional do egresso, a organização curricular, as metodologias de ensino, os processos de avaliação da aprendizagem e os mecanismos institucionais de acompanhamento, assegurando conformidade com a legislação educacional vigente, com as Diretrizes Curriculares Nacionais, com o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRR e com os referenciais de qualidade estabelecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A integração entre presencialidade, atividades a distância, mediação pedagógica qualificada, acompanhamento sistemático da aprendizagem, monitoramento institucional e melhoria contínua fortalece a qualidade da formação ofertada e contribui para a formação de Tecnólogos em Gestão Pública capazes de atuar de forma ética, crítica, inovadora e comprometida com a eficiência, a transparência, a participação social e o desenvolvimento sustentável da administração pública.

15 ATIVIDADES DE TUTORIA

Em conformidade com o Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, com a Resolução CONSUP/IFRR nº 716, de 20 de julho de 2023, e com as demais normas institucionais que regulamentam a oferta de cursos superiores na modalidade semipresencial, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública organiza as atividades de tutoria como elemento estruturante da mediação

pedagógica, do acompanhamento sistemático da aprendizagem e da permanência estudantil, assegurando a integração entre as atividades presenciais e as atividades desenvolvidas a distância.

No âmbito do Instituto Federal de Roraima, as atividades de tutoria são desenvolvidas pelos próprios docentes responsáveis pelos componentes curriculares, não havendo distinção entre as funções de professor e tutor. Essa organização assegura unidade didático-pedagógica entre o planejamento, a execução, o acompanhamento e a avaliação das atividades acadêmicas, fortalecendo a coerência entre os objetivos de aprendizagem, as metodologias de ensino, os processos avaliativos e as competências profissionais previstas para o perfil do egresso.

A tutoria integra a carga horária de trabalho docente destinada às atividades de ensino, sendo planejada desde a elaboração dos Planos de Ensino e desenvolvida ao longo de todo o período letivo, compreendendo ações permanentes de orientação acadêmica, mediação pedagógica, acompanhamento individual e coletivo dos estudantes, monitoramento do desempenho acadêmico, feedback formativo, recuperação da aprendizagem e apoio à permanência e ao êxito acadêmico. Dessa forma, as atividades de tutoria não constituem ações eventuais, mas processo contínuo de acompanhamento do estudante durante todo o desenvolvimento de cada componente curricular.

A organização da tutoria observa a estrutura acadêmica do curso, na qual cada docente acompanha exclusivamente os estudantes matriculados nos componentes curriculares sob sua responsabilidade, assegurando viabilidade operacional, proximidade entre professor e estudante e acompanhamento efetivo do desenvolvimento das competências previstas para cada unidade curricular. O quantitativo de estudantes acompanhados corresponde ao número de matriculados nas respectivas turmas, observando a capacidade pedagógica de atendimento prevista na organização acadêmica institucional.

As atividades de tutoria concentram-se prioritariamente nas atividades desenvolvidas a distância, de natureza predominantemente assíncrona, constituindo importante mecanismo de mediação pedagógica entre os momentos presenciais. Nesse contexto, o docente organiza, orienta e acompanha o percurso formativo do estudante mediante utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle (AVA Moodle), adotado institucionalmente pelo IFRR como plataforma oficial para o desenvolvimento das atividades acadêmicas mediadas por tecnologias digitais, integrado ao Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) e aos demais sistemas institucionais.

O AVA Moodle constitui o principal ambiente de interação acadêmica entre docentes e estudantes durante as atividades a distância, possibilitando a disponibilização dos Planos de Ensino, roteiros de aprendizagem, cronogramas, materiais didáticos digitais, objetos de aprendizagem, videoaulas, bibliografias, estudos de caso, fóruns de discussão, atividades avaliativas, instrumentos de acompanhamento da aprendizagem e canais permanentes de comunicação acadêmica. A plataforma possibilita, ainda, o registro das atividades desenvolvidas, o monitoramento da participação discente, a emissão de relatórios gerenciais e o acompanhamento da evolução da aprendizagem, constituindo importante instrumento de gestão acadêmica e de mediação pedagógica.

A organização do trabalho docente prevê que, no início de cada período letivo, sejam apresentados aos estudantes o Plano de Ensino, a metodologia de funcionamento da unidade curricular, o cronograma das atividades presenciais e a distância, os horários destinados ao atendimento acadêmico, os canais institucionais de comunicação, os critérios de avaliação, as estratégias de recuperação da aprendizagem e os procedimentos relativos às atividades de tutoria, assegurando transparência, previsibilidade e organização do processo educativo.

Durante o desenvolvimento do semestre letivo, o docente realizará acompanhamento sistemático da aprendizagem por meio de monitoramento contínuo dos indicadores acadêmicos disponibilizados pelo AVA Moodle e pelo SUAP, observando, entre outros aspectos, a frequência de acesso ao ambiente virtual, a participação nos fóruns de discussão, a realização das atividades propostas, o cumprimento dos prazos estabelecidos, o desempenho nas avaliações, a evolução das competências previstas e a participação nas atividades presenciais.

O acompanhamento acadêmico ocorrerá de forma permanente, com monitoramento semanal da participação dos estudantes nas atividades desenvolvidas no Ambiente Virtual de Aprendizagem. As devolutivas pedagógicas serão realizadas continuamente, mediante feedbacks individuais e coletivos, disponibilizados no

próprio AVA Moodle, complementados por orientações presenciais, mensagens institucionais, fóruns de discussão, atendimentos previamente agendados e demais canais institucionais de comunicação. Sempre que necessário, poderão ser promovidos encontros destinados ao esclarecimento de dúvidas, orientação para desenvolvimento das atividades e acompanhamento da evolução da aprendizagem.

Os feedbacks produzidos pelos docentes terão caráter essencialmente formativo, buscando orientar o estudante quanto aos avanços alcançados, às dificuldades identificadas e às estratégias necessárias para o aperfeiçoamento de seu desempenho acadêmico. As atividades avaliativas serão acompanhadas de critérios previamente definidos e divulgados aos estudantes, assegurando transparência, coerência pedagógica e alinhamento com os objetivos de aprendizagem estabelecidos para cada componente curricular.

Como estratégia de permanência e êxito, a organização da tutoria contempla mecanismos institucionais de busca ativa dos estudantes que apresentem baixa participação nas atividades acadêmicas, desempenho insatisfatório, ausências frequentes, não realização das atividades propostas ou outros indícios de risco de evasão. Nessas situações, o docente realizará contato inicial utilizando os canais institucionais disponíveis, orientando o estudante quanto à regularização das atividades, propondo estratégias de recuperação da aprendizagem e registrando os encaminhamentos realizados.

Persistindo as dificuldades identificadas, o caso será encaminhado à Coordenação do Curso, que promoverá análise conjunta com a Coordenação Pedagógica (COPED), a Coordenação de Assistência Estudantil (CAES), a Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CAPNE) e demais setores institucionais competentes, visando identificar fatores acadêmicos, pedagógicos, socioeconômicos, psicossociais ou de acessibilidade que possam estar interferindo no desempenho acadêmico do estudante.

Quando necessário, serão implementados planos individualizados de acompanhamento, contemplando orientação pedagógica, recuperação paralela da aprendizagem, adaptações metodológicas, recursos de acessibilidade, encaminhamento aos programas de assistência estudantil, apoio psicopedagógico e demais ações institucionais destinadas à promoção da permanência e do êxito acadêmico, em conformidade com a Política Institucional de Permanência e Êxito do IFRR.

A efetividade das atividades de tutoria será objeto de acompanhamento permanente pela Coordenação do Curso, pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), pelo Colegiado do Curso, pela Diretoria de Ensino e pelos setores institucionais competentes, mediante análise periódica dos registros acadêmicos, dos indicadores de acesso e participação no AVA Moodle, dos índices de aprovação, retenção, evasão, integralização curricular, dos resultados das avaliações da aprendizagem, dos processos de autoavaliação institucional conduzidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e dos resultados das avaliações externas, especialmente do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

As evidências produzidas por esse processo de monitoramento subsidiarão a revisão das estratégias de mediação pedagógica, o aperfeiçoamento das metodologias de ensino, a atualização dos materiais didáticos, a capacitação docente para utilização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, o fortalecimento das políticas institucionais de permanência e êxito e a atualização contínua deste Projeto Pedagógico de Curso.

Dessa forma, as atividades de tutoria consolidam-se como instrumento permanente de mediação pedagógica, acompanhamento acadêmico, promoção da aprendizagem, fortalecimento da interação entre docentes e estudantes, monitoramento da permanência estudantil e melhoria contínua da qualidade da formação ofertada, assegurando plena articulação entre atividades presenciais e atividades a distância, em consonância com a legislação educacional vigente, com os referenciais de qualidade do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação para avaliação de cursos superiores na modalidade semipresencial.

16 ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E EXTENSÃO

A articulação entre ensino, pesquisa, extensão e inovação constitui princípio estruturante da Educação Profissional e Tecnológica e da educação superior, orientando a organização didático-pedagógica do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. Em consonância com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de

2008, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Superiores de Tecnologia, com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2024–2028) do Instituto Federal de Roraima (IFRR) e com este Projeto Pedagógico de Curso, a formação acadêmica fundamenta-se na indissociabilidade dessas dimensões, compreendendo o conhecimento como resultado da integração entre reflexão teórica, investigação científica, intervenção social e inovação aplicada.

No Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, essa articulação não se restringe ao desenvolvimento de atividades complementares, mas constitui elemento permanente do percurso formativo, estando integrada aos componentes curriculares, à prática profissional, à curricularização da extensão, aos Projetos Integradores, ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), às Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs) e às ações institucionais de pesquisa, inovação e extensão desenvolvidas pelo Campus Bonfim.

Sob a perspectiva do ensino, os componentes curriculares foram organizados para favorecer a construção progressiva das competências profissionais previstas no perfil do egresso, articulando fundamentos teóricos, análise crítica da realidade, resolução de problemas, estudos de caso, desenvolvimento de projetos, práticas profissionais, atividades extensionistas e investigação científica aplicada. Essa organização possibilita que os conhecimentos produzidos em sala de aula sejam permanentemente problematizados e ressignificados a partir das demandas concretas da administração pública e da realidade social do município de Bonfim, da região de fronteira, do estado de Roraima e da Amazônia.

A pesquisa constitui dimensão formativa permanente do curso, sendo desenvolvida de forma transversal desde os primeiros semestres por meio de atividades investigativas inseridas nos componentes curriculares, produção de artigos, estudos dirigidos, análises documentais, pesquisas de campo, estudos de caso, elaboração de diagnósticos institucionais, desenvolvimento dos Projetos Integradores e, de forma mais aprofundada, no Trabalho de Conclusão de Curso. Essa organização favorece o desenvolvimento do pensamento científico, da capacidade investigativa, da análise crítica, da produção técnico-científica e da proposição de soluções inovadoras para problemas relacionados à gestão pública.

A partir da evolução do percurso formativo, os estudantes serão incentivados a integrar projetos de pesquisa aplicada e inovação vinculados às linhas de pesquisa institucionais e às demandas dos órgãos públicos e da sociedade, participando de editais institucionais e de programas como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBICT) e demais programas de pesquisa e inovação ofertados pelo IFRR ou por agências de fomento. Essas atividades fortalecem a formação científica do estudante e ampliam sua capacidade de formular, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas baseadas em evidências.

A extensão universitária, por sua vez, constitui dimensão curricular obrigatória do curso, desenvolvida em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 7/2018 e com a Resolução CONSUP/IFRR nº 881/2026, estando materializada por meio dos componentes curriculares Curricularização da Extensão I, Curricularização da Extensão II e Curricularização da Extensão III, que totalizam 180 horas de Atividades Curriculares de Extensão (ACE). Essas atividades promovem a interação dialógica entre instituição e sociedade, permitindo que os estudantes desenvolvam programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços voltados às demandas da administração pública e da comunidade.

As práticas extensionistas são articuladas aos componentes curriculares e às necessidades identificadas no território, possibilitando aos estudantes aplicar os conhecimentos desenvolvidos durante o curso em situações concretas de intervenção social. Entre as temáticas prioritárias destacam-se inclusão social, acessibilidade, equidade, multiculturalismo, interculturalidade, diversidade, educação ambiental, direitos humanos, desenvolvimento sustentável, gestão social e fortalecimento das políticas públicas municipais, estaduais e federais.

Essa integração é potencializada pela prática profissional, que se desenvolve de forma transversal em componentes curriculares estratégicos da matriz curricular, permitindo que situações reais ou simuladas da administração pública sejam utilizadas como objeto de investigação, intervenção e produção de conhecimento. As práticas profissionais, articuladas aos Projetos Integradores, favorecem a interdisciplinaridade, aproximam teoria e prática e estimulam a construção coletiva de soluções para desafios enfrentados pelos órgãos públicos e pelas comunidades atendidas pelo Campus Bonfim.

O Trabalho de Conclusão de Curso representa a consolidação desse percurso formativo, constituindo

atividade acadêmica que integra ensino, pesquisa e extensão mediante o desenvolvimento de estudos aplicados à realidade da gestão pública. O TCC deverá contemplar problemas relevantes para a administração pública, privilegiando pesquisas aplicadas, estudos de caso, diagnósticos organizacionais, avaliações de políticas públicas, propostas de intervenção, desenvolvimento de produtos técnicos ou outras modalidades compatíveis com os objetivos do curso e com as necessidades do território.

As Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs) complementam esse processo formativo, possibilitando ao estudante ampliar sua formação mediante participação em eventos científicos, seminários, congressos, cursos, oficinas, projetos de pesquisa, extensão, inovação, monitoria, representação estudantil e demais atividades acadêmicas previstas na regulamentação institucional, fortalecendo a integração entre ensino, pesquisa, extensão e inovação.

O Campus Bonfim oferece ambiente institucional favorável ao desenvolvimento dessas atividades por meio da participação dos estudantes em programas institucionais de monitoria, iniciação científica, extensão, empreendedorismo e inovação, bem como em ações e eventos institucionais, como o IF Comunidade, a Semana de Empreendedorismo e Inovação (SEMEI), feiras científicas, mostras tecnológicas, jornadas acadêmicas e demais iniciativas promovidas pelo IFRR, que estimulam a produção científica, a difusão do conhecimento e a aproximação entre a instituição, os órgãos públicos e a sociedade.

A articulação permanente entre ensino, pesquisa, extensão e inovação possibilita que o estudante desenvolva competências relacionadas à investigação científica, à produção de conhecimento aplicado, à formulação e avaliação de políticas públicas, ao planejamento governamental, à inovação na gestão pública, ao controle social, à participação cidadã, à sustentabilidade e à transformação da realidade social, consolidando uma formação profissional crítica, interdisciplinar e comprometida com o interesse público.

As ações desenvolvidas nessas quatro dimensões são acompanhadas pela Coordenação do Curso, pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), pelo Colegiado do Curso e pelas Coordenações de Pesquisa, Extensão e Inovação do Campus Bonfim, que monitoram sua efetividade por meio dos indicadores institucionais, dos resultados dos projetos desenvolvidos, da participação discente em programas institucionais, das ações de curricularização da extensão, dos Projetos Integradores, do Trabalho de Conclusão de Curso, das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais e dos processos de avaliação interna e externa. As evidências produzidas subsidiam o aperfeiçoamento contínuo deste Projeto Pedagógico de Curso, assegurando sua permanente atualização frente às demandas da sociedade, do mundo do trabalho e da gestão pública contemporânea.

Dessa forma, a articulação entre ensino, pesquisa, extensão e inovação consolida-se como eixo estruturante do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, promovendo a formação de profissionais capazes de produzir conhecimento, desenvolver soluções inovadoras, atuar de forma ética e socialmente comprometida e contribuir para o fortalecimento da gestão pública, da cidadania, da governança democrática e do desenvolvimento sustentável do município de Bonfim, do estado de Roraima, da região amazônica e da faixa de fronteira Brasil–Guiana.

17 APOIO AO DISCENTE

O apoio ao estudante no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública integra a política institucional de permanência e êxito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) e compreende um conjunto articulado de ações pedagógicas, psicossociais, assistenciais e de acessibilidade, destinadas a assegurar o acesso, a permanência, a aprendizagem, a participação, a inclusão, o desenvolvimento integral e a conclusão exitosa do percurso formativo.

Essas ações são desenvolvidas de forma integrada entre a Direção de Ensino, Coordenação do Curso, Coordenação Pedagógica (COPED), Coordenação de Assistência Estudantil (CAES), Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CAPNE), corpo docente, Núcleo Docente Estruturante (NDE), Colegiado do Curso e demais setores institucionais, em consonância com a Lei nº 9.394/1996, com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2024–2028), com a Organização Didática do IFRR, com a Política Institucional de Permanência e Êxito e com as demais normas institucionais vigentes.

As ações de apoio ao estudante possuem caráter preventivo, formativo e interventivo,

fundamentando-se no acompanhamento sistemático do desempenho acadêmico, da frequência, da participação nas atividades acadêmicas, dos indicadores de evasão, retenção e conclusão de curso, possibilitando a implementação de intervenções pedagógicas tempestivas e o fortalecimento da permanência estudantil.

Entre as principais ações desenvolvidas destacam-se:

- acolhimento institucional e acadêmico aos estudantes ingressantes;
- orientação acadêmica permanente;
- acompanhamento pedagógico individual e coletivo;
- nivelamento acadêmico;
- monitoria;
- acessibilidade pedagógica, comunicacional e metodológica;
- apoio biopsicossocial;
- assistência estudantil;
- incentivo à participação em projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação;
- acompanhamento da aprendizagem e recuperação de estudos;
- intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios;
- participação em visitas técnicas, eventos científicos, tecnológicos, culturais e de inovação.

A Coordenação do Curso realizará, em articulação com os demais setores institucionais, ações permanentes de orientação acadêmica, especialmente no início de cada período letivo, contemplando a apresentação do Projeto Pedagógico do Curso, da Organização Didática do IFRR, do Calendário Acadêmico, dos sistemas institucionais, das normas acadêmicas e dos serviços disponibilizados aos estudantes.

Os docentes, no planejamento dos componentes curriculares, deverão prever estratégias de recuperação da aprendizagem, atendimentos individualizados, grupos de estudos, atividades de reforço e outras ações pedagógicas voltadas à superação das dificuldades identificadas durante o processo de ensino e aprendizagem, conforme estabelece a Organização Didática do IFRR.

Poderão ser ofertadas ações de nivelamento acadêmico, preferencialmente no primeiro ano do curso, destinadas ao fortalecimento de conhecimentos básicos, especialmente nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, sempre que identificadas necessidades pedagógicas decorrentes de avaliação diagnóstica ou do acompanhamento acadêmico dos estudantes. Essas ações integram a Política Institucional de Permanência e Êxito e objetivam reduzir defasagens de aprendizagem, favorecer a adaptação ao ensino superior e fortalecer o desempenho acadêmico.

Como estratégia de enriquecimento da formação, os estudantes serão incentivados a participar de visitas técnicas, seminários, congressos, oficinas, feiras científicas, atividades culturais e demais eventos relacionados à Gestão Pública, ampliando a articulação entre teoria e prática e proporcionando maior aproximação com a realidade profissional.

O monitoramento da efetividade das ações de apoio ao estudante será realizado continuamente por meio da análise dos indicadores acadêmicos institucionais, dos registros escolares, dos relatórios produzidos pelos setores envolvidos, dos resultados da autoavaliação institucional conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), das avaliações externas e das análises desenvolvidas pelo Núcleo Docente Estruturante e pelo Colegiado do Curso. As evidências produzidas subsidiarão o planejamento, o replanejamento e a melhoria contínua das ações acadêmicas e deste Projeto Pedagógico de Curso.

17.1 Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

O Instituto Federal de Roraima (IFRR) orienta suas ações pelos princípios da educação inclusiva, assegurando o acesso, a permanência, a participação e o êxito dos estudantes com necessidades educacionais específicas. Nesse sentido, a instituição desenvolve políticas, programas e ações voltadas à eliminação de barreiras pedagógicas, comunicacionais, arquitetônicas e atitudinais, promovendo condições de equidade, acessibilidade e respeito à diversidade no processo de ensino e aprendizagem.

A educação inclusiva constitui princípio estruturante da política educacional do Instituto Federal de Roraima (IFRR), fundamentando-se na promoção da equidade, da acessibilidade, da valorização da diversidade

humana, do respeito às diferenças e da garantia do direito à educação de qualidade para todos. Em consonância com a Constituição Federal de 1988, com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e com as normas institucionais do IFRR, a instituição desenvolve política permanente de inclusão voltada à eliminação das barreiras que possam restringir o acesso, a participação, a aprendizagem, a permanência e a conclusão dos cursos por estudantes com necessidades educacionais específicas.

Essa política institucional compreende ações articuladas de planejamento, acompanhamento, acessibilidade arquitetônica, comunicacional, metodológica, pedagógica, tecnológica, digital e atitudinal, orientadas pelos princípios da educação inclusiva, do desenho universal para a aprendizagem, da igualdade de oportunidades e da não discriminação. As ações são desenvolvidas de forma integrada entre os diversos setores acadêmicos e administrativos, buscando assegurar condições equitativas para o desenvolvimento das competências previstas no perfil do egresso e a plena participação dos estudantes em todas as atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e prática profissional.

No âmbito do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, a política institucional de inclusão materializa-se por meio da atuação articulada entre a Coordenação do Curso, a Coordenação Pedagógica (COPED), a Coordenação de Assistência Estudantil (CAES), a Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CAPNE), o Núcleo Docente Estruturante (NDE), o Colegiado do Curso, os docentes, a equipe multiprofissional e os demais setores institucionais. Essa atuação integrada assegura que as ações de inclusão sejam incorporadas ao planejamento didático-pedagógico, aos planos de ensino, às práticas profissionais, às atividades presenciais e a distância, à curricularização da extensão, aos processos avaliativos e às demais atividades acadêmicas desenvolvidas ao longo de todo o percurso formativo.

A Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CAPNE) constitui o setor institucional responsável por planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar as políticas de inclusão e acessibilidade no âmbito do Campus Bonfim, promovendo a articulação entre os diferentes setores institucionais para garantir a efetividade das ações voltadas ao atendimento educacional especializado e à eliminação das barreiras que possam comprometer a participação plena dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem.

Compete à CAPNE identificar e acompanhar os estudantes com necessidades educacionais específicas; realizar o levantamento das demandas de acessibilidade; orientar docentes, coordenadores e equipes pedagógicas quanto à adoção de estratégias de ensino inclusivas; apoiar a adaptação de materiais didáticos, recursos educacionais e instrumentos de avaliação; orientar a utilização de tecnologias assistivas; promover ações de sensibilização e formação continuada sobre educação inclusiva; acompanhar a eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, tecnológicas, digitais e atitudinais; assessorar a implementação de adaptações pedagógicas e metodológicas; acompanhar sistematicamente o desenvolvimento acadêmico dos estudantes; e propor ações que favoreçam sua permanência, aprendizagem e êxito acadêmico.

Quando identificada a necessidade de atendimento educacional especializado, poderá ser elaborado o Plano Educacional Individualizado (PEI), instrumento de planejamento pedagógico construído de forma colaborativa entre a CAPNE, a Coordenação do Curso, a Coordenação Pedagógica, os docentes, o estudante e, quando pertinente, sua família ou responsável legal. O PEI estabelecerá objetivos, estratégias pedagógicas, adaptações curriculares, metodológicas e avaliativas, recursos de acessibilidade, tecnologias assistivas e formas de acompanhamento da aprendizagem, respeitando as especificidades de cada estudante e assegurando o desenvolvimento das competências previstas para o curso.

Na oferta semipresencial, as ações de inclusão estendem-se às atividades desenvolvidas por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle (AVA Moodle), garantindo que materiais didáticos, objetos de aprendizagem, recursos multimídia, atividades acadêmicas, instrumentos de avaliação e canais de comunicação institucional sejam organizados em conformidade com princípios de acessibilidade digital, usabilidade e desenho universal para a aprendizagem, favorecendo a participação de todos os estudantes nas atividades presenciais e a distância.

O acompanhamento das ações de inclusão será realizado de forma contínua e sistemática pela CAPNE, em articulação com a Coordenação do Curso, a COPED, a CAES, o Núcleo Docente Estruturante, o Colegiado do Curso e os docentes, mediante reuniões periódicas de acompanhamento, análise dos registros acadêmicos, monitoramento do desempenho e da participação discente, avaliação da efetividade das adaptações implementadas, identificação de novas demandas e acompanhamento dos indicadores de permanência, retenção, evasão e êxito acadêmico. As informações produzidas por esse processo subsidiarão a revisão das estratégias pedagógicas, o aperfeiçoamento das condições de acessibilidade e a atualização das políticas institucionais de inclusão, contribuindo para a melhoria contínua da qualidade do curso.

A atuação da CAPNE articula-se, ainda, às políticas institucionais de permanência e êxito, assistência estudantil, educação em direitos humanos, relações étnico-raciais, acessibilidade e inclusão social, fortalecendo uma abordagem interdisciplinar e intersetorial voltada ao desenvolvimento integral dos estudantes e à consolidação de uma cultura institucional inclusiva.

Dessa forma, a Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas consolida-se como elemento estratégico da política institucional de inclusão do IFRR, contribuindo para a construção de um ambiente acadêmico acessível, acolhedor, democrático e socialmente referenciado. Por meio da articulação entre ações pedagógicas, administrativas e de acessibilidade, a CAPNE assegura condições efetivas para que todos os estudantes participem plenamente da vida acadêmica, desenvolvam as competências previstas no perfil do egresso e concluam sua formação com autonomia, equidade e qualidade, fortalecendo o compromisso institucional do IFRR com a inclusão, a justiça social e os referenciais de qualidade estabelecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Dessa forma, as ações desenvolvidas pela CAPNE fortalecem a política institucional de inclusão do IFRR, contribuindo para a garantia do direito à educação, a promoção da acessibilidade e a construção de um ambiente educacional mais inclusivo, equitativo e comprometido com o desenvolvimento integral dos estudantes, em consonância com os princípios e diretrizes da educação inclusiva.

17.2 Assistência Estudantil

A Assistência Estudantil constitui importante política institucional destinada à promoção da permanência, da inclusão social, da redução das desigualdades, da melhoria do desempenho acadêmico e da conclusão exitosa dos cursos, sendo desenvolvida em conformidade com a Resolução CONSUP/IFRR nº 657/2022 e com a legislação federal aplicável.

As ações de assistência estudantil abrangem programas destinados ao atendimento das necessidades socioeconômicas dos estudantes, contemplando alimentação, moradia, transporte, apoio pedagógico, saúde, cultura, esporte, inclusão digital, participação em eventos acadêmicos, material didático, apoio às pessoas com deficiência, incentivo à permanência e demais programas previstos na regulamentação institucional.

No Campus Bonfim, os estudantes do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública poderão participar dos programas ofertados institucionalmente, observados os critérios estabelecidos em edital específico e a disponibilidade orçamentária. Entre esses programas destacam-se o Programa de Auxílio Alimentação e os demais programas previstos na Política de Assistência Estudantil do IFRR, tais como Auxílio Moradia, Auxílio Transporte, Bolsa Permanência, Inclusão Digital, Apoio Pedagógico, Apoio à Participação em Eventos, Incentivo ao Esporte, Cultura e Arte, Auxílio Creche, Material Didático-Pedagógico, Atenção à Saúde e Apoio aos Estudantes com Necessidades Educacionais Específicas.

O acesso aos programas observará critérios socioeconômicos definidos em regulamentação específica, sendo priorizados os estudantes em situação de vulnerabilidade social, conforme a legislação vigente.

17.3 Apoio Pedagógico

O apoio pedagógico constitui estratégia permanente de acompanhamento da aprendizagem e de fortalecimento da permanência estudantil, sendo desenvolvido de forma integrada pela Coordenação do Curso,

Coordenação Pedagógica, docentes, CAPNE, CAES e demais setores institucionais.

As ações possuem caráter preventivo e interventivo e fundamentam-se no monitoramento contínuo do desempenho acadêmico, da frequência, dos índices de evasão, retenção, reprovação e integralização curricular, possibilitando intervenções pedagógicas tempestivas e melhoria contínua do processo de ensino e aprendizagem.

Entre as ações desenvolvidas destacam-se:

I – acolhimento institucional e pedagógico aos estudantes;

II – acompanhamento sistemático do desempenho acadêmico e da frequência;

III – atendimento pedagógico individual e coletivo;

IV – planejamento integrado entre Coordenação do Curso, Coordenação Pedagógica, docentes, CAPNE e CAES para definição de estratégias de intervenção;

V – encaminhamento dos estudantes aos serviços institucionais especializados, quando necessário;

VI – oferta de ações de nivelamento acadêmico;

VII – participação em programas institucionais de monitoria;

VIII – incentivo à participação em projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação;

IX – utilização de metodologias ativas, tecnologias educacionais digitais e recursos de acessibilidade como estratégias de fortalecimento da aprendizagem;

X – desenvolvimento de ações coletivas voltadas à orientação acadêmica, organização dos estudos, planejamento da vida acadêmica e desenvolvimento de competências necessárias ao êxito estudantil.

Os estudantes que apresentarem dificuldades de aprendizagem identificadas pelos docentes ou pelos setores de apoio serão acompanhados mediante plano de intervenção pedagógica, com monitoramento periódico dos resultados e reavaliação das estratégias adotadas.

A efetividade das ações de apoio pedagógico será acompanhada por meio da análise dos indicadores acadêmicos institucionais, dos resultados das avaliações internas e externas, dos relatórios dos setores envolvidos, das reuniões pedagógicas e das discussões realizadas pelo Núcleo Docente Estruturante e pelo Colegiado do Curso, possibilitando o aperfeiçoamento contínuo das ações desenvolvidas.

Dessa forma, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública consolida uma política integrada de apoio ao estudante, fundamentada na articulação entre acolhimento, acessibilidade, assistência estudantil, acompanhamento pedagógico, monitoramento acadêmico e avaliação institucional, fortalecendo a permanência, o êxito acadêmico, a formação integral e a melhoria contínua da qualidade da educação superior ofertada pelo Instituto Federal de Roraima.

18 TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDICS) NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) constituem elemento estruturante da organização didático-pedagógica do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, integrando de forma permanente as atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e prática profissional. Sua utilização fundamenta-se nos princípios da Educação Profissional e Tecnológica, na formação por competências, na transformação digital da administração pública e na adoção de metodologias ativas de aprendizagem, contribuindo para a formação de profissionais capazes de utilizar criticamente as tecnologias digitais na gestão governamental, na produção do conhecimento, na inovação organizacional, na gestão da informação, na transparência pública, na participação social e na melhoria da prestação dos serviços públicos.

A incorporação das TDICs ao processo de ensino e aprendizagem está alinhada às Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação Superior, ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2024–2028) do Instituto Federal de Roraima (IFRR), à Política Institucional de Transformação Digital e às diretrizes nacionais relacionadas ao Governo Digital, considerando que a administração pública contemporânea demanda profissionais capazes de atuar em ambientes organizacionais fortemente apoiados por tecnologias digitais, análise de dados, inteligência organizacional, interoperabilidade de sistemas, gestão eletrônica de documentos e inovação nos serviços públicos.

No âmbito do curso, as TDICs não constituem recursos acessórios ao processo educativo, mas instrumentos pedagógicos integrados ao desenvolvimento curricular, utilizados de forma planejada e articulada aos objetivos de aprendizagem, às competências profissionais, às metodologias de ensino e aos processos avaliativos definidos para cada componente curricular. Sua utilização favorece a aprendizagem significativa, o protagonismo discente, a autonomia intelectual, o pensamento crítico, a resolução de problemas complexos, a aprendizagem colaborativa e a construção coletiva do conhecimento.

Como principal ambiente de mediação pedagógica, o curso utiliza o Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle (AVA Moodle), plataforma institucional adotada pelo IFRR para organização das atividades acadêmicas desenvolvidas na modalidade semipresencial e para apoio às atividades presenciais. O AVA Moodle constitui espaço integrado de aprendizagem, possibilitando a disponibilização de planos de ensino, cronogramas, materiais didáticos, objetos de aprendizagem, videoaulas, bibliografias, fóruns de discussão, estudos de caso, atividades individuais e colaborativas, avaliações, webconferências, portfólios digitais, instrumentos de acompanhamento da aprendizagem e canais permanentes de comunicação entre docentes e estudantes.

Além de favorecer a mediação pedagógica, o AVA Moodle possibilita o acompanhamento sistemático do percurso formativo dos estudantes mediante registros de acesso, participação nas atividades, interação nos fóruns, realização das atividades propostas, cumprimento dos prazos estabelecidos, desempenho acadêmico e emissão de relatórios gerenciais, constituindo importante instrumento para o monitoramento da aprendizagem, a identificação precoce de dificuldades acadêmicas e a implementação de estratégias de permanência e êxito.

Complementarmente ao Ambiente Virtual de Aprendizagem, o curso utiliza o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) como plataforma institucional de gestão acadêmica, por meio da qual são realizados registros de frequência, lançamento de notas, disponibilização de materiais didáticos, acompanhamento do desempenho discente, comunicação institucional, gerenciamento de projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação, abertura de processos administrativos, organização de eventos acadêmicos e emissão de documentos e certificados institucionais, promovendo integração entre as atividades acadêmicas e administrativas do curso.

Os docentes poderão utilizar, de forma complementar, diferentes recursos digitais compatíveis com os objetivos de aprendizagem de cada componente curricular, tais como plataformas de videoconferência, bibliotecas digitais, bases de dados científicas nacionais e internacionais, softwares especializados, planilhas eletrônicas, sistemas de análise estatística, aplicativos colaborativos, ambientes de compartilhamento de documentos, repositórios institucionais, objetos digitais de aprendizagem, recursos educacionais abertos, infográficos, simuladores, ferramentas de produção multimídia e demais tecnologias que contribuam para o desenvolvimento das competências previstas no perfil profissional do egresso.

No âmbito específico da formação em Gestão Pública, as TDICs serão empregadas para aproximar os estudantes dos processos de transformação digital do Estado, possibilitando experiências relacionadas à análise e visualização de dados, gestão eletrônica de documentos, governo digital, transparência pública, planejamento governamental, monitoramento de políticas públicas, elaboração de indicadores, sistemas de informação governamental, inteligência organizacional, participação social, inovação no setor público e utilização de ferramentas digitais de apoio à tomada de decisão.

A utilização de recursos baseados em Inteligência Artificial (IA) poderá integrar as atividades acadêmicas como instrumento de apoio à aprendizagem, à pesquisa, à inovação e ao desenvolvimento das competências digitais previstas para o curso. Sua utilização observará os princípios da ética, da integridade acadêmica, da transparência, da proteção de dados pessoais, da autoria intelectual, da segurança da informação e do uso responsável das tecnologias digitais, sendo empregada como ferramenta complementar à mediação pedagógica desenvolvida pelos docentes, não substituindo o processo formativo nem a autoria

intelectual dos estudantes.

As TDICs subsidiam, ainda, a adoção de metodologias ativas de aprendizagem, dentre as quais destacam-se a aprendizagem baseada em problemas (Problem Based Learning – PBL), aprendizagem baseada em projetos (Project Based Learning – PBL), estudos de caso, sala de aula invertida, aprendizagem colaborativa, design thinking, gamificação, pesquisa aplicada, produção colaborativa de documentos, simulações de ambientes institucionais, oficinas tecnológicas, resolução de situações-problema e desenvolvimento de projetos integradores, favorecendo a articulação entre teoria e prática e o desenvolvimento das competências técnicas, analíticas e socioemocionais previstas para o Tecnólogo em Gestão Pública.

O Campus Bonfim dispõe de infraestrutura tecnológica compatível com as necessidades pedagógicas do curso, compreendendo laboratório de informática com capacidade para atendimento simultâneo da turma, computadores conectados à internet banda larga, rede cabeada e sem fio, equipamentos multimídia, softwares institucionais, ambientes climatizados, suporte técnico especializado e demais recursos necessários ao desenvolvimento das atividades presenciais e a distância. Essa infraestrutura possibilita aos estudantes acesso permanente às tecnologias utilizadas durante o processo formativo, favorecendo o desenvolvimento das competências digitais exigidas pelo mundo do trabalho.

As TDICs também desempenham papel estratégico na promoção da educação inclusiva e da acessibilidade, possibilitando a utilização de tecnologias assistivas, recursos digitais acessíveis, materiais em diferentes formatos, objetos de aprendizagem adaptados e estratégias pedagógicas compatíveis com as necessidades dos estudantes, em articulação permanente com a Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CAPNE), observando os princípios do desenho universal para a aprendizagem e da acessibilidade digital.

A utilização das TDICs será acompanhada e avaliada continuamente pela Coordenação do Curso, pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), pelo Colegiado do Curso, pela Diretoria de Ensino e pelos processos de autoavaliação institucional conduzidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). O monitoramento considerará indicadores relacionados ao uso das plataformas institucionais, à efetividade da mediação pedagógica, à qualidade dos recursos tecnológicos disponibilizados, ao desempenho acadêmico, à participação discente, à satisfação dos usuários, à acessibilidade digital e à contribuição das tecnologias para o desenvolvimento das competências previstas no perfil do egresso.

Os resultados obtidos por meio desse processo de monitoramento subsidiarão a atualização permanente das estratégias pedagógicas, o aperfeiçoamento das metodologias de ensino, a capacitação continuada dos docentes para utilização pedagógica das tecnologias digitais, a modernização da infraestrutura tecnológica e a revisão deste Projeto Pedagógico de Curso, assegurando sua permanente aderência às transformações tecnológicas, às demandas da administração pública contemporânea e aos referenciais de qualidade do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Dessa forma, as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação consolidam-se como eixo transversal da formação do Tecnólogo em Gestão Pública, potencializando a integração entre ensino, pesquisa, extensão e inovação, fortalecendo a aprendizagem ativa e colaborativa e contribuindo para a formação de profissionais capazes de atuar de forma crítica, ética, inovadora e tecnicamente qualificada nos processos de transformação digital do Estado, na governança pública, na gestão baseada em evidências e na prestação de serviços públicos orientados pelos princípios da eficiência, da transparência, da participação cidadã e do desenvolvimento sustentável.

19 POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL

A promoção da inclusão social, da equidade, da diversidade e do respeito aos direitos humanos constitui princípio orientador da organização didático-pedagógica do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública e integra as políticas institucionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR). Em consonância com a Constituição Federal, a Lei nº 9.394/1996, a Lei nº 11.892/2008, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), as Diretrizes Curriculares Nacionais e as demais normas aplicáveis, o curso adota práticas pedagógicas inclusivas destinadas a assegurar igualdade de

oportunidades, respeito à diversidade, acessibilidade e permanência dos estudantes.

No âmbito do Campus Bonfim, a implementação dessas políticas ocorre de forma articulada entre a Direção de Ensino, Coordenação do Curso, Coordenação Pedagógica, Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CAPNE), Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), Coordenação de Assistência Estudantil (CAES), Núcleo Docente Estruturante (NDE), Colegiado do Curso e demais setores institucionais, promovendo ações integradas de ensino, pesquisa, extensão e inovação voltadas à construção de um ambiente acadêmico inclusivo, democrático, acessível e socialmente comprometido.

As políticas de inclusão social desenvolvidas pelo curso contemplam ações afirmativas, educação em direitos humanos, educação para as relações étnico-raciais, educação ambiental, acessibilidade, inclusão educacional, combate a todas as formas de discriminação e promoção da equidade, sendo implementadas de forma transversal na organização curricular, nas atividades de ensino, pesquisa, extensão, prática profissional, curricularização da extensão, projetos integradores, Trabalho de Conclusão de Curso e demais atividades acadêmicas.

O acompanhamento da efetividade dessas políticas ocorrerá por meio dos processos de autoavaliação institucional, dos indicadores acadêmicos, das avaliações realizadas pelos setores competentes, das ações desenvolvidas pelo NDE e pelo Colegiado do Curso e das contribuições da comunidade acadêmica, subsidiando o planejamento e a melhoria contínua deste Projeto Pedagógico de Curso.

19.1 Educação em Direitos Humanos

A Educação em Direitos Humanos constitui princípio orientador da formação do Tecnólogo em Gestão Pública e integra o processo formativo em consonância com a Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, bem como com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da cidadania, da igualdade, da democracia, da justiça social e da promoção dos direitos fundamentais.

No âmbito do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, essa formação visa desenvolver profissionais ética e tecnicamente qualificados para atuar na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas comprometidas com a promoção dos direitos humanos, da inclusão social, da equidade, da acessibilidade, da participação cidadã, da transparência, do controle social, da valorização da diversidade e do fortalecimento das instituições públicas democráticas.

A temática é desenvolvida de forma transversal, interdisciplinar e contextualizada ao longo de todo o percurso formativo, estando integrada aos componentes curriculares, às práticas profissionais, aos projetos integradores, às atividades de pesquisa, de extensão, de inovação e às ações de curricularização da extensão, favorecendo a reflexão crítica sobre ética pública, cidadania, democracia, direitos fundamentais, diversidade, combate às discriminações, cultura de paz e responsabilidade social na gestão pública.

Como estratégia de aprofundamento curricular, a matriz do curso contempla os componentes curriculares obrigatórios, tais como, Ética no Setor Público; Estado Política e Nação; e Curricularização da Extensão II; além de componentes eletivos, tais como, Gênero, Sexualidade e Políticas Públicas, que integram o conjunto de componentes eletivos do curso e ampliam a formação dos estudantes em temas relacionados à inclusão, à acessibilidade, aos direitos das pessoas com deficiência, à comunicação inclusiva, à equidade, à diversidade humana e às políticas públicas voltadas aos grupos historicamente vulnerabilizados. Esses componentes fortalecem o desenvolvimento de competências essenciais para a atuação de gestores públicos comprometidos com a promoção dos direitos humanos, a eliminação das desigualdades e a garantia do acesso universal, equitativo e inclusivo aos serviços públicos.

Considerando as especificidades sociais, culturais e territoriais do município de Bonfim, da região de fronteira e do estado de Roraima, a Educação em Direitos Humanos assume papel estratégico na formação do egresso, contribuindo para o desenvolvimento de profissionais capazes de atuar com sensibilidade social, respeito à diversidade, responsabilidade ética e compromisso com a construção de políticas públicas inclusivas, democráticas e orientadas à promoção da justiça social e do desenvolvimento humano sustentável.

19.2 Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena

A Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena integram a formação acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, em conformidade com as Leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e nº 11.645, de 10 de março de 2008, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, bem como com as políticas institucionais do Instituto Federal de Roraima (IFRR).

No Campus Bonfim, essa política é desenvolvida em articulação com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), instância institucional responsável por fomentar ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação voltadas à promoção da equidade étnico-racial, à valorização da diversidade cultural, ao enfrentamento do racismo e de todas as formas de discriminação, bem como ao reconhecimento, à valorização e à difusão da história, da cultura, dos saberes e das contribuições dos povos indígenas, afro-brasileiros e africanos para a formação da sociedade brasileira.

A abordagem dessas temáticas ocorre de forma transversal, interdisciplinar e contextualizada ao longo do percurso formativo, estando presente nos componentes curriculares, nas atividades de ensino, nos projetos integradores, nas ações de curricularização da extensão, nas atividades de pesquisa, nos eventos acadêmicos e culturais e nas demais práticas formativas desenvolvidas pelo curso, considerando as especificidades históricas, culturais, sociais e territoriais do município de Bonfim, da região de fronteira Brasil–Guiana, do estado de Roraima e da Amazônia.

Além da abordagem transversal, a matriz curricular contempla o componente curricular eletivo Povos Indígenas, Gestão e Diversidade Étnica, que possibilita o aprofundamento dos estudos sobre os direitos dos povos indígenas, a diversidade étnico-cultural, a gestão pública em contextos interculturais, as políticas públicas voltadas aos povos originários, a participação social, a cidadania, a inclusão e a valorização das identidades étnicas, fortalecendo a formação de profissionais capazes de atuar de forma ética, inclusiva e socialmente comprometida em territórios marcados pela diversidade cultural e étnica.

Essa organização curricular evidencia o compromisso institucional com a formação de gestores públicos sensíveis à diversidade, preparados para atuar na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas orientadas pela promoção dos direitos humanos, da justiça social, da equidade e do respeito às diferenças, contribuindo para o fortalecimento da democracia, da cidadania e do desenvolvimento regional sustentável.

19.3 Educação Ambiental

A Educação Ambiental constitui dimensão permanente, contínua e transversal da formação do Tecnólogo em Gestão Pública, desenvolvendo-se em conformidade com a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos Superiores de Tecnologia e com as políticas institucionais do Instituto Federal de Roraima (IFRR).

No Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, a Educação Ambiental está integrada ao processo formativo de maneira transversal, interdisciplinar e contextualizada, articulando ensino, pesquisa, extensão, inovação, prática profissional e curricularização da extensão. Sua abordagem contempla temas relacionados à sustentabilidade, governança ambiental, gestão ambiental pública, responsabilidade socioambiental, conservação dos recursos naturais, mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável, economia circular, gestão de resíduos, consumo responsável, Agenda 2030, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), planejamento territorial e formulação, implementação e avaliação de políticas públicas ambientais.

Essas temáticas são desenvolvidas em diferentes componentes curriculares, nas práticas profissionais, nos projetos integradores, nas atividades de pesquisa, nas ações de extensão e, de forma especial, no componente curricular Curricularização da Extensão III, no qual as práticas extensionistas são orientadas à promoção da educação ambiental, da conscientização socioambiental e do fortalecimento da

participação cidadã junto à comunidade externa.

Além da abordagem transversal, a matriz curricular contempla os componentes curriculares eletivos Políticas Públicas Aplicadas aos Sistemas Agroambientais e Legislação Ambiental, que possibilitam o aprofundamento dos estudos sobre gestão ambiental, políticas públicas voltadas aos sistemas agroambientais, ordenamento territorial, sustentabilidade, licenciamento ambiental, proteção dos recursos naturais, legislação ambiental brasileira e instrumentos de gestão ambiental aplicáveis à administração pública, fortalecendo a formação de profissionais aptos a atuar na elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas orientadas ao desenvolvimento sustentável.

A inserção dessas temáticas considera as especificidades ambientais, territoriais e socioeconômicas do município de Bonfim, do estado de Roraima e da Amazônia, contribuindo para a formação de gestores públicos comprometidos com a preservação ambiental, a justiça socioambiental, a gestão sustentável dos recursos naturais e a construção de políticas públicas capazes de conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e proteção do patrimônio ambiental.

Dessa forma, a Educação Ambiental consolida-se como eixo estruturante da formação profissional, promovendo o desenvolvimento de competências técnicas, éticas e cidadãs indispensáveis ao exercício da gestão pública sustentável e socialmente responsável, em consonância com os princípios constitucionais da administração pública e com os desafios contemporâneos do desenvolvimento regional e nacional.

19.4 Inclusão da Pessoa com Deficiência e Acessibilidade

O IFRR assegura às pessoas com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento, altas habilidades/superdotação e mobilidade reduzida o direito ao acesso, à permanência, à participação, à aprendizagem e à conclusão dos cursos em condições de igualdade, em conformidade com a Lei nº 13.146/2015, a Lei nº 10.098/2000, o Decreto nº 5.296/2004 e demais normas aplicáveis.

No Campus Bonfim, as ações de inclusão são coordenadas pela Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CAPNE), em articulação com a Coordenação do Curso, Coordenação Pedagógica, docentes e equipe multiprofissional.

Compete à CAPNE identificar as necessidades educacionais específicas dos estudantes, orientar os docentes quanto às adaptações pedagógicas e avaliativas, acompanhar a implementação de recursos de acessibilidade, promover ações de sensibilização da comunidade acadêmica, orientar a utilização de tecnologias assistivas, apoiar a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI), quando necessário, e acompanhar continuamente o desenvolvimento acadêmico dos estudantes.

O Campus Bonfim dispõe de infraestrutura acessível, ambientes adaptados, profissionais de apoio, tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), recursos de acessibilidade e tecnologias assistivas, assegurando a eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, tecnológicas, instrumentais e atitudinais, favorecendo a plena participação dos estudantes em todas as atividades acadêmicas.

Como forma de fortalecer a política institucional de inclusão e ampliar a formação dos estudantes nas temáticas relacionadas à acessibilidade e aos direitos das pessoas com deficiência, a matriz curricular contempla os componentes curriculares eletivos Língua Brasileira de Sinais (Libras) e Neurodiversidades, Acessibilidades e Sociedade. Esses componentes ampliam as possibilidades de aprofundamento acadêmico em aspectos relacionados à comunicação acessível, ao desenho universal, às tecnologias assistivas, às neurodiversidades, à eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas, tecnológicas e atitudinais, bem como às políticas públicas de inclusão e acessibilidade. Sua oferta fortalece a formação de gestores públicos capazes de planejar, implementar, monitorar e avaliar políticas, programas e serviços públicos comprometidos com a promoção da equidade, da inclusão social, da acessibilidade, da garantia dos direitos das pessoas com deficiência e da construção de uma administração pública orientada pelos princípios da cidadania, da dignidade da pessoa humana, da igualdade de oportunidades e da participação social, em consonância com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com as políticas institucionais do Instituto Federal de Roraima.

Dessa forma, as políticas de inclusão social implementadas no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública reafirmam o compromisso institucional do Instituto Federal de Roraima com a formação cidadã, a promoção dos direitos humanos, a valorização da diversidade, a equidade, a inclusão educacional e a melhoria contínua da qualidade da educação superior, contribuindo para a formação de profissionais éticos, socialmente comprometidos e preparados para atuar em uma gestão pública democrática, inclusiva e orientada pelo interesse público.

20 COLEGIADO DO CURSO

O Colegiado do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública constitui órgão colegiado de natureza deliberativa, normativa, consultiva e de assessoramento acadêmico, responsável pelo acompanhamento, planejamento, avaliação e aperfeiçoamento contínuo das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica do curso, em conformidade com a legislação educacional vigente, com as políticas institucionais do Instituto Federal de Roraima (IFRR) e com a Resolução nº 473/CONSUP/IFRR, de 21 de outubro de 2019, ou outra que vier a substituí-la.

No âmbito da gestão acadêmica, o Colegiado desempenha papel estratégico na consolidação da qualidade do curso, promovendo a articulação entre docentes, estudantes, equipe técnico-pedagógica e gestão institucional, contribuindo para o fortalecimento do processo formativo e para a permanente atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Em suas deliberações, o Colegiado considera os resultados dos processos de autoavaliação institucional conduzidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), das avaliações externas realizadas pelo Ministério da Educação, dos indicadores acadêmicos disponíveis, dos resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), das análises desenvolvidas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), bem como das demandas apresentadas pela comunidade acadêmica, utilizando essas informações como subsídios para o planejamento, monitoramento e aperfeiçoamento contínuo do curso.

Nos termos da regulamentação institucional vigente, o Colegiado do Curso será composto por:

- I – Coordenador(a) do Curso, que exercerá sua presidência;
- II – 03 (três) docentes vinculados ao curso, em efetivo exercício, e seus respectivos suplentes;
- III – 01 (um) representante discente regularmente matriculado no curso e seu respectivo suplente;
- IV – 01 (um) representante da equipe técnico-pedagógica que acompanha o curso e seu respectivo suplente.

Compete ao Colegiado do Curso:

I – deliberar sobre a atualização, reformulação e acompanhamento da implementação do Projeto Pedagógico do Curso, observando a legislação vigente, as Diretrizes Curriculares Nacionais, as políticas institucionais e as demandas da sociedade e do mundo do trabalho;

II – acompanhar o desenvolvimento da matriz curricular, propondo adequações que assegurem a coerência entre o perfil do egresso, as competências profissionais, os objetivos do curso e as práticas pedagógicas;

III – analisar os resultados das avaliações internas e externas, propondo ações de melhoria voltadas à qualidade do ensino, à permanência e ao êxito estudantil;

IV – acompanhar as ações desenvolvidas pelo Núcleo Docente Estruturante, promovendo a integração entre os processos de planejamento, avaliação e atualização curricular;

V – deliberar sobre matérias acadêmicas relacionadas ao funcionamento do curso, incluindo ensino, pesquisa, extensão, eventos acadêmicos, Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs) e demais ações de natureza didático-pedagógica;

VI – apreciar propostas de oferta de componentes curriculares em regime especial, observadas as

normas institucionais;

VII – analisar processos acadêmicos cuja decisão seja de sua competência, conforme a regulamentação institucional;

VIII – propor ações voltadas ao enfrentamento da evasão, retenção e reprovação, bem como ao fortalecimento da permanência e do êxito dos estudantes;

IX – incentivar a integração entre ensino, pesquisa, extensão, inovação e internacionalização, fortalecendo a formação acadêmica e profissional dos estudantes;

X – propor parcerias institucionais que contribuam para o desenvolvimento do curso e para sua inserção social e regional;

XI – exercer outras atribuições previstas na legislação e nas normas institucionais vigentes.

As reuniões do Colegiado serão realizadas ordinariamente, no mínimo, duas vezes por semestre letivo e, extraordinariamente, sempre que necessário, observando-se os procedimentos, quóruns e demais disposições estabelecidos na regulamentação institucional vigente.

As deliberações do Colegiado constituem importante instrumento de governança acadêmica, assegurando o acompanhamento sistemático da execução deste Projeto Pedagógico de Curso, a utilização dos resultados das avaliações institucionais e externas para subsidiar o planejamento acadêmico e a implementação de ações voltadas à melhoria contínua da qualidade da formação ofertada.

21 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública constitui órgão consultivo, propositivo e de assessoramento acadêmico, responsável pela concepção, acompanhamento, consolidação, avaliação e atualização permanente do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), em conformidade com a legislação educacional vigente, as Diretrizes Curriculares Nacionais, o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Roraima (IFRR) e a Resolução nº 469/CONSUP/IFRR, de 17 de setembro de 2019, ou outra que vier a substituí-la.

O NDE desempenha papel estratégico na garantia da qualidade acadêmica do curso, promovendo a permanente reflexão sobre a organização curricular, a coerência entre o perfil do egresso, os objetivos do curso, as competências profissionais, as metodologias de ensino, os processos de avaliação da aprendizagem e as demandas contemporâneas da gestão pública, considerando as transformações sociais, tecnológicas e as especificidades do contexto amazônico e fronteiriço.

Nos termos da regulamentação institucional vigente, o NDE será constituído por cinco docentes integrantes da carreira do magistério do IFRR, vinculados ao curso, sendo o Coordenador do Curso seu presidente. A composição do Núcleo observará os requisitos estabelecidos na regulamentação institucional quanto ao regime de trabalho e à titulação acadêmica, assegurando predominância de docentes com formação em nível de pós-graduação *stricto sensu* e atuação efetiva no desenvolvimento do curso.

Compete ao Núcleo Docente Estruturante:

I – elaborar, acompanhar, avaliar e propor a atualização do Projeto Pedagógico do Curso, assegurando sua permanente adequação às Diretrizes Curriculares Nacionais, à legislação educacional, ao Plano de Desenvolvimento Institucional e às demandas da sociedade e do mundo do trabalho;

II – acompanhar a implementação da matriz curricular, promovendo sua integração interdisciplinar e a articulação entre ensino, pesquisa, extensão, inovação e práticas profissionais;

III – contribuir para a consolidação e atualização do perfil profissional do egresso, assegurando a coerência entre as competências previstas, os componentes curriculares, as metodologias de ensino e os processos avaliativos;

IV – analisar os resultados das avaliações internas e externas, incluindo a Avaliação Institucional, o

Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e os indicadores acadêmicos disponíveis, propondo ações de melhoria voltadas ao aperfeiçoamento da qualidade do curso;

V – acompanhar os indicadores de desempenho acadêmico, permanência, retenção, evasão e conclusão do curso, propondo estratégias pedagógicas que contribuam para a melhoria da aprendizagem e do êxito estudantil;

VI – incentivar o desenvolvimento de atividades de pesquisa, extensão, inovação e internacionalização articuladas ao curso, em consonância com as demandas regionais, as políticas públicas e o Plano de Desenvolvimento Institucional;

VII – propor ações de formação continuada para o corpo docente, visando ao aperfeiçoamento das práticas pedagógicas, ao fortalecimento da interdisciplinaridade e à inovação no processo de ensino e aprendizagem;

VIII – acompanhar, em articulação com a Coordenação do Curso, os processos relacionados ao ENADE, promovendo ações de orientação, sensibilização e preparação dos estudantes, bem como analisando os resultados obtidos para subsidiar o aperfeiçoamento do curso;

IX – analisar a adequação das bibliografias básica e complementar, dos recursos didáticos e da infraestrutura acadêmica às necessidades do curso, propondo atualizações sempre que necessário;

X – exercer outras atribuições previstas na legislação e nas normas institucionais vigentes.

O NDE realiza acompanhamento sistemático da implementação deste Projeto Pedagógico de Curso, promovendo estudos e avaliações periódicas acerca da efetividade da organização curricular, do desempenho acadêmico dos estudantes, da integração entre os componentes curriculares, da adequação das metodologias de ensino e da pertinência das competências desenvolvidas em relação às exigências da formação profissional e às necessidades da administração pública.

Em conformidade com a Resolução nº 716/CONSUP/IFRR, de 2023, o acompanhamento do desempenho acadêmico dos estudantes constitui importante subsídio para a atuação do NDE, permitindo identificar situações que demandem intervenções pedagógicas, especialmente nos componentes curriculares que apresentem, de forma recorrente, elevados índices de reprovação, retenção ou dificuldades de aprendizagem. Nessas situações, o Núcleo atuará em articulação com a Coordenação do Curso, a Coordenação Pedagógica, o Colegiado do Curso e os demais setores acadêmicos competentes, propondo estratégias de acompanhamento e melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

As análises desenvolvidas pelo NDE orientam a implementação de ações voltadas ao fortalecimento da formação integral dos estudantes, estimulando o desenvolvimento de competências técnicas, científicas, éticas e cidadãs, a capacidade crítica, a inovação, a liderança, a responsabilidade socioambiental, o respeito à diversidade, a valorização da cultura regional e o compromisso com o interesse público, em consonância com o perfil profissional do egresso.

O Núcleo Docente Estruturante reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo duas vezes por semestre letivo e, extraordinariamente, sempre que necessário, observando-se os procedimentos, quóruns e demais disposições estabelecidos na regulamentação institucional vigente.

22. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DO ESTUDANTE

A avaliação da aprendizagem no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública constitui processo contínuo, sistemático, diagnóstico, formativo e somativo, concebido como instrumento de acompanhamento do desenvolvimento acadêmico e profissional dos estudantes, orientando-se pelos princípios da Educação Profissional e Tecnológica, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Superiores de Tecnologia, pela Organização Didática do Instituto Federal de Roraima (IFRR), pelo Projeto Pedagógico Institucional (PPI), pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2024–2028) e por este Projeto Pedagógico de Curso.

Compreende-se a avaliação como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem,

destinada não apenas à verificação do rendimento acadêmico, mas, sobretudo, ao acompanhamento da construção progressiva das competências, habilidades e atitudes previstas para o perfil profissional do egresso. Nesse sentido, assume caráter eminentemente pedagógico, constituindo instrumento permanente de diagnóstico, orientação, mediação e aperfeiçoamento da aprendizagem, subsidiando a tomada de decisões pelos docentes, estudantes e gestores acadêmicos.

A avaliação fundamenta-se na coerência entre os objetivos de aprendizagem, as competências profissionais, os conteúdos curriculares, as metodologias de ensino e os instrumentos avaliativos adotados em cada componente curricular, assegurando que o processo avaliativo seja compatível com a natureza tecnológica, interdisciplinar e aplicada da formação em Gestão Pública.

Em conformidade com a Resolução CONSUP/IFRR nº 716/2023, a avaliação contemplará as dimensões cognitiva, procedimental e atitudinal, observando os limites e critérios estabelecidos na Organização Didática vigente, priorizando o desenvolvimento da capacidade analítica, da tomada de decisão, da resolução de problemas, da ética profissional, da inovação, da responsabilidade social e da aplicação dos conhecimentos em contextos reais e simulados da administração pública.

O processo avaliativo compreenderá diferentes modalidades de avaliação, articuladas entre si ao longo do percurso formativo:

avaliação diagnóstica, destinada à identificação dos conhecimentos prévios, das potencialidades e das necessidades de aprendizagem dos estudantes, subsidiando o planejamento das atividades pedagógicas;

avaliação formativa, realizada continuamente durante o desenvolvimento dos componentes curriculares, permitindo acompanhar a evolução da aprendizagem, orientar intervenções pedagógicas, promover feedbacks contínuos e fortalecer o processo de construção do conhecimento;

avaliação somativa, destinada à verificação do desempenho acadêmico ao final das etapas avaliativas, possibilitando a certificação das competências e habilidades desenvolvidas.

Os critérios de avaliação serão explicitados nos Planos de Ensino de cada componente curricular, contemplando objetivos de aprendizagem, competências previstas, metodologias, instrumentos avaliativos, critérios de correção, pesos atribuídos às atividades e resultados de aprendizagem esperados, garantindo transparência, isonomia e previsibilidade ao processo avaliativo.

Considerando a natureza tecnológica e aplicada do curso, serão priorizados instrumentos diversificados de avaliação compatíveis com a formação por competências, dentre os quais poderão ser utilizados provas escritas, estudos de caso, resolução de situações-problema, projetos integradores, relatórios técnicos, pareceres, portfólios, seminários, oficinas, apresentações orais, pesquisas aplicadas, produtos técnicos, práticas profissionais, atividades extensionistas, autoavaliação, avaliação por pares e demais instrumentos definidos pelo docente, observada a natureza de cada componente curricular.

No âmbito da organização didático-pedagógica do curso, não serão desenvolvidas atividades síncronas mediadas por tecnologias digitais, uma vez que, conforme deliberação institucional e em conformidade com o art. 11 do Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, o percentual mínimo de 20% (vinte por cento) da carga horária previsto para atividades presenciais ou síncronas mediadas será integralmente cumprido por meio de atividades presenciais. Assim, todas as atividades que demandem interação simultânea entre docentes e estudantes, tais como aulas dialogadas, seminários, oficinas, práticas profissionais, apresentações, orientações acadêmicas, projetos integradores, curricularização da extensão, avaliações presenciais e demais estratégias colaborativas, serão realizadas presencialmente, garantindo maior interação pedagógica, acompanhamento direto da aprendizagem e desenvolvimento das competências profissionais previstas para o perfil do egresso.

As atividades desenvolvidas por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle (AVA Moodle) terão natureza exclusivamente assíncrona e integrarão o processo de ensino e aprendizagem mediante a disponibilização de materiais didáticos, estudos dirigidos, leituras orientadas, estudos de caso, fóruns avaliativos, questionários, produção de textos, elaboração de relatórios técnicos, resolução de problemas, portfólios digitais, projetos, pesquisas aplicadas e demais atividades previstas nos Planos de Ensino. A realização dessas atividades será registrada automaticamente pelo AVA Moodle, por meio dos relatórios de acesso, participação, submissão de atividades, cumprimento de prazos, desempenho acadêmico e interação com os recursos educacionais disponibilizados, constituindo evidências da aprendizagem desenvolvida. A

frequência nas atividades presenciais será registrada no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), conforme a Organização Didática do IFRR, enquanto a validação das atividades desenvolvidas no AVA ocorrerá mediante a efetiva realização das tarefas propostas, observados os critérios de avaliação previamente definidos pelo docente no Plano de Ensino. Os resultados obtidos nas atividades realizadas no ambiente virtual integrarão a composição da avaliação contínua do componente curricular e subsidiarão o acompanhamento pedagógico, a identificação precoce de dificuldades de aprendizagem, a adoção de intervenções formativas e o monitoramento da permanência e do êxito acadêmico dos estudantes, fortalecendo a qualidade da oferta semipresencial e a integração entre os ambientes presencial e digital.

22.1 Avaliação da aprendizagem na modalidade semipresencial

Em razão da organização curricular semipresencial, o processo avaliativo integra, de forma articulada, atividades presenciais e atividades desenvolvidas no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle (AVA Moodle), assegurando equivalência acadêmica, qualidade pedagógica e coerência entre os diferentes ambientes de aprendizagem.

As atividades desenvolvidas no AVA Moodle integram o processo regular de avaliação dos componentes curriculares e serão planejadas pelos docentes em consonância com os objetivos de aprendizagem previstos nos respectivos Planos de Ensino. Poderão compor o processo avaliativo fóruns de discussão avaliativos, estudos dirigidos, estudos de caso, resolução de problemas, produção colaborativa de documentos, portfólios digitais, webquests, projetos colaborativos, pesquisas aplicadas, elaboração de pareceres técnicos, produção de vídeos, podcasts, infográficos, mapas conceituais, atividades reflexivas, exercícios online, avaliações disponibilizadas na plataforma e demais atividades compatíveis com as competências profissionais previstas para cada componente curricular.

As atividades síncronas mediadas por tecnologias digitais, quando previstas no planejamento didático, poderão compreender webconferências, seminários virtuais, apresentações de trabalhos, orientações acadêmicas, defesas de projetos, debates e outras estratégias de interação em tempo real. A participação dos estudantes será registrada por meio dos mecanismos disponibilizados pelas plataformas institucionais utilizadas, observando frequência, participação efetiva, realização das atividades propostas e demais critérios estabelecidos pelo docente.

As atividades assíncronas serão desenvolvidas prioritariamente por meio do AVA Moodle e compreenderão leitura orientada, estudos individuais, pesquisas, resolução de exercícios, produção textual, participação em fóruns, elaboração de trabalhos, desenvolvimento de projetos, análise documental, estudos de caso e demais atividades previstas no Plano de Ensino. A validação da participação do estudante ocorrerá mediante a comprovação da realização das atividades propostas, do cumprimento dos prazos estabelecidos e da efetiva interação com os recursos disponibilizados no ambiente virtual.

A frequência nas atividades presenciais observará os critérios estabelecidos na Organização Didática do IFRR. Nas atividades assíncronas, a frequência será contabilizada mediante a realização das atividades previstas, participação nas ações propostas, entrega das atividades dentro dos prazos estabelecidos e registros acadêmicos produzidos pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle, que permitem o acompanhamento da participação discente por meio de indicadores de acesso, permanência, interação, execução das atividades e desempenho acadêmico.

As devolutivas pedagógicas ocorrerão de forma contínua, tanto nas atividades presenciais quanto no Ambiente Virtual de Aprendizagem, por meio de feedbacks individuais e coletivos, correção comentada das atividades, fóruns de esclarecimento de dúvidas, mensagens institucionais, webconferências, atendimentos acadêmicos e orientações específicas voltadas ao aperfeiçoamento da aprendizagem e ao desenvolvimento das competências profissionais.

22.2 Acompanhamento acadêmico e intervenções pedagógicas

Os resultados obtidos nas avaliações constituirão importante instrumento de acompanhamento acadêmico e subsidiarão as ações de tutoria desenvolvidas pelos docentes responsáveis pelos componentes curriculares. O desempenho dos estudantes será monitorado continuamente mediante análise integrada das

avaliações presenciais, das atividades realizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem, da participação nas atividades síncronas e assíncronas, da frequência, da evolução da aprendizagem e dos indicadores acadêmicos produzidos pelos sistemas institucionais.

Sempre que identificados estudantes com dificuldades de aprendizagem, baixo desempenho, reduzida participação nas atividades presenciais ou virtuais, descumprimento sistemático das atividades acadêmicas ou indícios de evasão, o docente realizará intervenções pedagógicas imediatas, promovendo orientações individualizadas, atividades de recuperação paralela, feedbacks específicos e acompanhamento acadêmico contínuo.

Persistindo as dificuldades, a situação será encaminhada à Coordenação do Curso, que, em articulação com a Coordenação Pedagógica (COPED), a Coordenação de Assistência Estudantil (CAES), a Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CAPNE), o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e os demais setores competentes, promoverá ações integradas de acompanhamento, permanência e êxito, visando prevenir retenção, evasão e dificuldades de aprendizagem.

Os estudantes público-alvo da Educação Especial terão asseguradas adaptações razoáveis nos processos avaliativos, observadas suas necessidades educacionais específicas, mediante acompanhamento da CAPNE e elaboração, quando necessário, do Plano Educacional Individualizado (PEI), garantindo acessibilidade, equidade e igualdade de oportunidades.

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação utilizadas no processo avaliativo observarão critérios de acessibilidade, segurança da informação, proteção de dados, confiabilidade dos registros acadêmicos e integridade das avaliações, utilizando prioritariamente os ambientes institucionais disponibilizados pelo IFRR.

Os procedimentos relativos à atribuição de notas, critérios de aprovação, recuperação da aprendizagem, exame final, frequência, registros acadêmicos e demais aspectos operacionais da avaliação observarão integralmente a Organização Didática do IFRR e as normas institucionais vigentes, aplicando-se automaticamente as alterações decorrentes de regulamentação superveniente.

O processo de avaliação da aprendizagem será permanentemente acompanhado pela Coordenação do Curso, pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), pelo Colegiado do Curso e pela Coordenação Pedagógica, utilizando os resultados das avaliações internas, da autoavaliação institucional, dos indicadores acadêmicos e das avaliações externas para subsidiar o aperfeiçoamento das metodologias de ensino, das estratégias de mediação pedagógica e da atualização contínua deste Projeto Pedagógico de Curso, fortalecendo a qualidade da formação e a consolidação das competências previstas para o Tecnólogo em Gestão Pública.

23. POLÍTICA DE PERMANÊNCIA E ÊXITO

A permanência e o êxito dos estudantes constituem princípios estruturantes da política acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), orientando o planejamento, a implementação, o monitoramento e a avaliação de ações destinadas à promoção da aprendizagem, da inclusão, da acessibilidade, da equidade e da formação integral dos estudantes. Em consonância com as diretrizes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2024–2028) e com a Política Institucional de Permanência e Êxito, instituída pela Resolução CONSUP/IFRR nº 869, de 29 de outubro de 2025, o Campus Bonfim desenvolve ações permanentes voltadas à prevenção da evasão e da retenção, ao fortalecimento da trajetória acadêmica e à melhoria das condições de permanência e conclusão dos cursos.

A implementação dessa política ocorre de forma sistêmica e integrada, envolvendo a Direção de Ensino, a Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, a Coordenação Pedagógica (COPED), a Coordenação de Assistência Estudantil (CAES), a Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CAPNE), o Núcleo Docente Estruturante (NDE), o Colegiado do Curso e os demais setores acadêmicos e administrativos responsáveis pelo acompanhamento da vida acadêmica dos estudantes.

As ações institucionais compreendem o acolhimento acadêmico, o acompanhamento pedagógico, a assistência estudantil, o atendimento psicossocial, a promoção da acessibilidade, o monitoramento do desempenho acadêmico, o atendimento aos estudantes em situação de vulnerabilidade, a recuperação da aprendizagem e a implementação de estratégias preventivas destinadas ao fortalecimento do vínculo institucional, da permanência e do êxito acadêmico.

No âmbito da educação inclusiva, a Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CAPNE) desenvolve ações voltadas à identificação das necessidades educacionais específicas dos estudantes, à proposição de adaptações pedagógicas, tecnologias assistivas, recursos de acessibilidade e demais medidas necessárias para assegurar condições de acesso, participação, aprendizagem e permanência, em conformidade com a legislação vigente e com as políticas institucionais de inclusão.

O acompanhamento da efetividade das políticas de permanência e êxito fundamenta-se no monitoramento sistemático dos indicadores acadêmicos institucionais, dos registros escolares, dos índices de evasão, retenção, desempenho acadêmico, conclusão de curso e permanência estudantil, bem como na análise dos resultados das avaliações internas e externas, das demandas identificadas pelos setores de apoio ao estudante e das informações provenientes dos processos de autoavaliação institucional.

As evidências produzidas por esses mecanismos são analisadas de forma integrada pela Coordenação do Curso, pelo Núcleo Docente Estruturante e pelo Colegiado do Curso, subsidiando a definição de estratégias pedagógicas, administrativas e curriculares voltadas ao aperfeiçoamento contínuo do curso, ao fortalecimento da aprendizagem e à atualização permanente deste Projeto Pedagógico de Curso.

A avaliação da efetividade dessas ações é complementada pelos resultados da Comissão Própria de Avaliação (CPA), das Comissões Setoriais de Avaliação (CSA), das avaliações externas conduzidas pelo Ministério da Educação e dos indicadores institucionais disponíveis, constituindo importante instrumento de gestão acadêmica e de tomada de decisão.

Ressalta-se que, no momento da elaboração deste Projeto Pedagógico, o sistema institucional utilizado pelo IFRR para consolidação dos dados da autoavaliação ainda não disponibiliza relatórios analíticos desagregados por curso de graduação que permitam a extração de indicadores específicos relativos às respostas dos estudantes. Dessa forma, a apropriação dos resultados da autoavaliação institucional ocorre a partir dos relatórios institucionais consolidados atualmente disponíveis, complementados pelas análises realizadas pela Coordenação do Curso, pelo Núcleo Docente Estruturante, pelo Colegiado do Curso e pelos demais setores acadêmicos, assegurando a utilização das evidências institucionais disponíveis nos processos de planejamento, monitoramento e melhoria contínua da qualidade da formação.

O acompanhamento dos egressos será desenvolvido em conformidade com a Política Institucional de Acompanhamento de Egressos do IFRR, instituída pela Resolução CONSUP/IFRR nº 608, de 26 de outubro de 2021, constituindo instrumento estratégico de avaliação da qualidade da formação ofertada e de fortalecimento da relação entre a instituição e seus ex-estudantes.

Essa política tem como objetivos acompanhar a inserção profissional dos egressos, manter atualizado seu cadastro institucional, fortalecer os vínculos com a comunidade acadêmica, identificar demandas de formação continuada, avaliar a aderência das competências desenvolvidas durante o curso às exigências do mundo do trabalho e produzir informações que subsidiem os processos de avaliação, planejamento e atualização curricular.

A Coordenação do Curso, em articulação com as Coordenações de Extensão e de Pesquisa, o Núcleo Docente Estruturante e o Colegiado do Curso, promoverá pesquisas institucionais, encontros, seminários, palestras, oficinas, cursos de atualização, rodas de conversa e demais atividades destinadas ao acompanhamento dos egressos e ao fortalecimento da interação entre a instituição e os profissionais formados.

Também serão desenvolvidas ações voltadas à integração entre egressos e estudantes em formação, incentivando a participação dos ex-estudantes em atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação, mediante relatos de experiências profissionais, participação em eventos acadêmicos, projetos institucionais e outras iniciativas que favoreçam a aproximação entre a formação acadêmica e a realidade da gestão pública.

A comunicação institucional com os egressos ocorrerá por meio dos canais oficiais do IFRR, redes

sociais, aplicativos de comunicação e demais ferramentas digitais adotadas pela instituição, possibilitando a atualização cadastral, a divulgação de oportunidades de formação continuada, eventos acadêmicos, pesquisas institucionais e das ações previstas no Plano de Acompanhamento de Egressos (PAE).

As informações produzidas pelas políticas de permanência e êxito, pelos processos de autoavaliação institucional, pelas avaliações externas, pelos indicadores acadêmicos e pelo acompanhamento de egressos constituem importantes instrumentos de gestão acadêmica. Esses resultados são apropriados pela Coordenação do Curso, pelo Núcleo Docente Estruturante e pelo Colegiado do Curso para subsidiar o planejamento, o monitoramento e a atualização contínua deste Projeto Pedagógico de Curso, fortalecendo a qualidade da formação, a inserção profissional dos egressos, a melhoria dos processos de ensino, pesquisa, extensão e inovação e o compromisso institucional com o desenvolvimento regional e com o aprimoramento da gestão pública.

24. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

A avaliação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) constitui processo permanente, participativo, sistemático e orientado pela melhoria contínua, destinado a verificar a efetividade da proposta formativa, a coerência entre seus fundamentos teórico-metodológicos e sua implementação, bem como sua aderência às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Roraima (IFRR), às políticas institucionais e às demandas da administração pública e da sociedade.

No Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, a avaliação do PPC é compreendida como instrumento estratégico de gestão acadêmica, permitindo monitorar a qualidade da formação ofertada, identificar potencialidades e fragilidades do curso e subsidiar processos permanentes de atualização curricular, aperfeiçoamento das práticas pedagógicas, fortalecimento da permanência e êxito estudantil e consolidação do perfil profissional do egresso.

O processo de avaliação é coordenado pela Coordenação do Curso, em articulação permanente com o Núcleo Docente Estruturante (NDE), o Colegiado do Curso, a Diretoria de Ensino, a Coordenação Pedagógica (COPED), a Comissão Própria de Avaliação (CPA), a Comissão Setorial de Avaliação (CSA), os docentes, os estudantes, os técnicos administrativos e os representantes da sociedade civil, assegurando ampla participação da comunidade acadêmica e a utilização de diferentes fontes de evidências para subsidiar a tomada de decisão.

A avaliação do PPC desenvolve-se em ciclo contínuo, estruturado nas etapas de planejamento, coleta de informações, sistematização dos dados, análise crítica, deliberação acadêmica, implementação das ações de melhoria, monitoramento dos resultados e atualização do Projeto Pedagógico, assegurando que os resultados produzidos pelos diversos processos avaliativos sejam efetivamente incorporados ao planejamento e à gestão do curso.

A coleta de informações fundamenta-se na utilização integrada de diferentes instrumentos institucionais, compreendendo os resultados da autoavaliação institucional conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA); os relatórios da Comissão Setorial de Avaliação (CSA); os indicadores acadêmicos disponibilizados pelos sistemas institucionais; os relatórios emitidos pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle (AVA Moodle); as informações acadêmicas registradas no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP); os resultados das avaliações da aprendizagem; os relatórios das práticas profissionais, da curricularização da extensão e do Trabalho de Conclusão de Curso; as avaliações realizadas por estudantes e docentes; os relatórios de acompanhamento pedagógico; as reuniões do Núcleo Docente Estruturante e do Colegiado; os processos de acompanhamento de egressos; e os resultados das avaliações externas conduzidas no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

As informações coletadas são sistematizadas pela Coordenação do Curso e analisadas conjuntamente com o Núcleo Docente Estruturante e o Colegiado, possibilitando a construção de diagnósticos sobre o desempenho acadêmico, a efetividade das metodologias de ensino, a adequação da matriz curricular, a coerência entre os componentes curriculares, o desenvolvimento das competências profissionais, a qualidade da mediação pedagógica, a infraestrutura disponível e o atendimento às demandas da comunidade acadêmica e da

sociedade.

No processo de acompanhamento do PPC serão monitorados, de forma periódica, indicadores acadêmicos e institucionais relacionados à qualidade da formação, destacando-se:

- desempenho acadêmico dos estudantes por componente curricular e por período letivo;
- índices de aprovação, reprovação, retenção e evasão;
- tempo médio de integralização curricular;
- permanência e êxito estudantil;
- participação nas atividades de pesquisa, extensão, inovação, monitoria e prática profissional;
- resultados das Atividades Curriculares de Extensão (ACE);
- desempenho dos estudantes no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE);
- indicadores oficiais de qualidade da educação superior (CPC, CC e demais indicadores produzidos pelo INEP);
- acompanhamento da inserção profissional e da trajetória dos egressos;
- resultados da autoavaliação institucional;
- satisfação dos estudantes, docentes e comunidade externa;
- utilização dos ambientes institucionais de aprendizagem.

Considerando a organização didático-pedagógica na modalidade semipresencial, também serão acompanhados indicadores específicos relacionados às atividades mediadas por tecnologias digitais, entre os quais destacam-se:

- acesso e permanência dos estudantes no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle;
- participação nas atividades assíncronas previstas nos componentes curriculares;
- realização das atividades disponibilizadas no ambiente virtual;
- interação em fóruns, atividades colaborativas e demais recursos digitais;
- cumprimento dos cronogramas acadêmicos;
- desempenho nas avaliações desenvolvidas no AVA;
- utilização dos recursos de mediação pedagógica;
- efetividade das ações de tutoria e acompanhamento docente;
- indicadores de permanência, participação e êxito dos estudantes na modalidade semipresencial.

Os resultados das análises realizadas serão apresentados e discutidos periodicamente nas reuniões do Núcleo Docente Estruturante e do Colegiado do Curso, instâncias responsáveis por deliberar acerca das ações de melhoria acadêmica e curricular. Entre essas ações poderão ser propostas revisão de ementas e bibliografias, atualização da matriz curricular, adequação das metodologias de ensino, aperfeiçoamento dos processos avaliativos, fortalecimento das práticas profissionais, reestruturação das atividades de extensão, ampliação das estratégias de permanência e êxito, qualificação da mediação pedagógica, aprimoramento da utilização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), atualização dos recursos didáticos e aperfeiçoamento da organização da oferta semipresencial.

As deliberações decorrentes desse processo serão registradas em atas das reuniões dos órgãos colegiados, incorporadas aos planos de ação do curso e acompanhadas quanto à sua implementação e efetividade, permitindo verificar os impactos das intervenções realizadas e subsidiando novos ciclos de avaliação e aperfeiçoamento.

Os resultados das avaliações externas conduzidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), especialmente os decorrentes das avaliações in loco, do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e dos indicadores oficiais de qualidade da educação superior, serão analisados conjuntamente pelo Núcleo Docente Estruturante, Colegiado e Coordenação do Curso, constituindo

importante referência para o aperfeiçoamento permanente do PPC, para o fortalecimento da identidade formativa do curso e para a consolidação das competências profissionais previstas para o Tecnólogo em Gestão Pública.

Dessa forma, a avaliação do Projeto Pedagógico do Curso consolida-se como processo institucional contínuo, participativo e orientado por evidências, assegurando que as informações produzidas pelos processos avaliativos internos e externos sejam efetivamente utilizadas no planejamento acadêmico, na tomada de decisões, na atualização curricular e na melhoria contínua da qualidade da formação ofertada, fortalecendo a aderência do curso às políticas institucionais, às Diretrizes Curriculares Nacionais, aos referenciais de qualidade do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e às demandas contemporâneas da gestão pública e do desenvolvimento regional.

25 EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES (ENADE)

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e constitui componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo requisito para a regularidade acadêmica do estudante perante o Ministério da Educação, conforme a legislação vigente.

O ENADE possui caráter estratégico para a avaliação da qualidade da educação superior, destinando-se à aferição do desempenho dos estudantes em relação às competências, habilidades e conhecimentos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais, no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e no perfil profissional do egresso estabelecido neste Projeto Pedagógico de Curso. Além da avaliação da formação específica, o exame contempla competências relacionadas à formação geral, à capacidade de análise crítica da realidade, à resolução de problemas, ao exercício da cidadania, à ética profissional e à compreensão dos desafios contemporâneos da sociedade e da administração pública.

No âmbito do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, o ENADE é compreendido não apenas como instrumento de avaliação externa, mas como importante mecanismo de gestão acadêmica, planejamento institucional e melhoria contínua da qualidade da formação ofertada. Seus resultados são incorporados aos processos permanentes de avaliação do curso, constituindo evidências objetivas para a revisão das práticas pedagógicas, da organização curricular, das metodologias de ensino, dos processos de avaliação da aprendizagem e das estratégias de desenvolvimento das competências profissionais previstas para o Tecnólogo em Gestão Pública.

A participação dos estudantes habilitados observará integralmente os critérios, procedimentos, cronogramas e demais orientações estabelecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), sendo obrigatória a realização das etapas previstas na regulamentação vigente para fins de regularidade acadêmica.

Em conformidade com a Resolução nº 469/CONSUP/IFRR, de 17 de setembro de 2019, compete ao Núcleo Docente Estruturante (NDE), em articulação com a Coordenação do Curso, acompanhar todo o processo relacionado ao ENADE, promover ações permanentes de orientação e sensibilização dos estudantes, analisar criticamente os resultados obtidos e propor estratégias de aperfeiçoamento da formação acadêmica, fortalecendo a qualidade do curso e sua aderência às Diretrizes Curriculares Nacionais.

A Coordenação do Curso desempenha papel central na gestão do processo avaliativo do ENADE, sendo responsável por acompanhar os procedimentos estabelecidos pelo INEP, orientar os estudantes quanto às etapas do exame, promover ações de divulgação e mobilização institucional, acompanhar a regularidade acadêmica dos concluintes, sistematizar os resultados divulgados pelo INEP e coordenar, juntamente com o Núcleo Docente Estruturante e o Colegiado do Curso, a elaboração de planos de ação destinados ao aperfeiçoamento contínuo da formação acadêmica.

Após a divulgação dos resultados oficiais pelo INEP, a Coordenação do Curso promoverá a sistematização dos indicadores de desempenho, contemplando a análise do desempenho dos estudantes na Formação Geral e no Componente Específico, dos relatórios de desempenho, dos indicadores de valor agregado, das competências avaliadas, das habilidades com menor desempenho e das comparações com os

resultados nacionais, regionais e das instituições congêneres. Essas informações serão discutidas no âmbito do Núcleo Docente Estruturante, do Colegiado do Curso e da Diretoria de Ensino, constituindo subsídios para o planejamento acadêmico e para a atualização permanente deste Projeto Pedagógico de Curso.

A análise dos resultados do ENADE será realizada de forma integrada aos demais processos institucionais de avaliação, considerando os indicadores produzidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), os resultados das avaliações da aprendizagem, os índices de evasão, retenção, permanência, integralização curricular, desempenho acadêmico, acompanhamento de egressos e demais evidências produzidas pelos sistemas institucionais. Essa análise integrada permitirá identificar potencialidades, fragilidades e oportunidades de melhoria, subsidiando decisões relacionadas à atualização curricular, ao aperfeiçoamento das metodologias de ensino, ao fortalecimento da mediação pedagógica, à revisão dos processos avaliativos e ao aprimoramento das estratégias de permanência e êxito estudantil.

Como estratégia permanente de preparação para o ENADE e de fortalecimento da formação acadêmica, o curso desenvolverá ações integradas ao longo de todo o percurso formativo, evitando que a preparação para o exame se restrinja ao período imediatamente anterior à sua aplicação. Essas ações compreenderão o desenvolvimento contínuo das competências previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais e na matriz de referência do ENADE, mediante utilização de metodologias ativas, estudos de caso, resolução de problemas públicos, análise e avaliação de políticas públicas, produção técnico-científica, práticas profissionais, projetos integradores, atividades de pesquisa, extensão e inovação, seminários temáticos, oficinas, simulados, palestras e atividades voltadas ao fortalecimento da capacidade analítica, do pensamento crítico, da comunicação, da argumentação, da ética profissional e da tomada de decisão no contexto da gestão pública.

A organização curricular do curso também favorece o desenvolvimento das competências avaliadas pelo ENADE ao promover, de forma integrada, a articulação entre formação geral e formação específica, interdisciplinaridade, prática profissional, curricularização da extensão, utilização de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), desenvolvimento de competências investigativas e resolução de problemas reais da administração pública, assegurando aderência entre o perfil do egresso, os objetivos do curso e as competências exigidas nacionalmente para o Tecnólogo em Gestão Pública.

Os pedidos de dispensa do ENADE, quando cabíveis, serão processados conforme as hipóteses, procedimentos e prazos estabelecidos pelo INEP e pelas normas institucionais do IFRR.

Dessa forma, o ENADE constitui importante instrumento de avaliação, planejamento e gestão acadêmica, cujos resultados subsidiam o processo permanente de monitoramento da qualidade do curso, a atualização do Projeto Pedagógico, o fortalecimento das práticas de ensino, pesquisa, extensão e inovação, o aperfeiçoamento das competências profissionais desenvolvidas ao longo da formação e a consolidação de uma cultura institucional de avaliação orientada pela melhoria contínua, em consonância com os princípios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e com os referenciais de qualidade estabelecidos pelo Ministério da Educação.

26 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

O aproveitamento de conhecimentos e estudos anteriores constitui mecanismo acadêmico destinado ao reconhecimento de componentes curriculares cursados com aproveitamento em outras instituições de ensino superior devidamente reconhecidas pelo Ministério da Educação, contribuindo para a flexibilização dos itinerários formativos e para a valorização das trajetórias acadêmicas dos estudantes, em conformidade com a Organização Didática do IFRR.

O aproveitamento de estudos será concedido mediante análise da compatibilidade entre os componentes curriculares cursados anteriormente e aqueles previstos na matriz curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, observando-se os critérios estabelecidos na Resolução CONSUP/IFRR nº 716/2023 ou em outra norma institucional que vier a substituí-la.

A análise considerará, entre outros aspectos, a equivalência dos conteúdos programáticos, das competências desenvolvidas, da carga horária, dos objetivos de aprendizagem e do nível de formação, observando o percentual mínimo de compatibilidade previsto na regulamentação institucional vigente.

Os pedidos de aproveitamento serão analisados pela Coordenação do Curso, com manifestação do docente responsável pelo componente curricular, quando necessário, observando os critérios técnicos e pedagógicos estabelecidos pela Organização Didática do IFRR.

Até a conclusão do processo de análise e publicação do resultado, o estudante deverá manter sua frequência regular nas atividades acadêmicas do componente curricular solicitado.

Quando deferido, o aproveitamento será registrado no histórico escolar do estudante, mediante a indicação de Aproveitamento de Estudos (AE), conforme os procedimentos acadêmicos adotados pelo IFRR.

Os procedimentos, prazos, documentos exigidos, fluxos administrativos e demais requisitos para solicitação, análise e homologação do aproveitamento de estudos observarão integralmente a Organização Didática do IFRR e as normas institucionais vigentes, aplicando-se automaticamente as alterações decorrentes de regulamentação superveniente, independentemente da atualização deste Projeto Pedagógico de Curso.

27 SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional constitui instrumento estratégico de gestão acadêmica e administrativa, orientado para o monitoramento permanente da qualidade da educação superior, o fortalecimento da identidade institucional e a promoção da melhoria contínua dos processos de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão.

No âmbito do Instituto Federal de Roraima (IFRR), a avaliação institucional integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, sendo desenvolvida de forma contínua, participativa e sistemática, com a finalidade de subsidiar o planejamento institucional, o aperfeiçoamento das políticas acadêmicas e a qualificação dos cursos de graduação.

No Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, a avaliação institucional constitui importante mecanismo de acompanhamento da execução do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), permitindo identificar potencialidades, fragilidades e oportunidades de melhoria relacionadas à organização didático-pedagógica, ao desempenho acadêmico dos estudantes, à atuação docente, à infraestrutura, às ações de ensino, pesquisa e extensão e às políticas de permanência e êxito.

Os resultados produzidos pelos processos de avaliação institucional são analisados pela Coordenação do Curso, pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e pelo Colegiado do Curso, constituindo subsídios para o planejamento acadêmico, para a atualização curricular, para o aperfeiçoamento das metodologias de ensino, dos processos avaliativos, das ações de permanência estudantil e das demais estratégias voltadas à melhoria da qualidade da formação.

27.1 Avaliação Interna

A avaliação interna é coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), nos termos da Lei nº 10.861/2004, sendo responsável pela condução dos processos de autoavaliação institucional, sistematização das informações e elaboração dos relatórios institucionais que subsidiam o planejamento e a tomada de decisões no âmbito do IFRR.

No Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, os resultados consolidados da autoavaliação institucional constituem importante referência para o acompanhamento da qualidade acadêmica e para a revisão contínua do Projeto Pedagógico do Curso, sendo analisados em conjunto com os indicadores institucionais disponíveis, os resultados das avaliações externas, as discussões promovidas pelo Núcleo Docente Estruturante, pelo Colegiado do Curso e pela Coordenação do Curso.

Ressalta-se que, no momento da elaboração deste Projeto Pedagógico, o sistema institucional utilizado para consolidação da autoavaliação ainda não disponibiliza relatórios analíticos desagregados por curso de graduação. Dessa forma, a utilização das informações provenientes da CPA ocorre a partir dos relatórios institucionais consolidados e das evidências produzidas pelos demais mecanismos de

acompanhamento acadêmico, os quais subsidiam os processos de planejamento e melhoria contínua do curso.

27.2 Avaliação Externa

A avaliação externa compreende os processos conduzidos no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), incluindo a avaliação institucional, a avaliação dos cursos de graduação e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), coordenados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e operacionalizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Esses processos avaliam, entre outros aspectos, a organização didático-pedagógica, o corpo docente, o corpo técnico-administrativo, a infraestrutura, as políticas institucionais, o desempenho dos estudantes e as condições de oferta do curso, tomando como referência a legislação educacional vigente e os instrumentos oficiais de avaliação do MEC.

Os resultados das avaliações externas são analisados pela Coordenação do Curso, pelo Núcleo Docente Estruturante e pelo Colegiado do Curso, em articulação com os processos de autoavaliação institucional e os indicadores acadêmicos disponíveis, subsidiando a implementação de ações de aperfeiçoamento da organização curricular, das metodologias de ensino, da infraestrutura, das políticas de permanência e êxito e da atualização permanente deste Projeto Pedagógico de Curso.

Dessa forma, a avaliação institucional consolida-se como instrumento permanente de gestão da qualidade, assegurando que as evidências produzidas pelos processos avaliativos sejam efetivamente apropriadas pela comunidade acadêmica e utilizadas para o fortalecimento da formação ofertada, da gestão acadêmica e do compromisso institucional com o desenvolvimento regional e a excelência da educação superior.

28 AVALIAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CURSO

A avaliação da proposta pedagógica do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública constitui processo permanente, participativo e sistemático de acompanhamento da implementação deste Projeto Pedagógico de Curso (PPC), tendo como finalidade assegurar a coerência entre os objetivos do curso, o perfil profissional do egresso, a organização curricular, as metodologias de ensino, os processos de avaliação da aprendizagem e as demandas da sociedade e da administração pública.

Essa avaliação fundamenta-se no princípio da melhoria contínua, compreendendo a análise das potencialidades, das fragilidades e das oportunidades de aperfeiçoamento identificadas durante o desenvolvimento do curso, de modo a subsidiar a atualização curricular, o planejamento acadêmico e a qualificação permanente da formação ofertada.

O processo avaliativo será conduzido, de forma articulada, pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), pelo Colegiado do Curso e pela Coordenação do Curso, utilizando como principais fontes de informação os resultados da autoavaliação institucional conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), das avaliações externas realizadas no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), dos indicadores acadêmicos institucionais, do acompanhamento de egressos, das ações de permanência e êxito e das avaliações realizadas junto aos estudantes, docentes e demais segmentos da comunidade acadêmica.

Complementarmente, ao final de cada semestre letivo será realizada avaliação específica do curso pelos estudantes regularmente matriculados, por meio de instrumento próprio elaborado pela Coordenação do Curso em articulação com o Núcleo Docente Estruturante e o Colegiado. Essa avaliação tem caráter diagnóstico e formativo, destinando-se à identificação de aspectos relacionados ao desenvolvimento do curso e à percepção dos estudantes sobre o processo formativo.

O instrumento de avaliação contemplará, no mínimo, as seguintes dimensões:

I – organização didático-pedagógica, incluindo componentes curriculares, metodologias de ensino, integração entre teoria e prática, atividades de pesquisa, extensão e inovação;

II – atuação do corpo docente e da equipe técnico-administrativa, considerando aspectos relacionados ao planejamento, condução das atividades acadêmicas, acompanhamento da aprendizagem e atendimento aos estudantes;

III – infraestrutura física, tecnológica e bibliográfica disponível para o desenvolvimento do curso;

IV – autoavaliação discente, estimulando a reflexão crítica dos estudantes acerca de seu desempenho acadêmico, participação nas atividades formativas e compromisso com sua trajetória de aprendizagem.

Os resultados obtidos serão sistematizados e analisados pela Coordenação do Curso, pelo Núcleo Docente Estruturante e pelo Colegiado, constituindo subsídios para a definição de planos de ação voltados ao aperfeiçoamento da organização curricular, das metodologias de ensino, das práticas avaliativas, das ações de permanência e êxito, da infraestrutura e dos demais aspectos relacionados à qualidade da formação.

Ressalta-se que, no momento da elaboração deste Projeto Pedagógico, o sistema institucional utilizado pelo IFRR para consolidação dos dados da autoavaliação institucional ainda não disponibiliza relatórios analíticos desagregados por curso de graduação. Dessa forma, a avaliação da proposta pedagógica fundamenta-se na integração das informações institucionais disponíveis, nas avaliações específicas realizadas no âmbito do curso, nas discussões promovidas pelo Núcleo Docente Estruturante, pelo Colegiado do Curso e pela Coordenação do Curso, bem como nos indicadores acadêmicos produzidos pela instituição.

A avaliação da proposta pedagógica constitui, portanto, instrumento permanente de gestão acadêmica, assegurando que as evidências produzidas pelos diferentes processos avaliativos sejam efetivamente apropriadas pelos órgãos responsáveis pela gestão do curso e utilizadas na atualização contínua deste Projeto Pedagógico, em consonância com a legislação educacional, as diretrizes institucionais do IFRR e as demandas da gestão pública e do desenvolvimento regional.

29 PERFIL DA EQUIPE DOCENTE

Quadro 2: Perfil da Equipe Docente

Nº	NOME DO PROFESSOR	FORMAÇÃO SUPERIOR	TITULAÇÃO			CH
			ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO	
01	André Ferreira Silva	Bacharelado em Zootecnia	-	Ciência Animal	-	40 – DE
02	Antoniél Almeida de Castro	Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Governança em Tecnologia da Informação	-	-	40 – DE
03	Claudete Correa dos Santos	Bacharelado em Administração	Docência para Educação Profissional e Tecnológica	Administração	-	40 – DE
04	Fagner Felipe Lima Bezerra	Licenciatura em História	Metodologia do Ensino de História e Geografia	Ensino de História	-	40 – DE
05	Gilderlândia Mendes Marques	Bacharelado em Administração Bacharelado em Enfermagem	Docência do Ensino Superior em Administração; Auditoria em Serviços de Saúde; Docência em Enfermagem.	-	-	40
06	Jessica Carolina Faversani	Agronomia	-	Ciência do Solo	-	40 – DE
07	Juliana Silveira Marcondes	Licenciatura em Matemática Licenciatura em Pedagogia	Docência no Ensino de Matemática Metodologia do ensino de Matemática	Ensino e Ciência, Matemática e Tecnologia	-	40 – DE
08	Leyde Dayane Martinho de	Licenciatura em Informática Bacharelado em Sistema de	Tecnologias e	Ensino de	-	40

	Andrade	Informação Licenciatura em Artes	Educação a Distância	Ciências		
09	Lucas Socoloski Gudolle	Bacharelado em Administração	Docência para a Educação Profissional e Tecnológica; Educação Corporativa e Gestão do Conhecimento	Administração	Informática na Educação	40 – DE
10	Márcio Mesquita Barros	Bacharelado em Agronomia	-	Produção Vegetal	-	40 – DE
11	Natalia Trajano de Oliveira Melville	Bacharelado em Agronomia	Formação Pedagógica	Produção Vegetal	Agronomia- Fitotecnia	40 – DE
12	Pamela Andrade Lima	Licenciatura em Letras	Língua Portuguesa: teorias e práticas de ensino de leitura e produção de textos	Letras	-	40 – DE
13	Pedro Henrique Santos	Bacharelado em Engenharia Agrônômica	-	Agronomia	-	40
14	Peterson Rodrigo Demite	Licenciatura em Ciências Biológicas	-	Biologia Animal	Biologia Animal	40 – DE
15	Raimundo de Almeida Pereira	Agronomia	Administração e Manejo de Unidades de Conservação; Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto	Agronomia	-	40 – DE
16	Roseane Machado Sá Viana	Bacharelado em Ciências Contábeis	Controladoria e Finanças	Educação Profissional e Tecnológica	-	40 – DE
17	Sandra Milena Palomino Ortiz	Licenciatura em Letras Português - Espanhol; Licenciatura em Letras Português- Inglês	Docência da Língua Espanhola e Psicopedagogia	Letras	Educação	40 – DE
18	Severino Manuel da Silva	Licenciatura em Ciências Agrárias; Bacharelado em Agronomia; Bacharelado em Zootecnia	Docência do Ensino Profissional e Tecnológico	Ciência Animal	-	40 – DE
19	Thiago Allan Ribeiro de Oliveira	Licenciatura em Ciências Sociais	-	Comunicação e Sociedade	-	40 – DE
20	Tiago Santos Barreto Thomaz	Bacharelado em Administração; Licenciatura em Pedagogia; Licenciatura em Ciências Sociais; Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos; Tecnólogo em Processos Gerenciais	Psicanálise; Psicologia da Educação; Psicologia do Trabalho; Gestão de Recursos Humanos e Meio Ambiente	Ciências da Educação / Administração Educacional	-	40 – DE
21	Yago de Mesquita Falcão	Licenciatura em Geografia; Licenciatura em Pedagogia	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho; Gestão da Educação Profissional e Tecnológica; Geografia e Meio ambiente; Metodologia do Ensino de Geografia; Atendimento Educativo Especializado; Gestão e Administração Escolar	-	-	40 – DE

Quadro 3: Perfil da Equipe Técnico-Administrativo

Nº	NOME DO PROFESSOR	CARGO	TITULAÇÃO				CH
			GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO	
01	Cleide Maria Domingos de Jesus	Assistente em Administração	Licenciatura em Letras - Inglês	Métodos e Técnicas de Ensino	-	-	40
02	Clinton Junior George	Técnico em Secretariado	Tecnólogo em Comércio Exterior	Gestão Empresarial; Gestão Pública	-	-	40
03	Daniel Ferreira dos Santos	Técnico em Assuntos Educacionais	Bacharelado em Direito; Licenciatura em Letras	Direito Processual Penal Português Jurídico	-	-	40
04	Franciele de Souza Castro	Tecnólogo-Formação	Bacharelado em Administração	Administração Pública	-	-	40
05	Hallyson Thiago Araujo de Souza	Assistente em Administração	Bacharelado em Ciências Contábeis; Bacharelado em Administração	Contabilidade Pública; Responsabilidade Fiscal; Administração Pública	-	-	40
06	Jair Lima dos Santos	Técnico de Tecnologia da Informação	Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Administração de Servidores Linux	-	-	40
07	Jose Ribamar Cardoso Oliveira	Assistente de Aluno	Tecnólogo em Gestão Pública	-	-	-	40
08	Juliana Bezerra Machado	Técnico em Secretariado	Tecnólogo em Gestão Hospitalar Biblioteconomia Pedagogia	Gestão Pública e Educacional Gestão de Biblioteca Escolar Teologia Contemporânea	-	-	40
09	Jullyandry Coutinho Viana dos Santos	Tradutor Intérprete de Língua de Sinais	Bacharel em Sistemas de Informação; Licenciatura em Pedagogia	Educação Digital; Educação Inclusiva; Docência do Ensino Superior	-	-	40
10	Liane de Castro Machado	Técnico em Agropecuária	Bacharelado em Engenharia Agrícola	Meio Ambiente e Sustentabilidade	-	-	40
11	Myriellen Cardoso da Silva	Assistente de Aluno	Bacharelado em Psicologia	-	-	-	40
12	Renato Fonseca de Assis	Bibliotecário-Documentalista	Bacharelado em Biblioteconomia	Gestão de Bibliotecas Escolares	-	-	40
13	Sinval Barbosa Santos	Técnico em Contabilidade	Bacharelado em Ciências Contábeis	Cartografia e Sensoriamento Remoto; Auditoria e Controle Externo	-	-	40

14	Yany Duarte Costa	Assistente em Administração	Bacharelado em Enfermagem	-	Educação Agrícola	-	40
----	-------------------	-----------------------------	---------------------------	---	-------------------	---	----

31 PERFIL DA EQUIPE TÉCNICO-PEDAGÓGICA

Quadro 4: Perfil da Equipe Técnico-Pedagógica

Nº	NOME DO PROFESSOR	CARGO	TITULAÇÃO				CH
			GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO	
01	Bianca Silva	Técnico em Assuntos Educacionais	Licenciatura em História	Gestão na Educação Profissional e Tecnológica Gestão Educacional com Habilidade em orientação supervisão e inspeção	-	-	40h
02	Isabel Pinto Ferreira	Técnico em Assuntos Educacionais	Licenciatura em Química	Metodologias do Ensino de Química e Biologia; Gestão de Sistemas Educacionais	-	-	40h

32 INSTALAÇÕES

Para assegurar o adequado funcionamento dos setores previstos na estrutura organizacional do Campus Bonfim e viabilizar a oferta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública em conformidade com os padrões de qualidade estabelecidos para a educação superior, o campus dispõe de infraestrutura administrativa, acadêmica e de apoio compatível com o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Essa estrutura possibilita o atendimento às demandas da comunidade acadêmica e garante condições para o desenvolvimento da formação técnica, científica, ética e cidadã dos estudantes. As instalações físicas e os setores que compõem a Diretoria de Administração e Planejamento e a Diretoria de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação estão apresentados nos quadros a seguir.

Quadro 5: Estrutura do Campus Bonfim

Ambiente	Composição
Administrativo	Bateria de Banheiros para Discentes
	Bateria de Banheiros para Docentes
	Copa e Refeitório
	Guarita de Vigilância
	Sala da Diretoria de Administração e Planejamento
	Sala de Coordenações
	Sala de Setor de Protocolo
	Sala de Setor de Tecnologia da Informação
Pedagógico	Biblioteca
	Laboratório de Informática
	Laboratório móvel
	Sala da Coordenação de Registros Acadêmicos (CORA)
	Sala da Diretoria de Ensino
	Sala da Equipe Técnico-Pedagógica

	Sala de Coordenações de Cursos
	Sala de Professores
	Salas de Aulas

Salas de aula: Ambientes climatizados ou adequadamente ventilados, mobiliados e equipados com recursos didático-pedagógicos e tecnológicos, incluindo quadro, projetor multimídia, sistema de sonorização e acesso à internet, proporcionando condições adequadas ao desenvolvimento das atividades de ensino.

Laboratório de Informática: Espaço destinado ao desenvolvimento de atividades acadêmicas, equipado com computadores conectados à internet, softwares de produtividade e aplicações de uso geral, incluindo editores de texto, planilhas eletrônicas, programas para apresentações e navegadores, possibilitando o desenvolvimento de atividades práticas, pesquisas, elaboração de trabalhos acadêmicos e utilização de ambientes virtuais de aprendizagem.

Área Experimental / Unidade Didático-Produtiva (UDP): Espaço destinado ao desenvolvimento de atividades práticas, experimentação, pesquisa e extensão, compreendendo áreas de cultivo agrícola, hortas, espécies forrageiras e lavouras experimentais, utilizadas para a realização de práticas pedagógicas e demonstrações técnicas.

Área para Instalações Zootécnicas: Área destinada à implantação e utilização de unidades didáticas para atividades relacionadas à produção animal, contemplando estruturas para aprisco, pocilga, aviário, apiário e demais instalações necessárias ao desenvolvimento das práticas de ensino, pesquisa e extensão.

Área de Pastagem / Campo Experimental: Espaço destinado ao manejo de pastagens, experimentação agropecuária e desenvolvimento de atividades práticas relacionadas à produção animal, ao manejo sustentável e à integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Depósito de Insumos e Implementos Agrícolas: Ambiente destinado ao armazenamento adequado de implementos agrícolas, ferramentas, insumos, adubos, corretivos e demais materiais utilizados nas atividades práticas, observando as normas de segurança e organização patrimonial.

Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA): Plataforma institucional utilizada como suporte às atividades presenciais e não presenciais, destinada à disponibilização de materiais didáticos, realização de atividades acadêmicas, acompanhamento da aprendizagem, interação entre docentes e estudantes e registro das atividades pedagógicas.

Quadro 6: Equipamentos disponíveis para o curso

Discriminação	Quantidade
Aparelho de DVD	5
Armário de Aço	10
Arquivo de Aço Vertical	10
Computador desktop	42
Impressora com scanner	5
Notebook	7
Projetores Multimídia	5
Televisão	5

33 BIBLIOTECA

A Biblioteca do Campus Bonfim dispõe de área física de 56,75 m², organizada em ambientes destinados ao acervo bibliográfico, atendimento aos usuários, setor administrativo e espaços para estudos individuais e em grupo, proporcionando suporte às atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

O acervo bibliográfico é composto por aproximadamente 1.416 (mil quatrocentos e dezesseis) exemplares cadastrados e disponíveis para consulta e empréstimo, sendo continuamente ampliado por meio de processos de aquisição e doação, em conformidade com as necessidades dos cursos ofertados e com a política institucional de desenvolvimento de coleções.

Para atendimento às demandas da comunidade acadêmica, a biblioteca dispõe de ambiente destinado ao estudo em grupo, equipado com mesa e oito cadeiras, bem como de seis cabines para estudo individual, dotadas de mobiliário adequado e pontos de energia para utilização de equipamentos eletrônicos. Além disso, conta com espaço para pesquisa virtual equipado com três computadores conectados à internet, destinados à realização de pesquisas em bases de dados, consultas ao acervo eletrônico e elaboração de trabalhos acadêmicos.

A biblioteca oferece suporte às atividades acadêmicas mediante serviços de consulta local, empréstimo domiciliar, orientação aos usuários, acesso ao catálogo informatizado e apoio à pesquisa, contribuindo para o desenvolvimento das competências informacionais dos estudantes e para o fortalecimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação desenvolvidas no âmbito do Campus Bonfim.

34 EQUIPAMENTOS E RECURSOS TECNOLÓGICOS

Os espaços físicos destinados ao desenvolvimento do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública possuem infraestrutura compatível com as atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação, atendendo às exigências da legislação educacional, às normas institucionais do Instituto Federal de Roraima (IFRR), às diretrizes do curso e às normas técnicas dos órgãos competentes.

A infraestrutura do Campus Bonfim observa os princípios da acessibilidade e da inclusão, em conformidade com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), dispondo de rotas acessíveis, rampas para circulação entre os diferentes ambientes, sinalização tátil, comunicação em braile e demais recursos destinados a assegurar condições adequadas de acesso, circulação e utilização dos espaços pela comunidade acadêmica.

Os ambientes acadêmicos compreendem salas de aula, biblioteca, laboratórios de informática e laboratórios específicos, auditório, salas administrativas, salas destinadas à Coordenação de Curso, aos docentes, aos setores de apoio acadêmico e aos demais espaços necessários ao desenvolvimento das atividades institucionais.

As salas de aula são climatizadas, mobiliadas adequadamente e equipadas com recursos didático-pedagógicos e tecnológicos, incluindo projetor multimídia, acesso à internet, quadro de vidro e mobiliário compatível com as atividades acadêmicas. Os ambientes passam por manutenção e limpeza periódicas, assegurando condições adequadas de conforto, higiene, segurança e funcionalidade para docentes, estudantes e técnicos administrativos.

Os laboratórios de informática atendem às necessidades das atividades de ensino, pesquisa e extensão, dispondo de computadores conectados à internet, softwares de uso acadêmico e recursos tecnológicos que possibilitam a realização de pesquisas, elaboração de trabalhos, acesso a bases de dados, utilização de ambientes virtuais de aprendizagem e desenvolvimento das competências digitais previstas na formação profissional. Os laboratórios contam com suporte permanente da equipe de Tecnologia da Informação, garantindo o adequado funcionamento dos equipamentos e dos sistemas institucionais.

O campus dispõe, ainda, do Laboratório IF Maker CBVZO, ambiente destinado ao desenvolvimento de atividades de criatividade, inovação, prototipagem e cultura maker, equipado com impressoras 3D, máquinas

de corte e gravação a laser (CNC Laser), CNC Router, kits de robótica, notebooks, plotter de recorte, Smart TVs, projetor multimídia e equipamentos para marcenaria, proporcionando suporte às atividades interdisciplinares, ao desenvolvimento de projetos de pesquisa, extensão, inovação tecnológica e empreendedorismo.

A biblioteca do Campus Bonfim oferece infraestrutura física e tecnológica destinada ao apoio às atividades acadêmicas, dispondo de acervo atualizado e compatível com as demandas dos cursos ofertados, incluindo bibliografias básicas e complementares, obras de referência, periódicos, dicionários, enciclopédias, mapas, materiais audiovisuais e demais recursos informacionais necessários ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O gerenciamento do acervo é realizado por meio do Sistema Pergamum, que possibilita o acesso ao catálogo on-line, consultas, reservas, empréstimos e demais serviços bibliotecários, ampliando a acessibilidade às informações e aos recursos disponíveis.

Além do acervo físico, a instituição disponibiliza biblioteca digital, ampliando o acesso da comunidade acadêmica à produção científica, técnica e tecnológica, às bibliografias recomendadas nos componentes curriculares e a outros materiais digitais de apoio ao ensino, à pesquisa, à extensão e à inovação. Esse ambiente virtual constitui importante recurso para o fortalecimento da aprendizagem, da autonomia discente e da formação acadêmica, acompanhando as transformações tecnológicas e as novas demandas da educação superior.

A infraestrutura física, tecnológica e informacional do Campus Bonfim é continuamente avaliada quanto à sua adequação, conservação, acessibilidade, atualização e capacidade de atendimento às demandas acadêmicas, constituindo importante suporte para a implementação deste Projeto Pedagógico de Curso e para a garantia da qualidade da formação ofertada.

35 DIPLOMAÇÃO

A obtenção do diploma de Tecnólogo(a) em Gestão Pública está condicionada à integralização da matriz curricular do curso, compreendendo a aprovação em todos os componentes curriculares obrigatórios, o cumprimento da carga horária das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs), a aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), a regularidade perante o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), quando aplicável, e o atendimento aos demais requisitos acadêmicos e administrativos previstos na legislação educacional vigente e nas normas institucionais do Instituto Federal de Roraima (IFRR).

Para a expedição e o registro do diploma, o estudante deverá, ainda, apresentar situação regular perante os setores competentes do Campus Bonfim, mediante emissão do documento de Nada Consta, bem como participar da Outorga de Grau ou cumprir os procedimentos institucionais previstos para a colação de grau em modalidade especial, quando cabível.

Após o cumprimento de todos os requisitos legais, acadêmicos e administrativos, o Instituto Federal de Roraima expedirá o diploma de **Tecnólogo(a) em Gestão Pública**, conferindo ao egresso as prerrogativas profissionais inerentes à habilitação, nos termos da legislação vigente.

36 REFERÊNCIAS

BACICH, L.; MORAN, J. M. *Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática*. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 06 jan. 2021.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos superiores de tecnologia. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 dez. 2018.

_____. Decreto de 13 de novembro de 2002. Transforma a ETFRR em Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 nov. 2002.

_____. Decreto nº 026, de 12 de outubro de 1988. Cria a Escola Técnica de Roraima. Diário Oficial do Estado de Roraima, Boa Vista, 1988.

_____. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 23 jul. 2004.

_____. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 dez. 2004.

_____. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 5, 3 dez. 2004.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Regulamenta o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 jul. 2010.

_____. *Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012*. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 12 out. 2012.

_____. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2000.

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

_____. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 15 abr. 2004.

_____. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394/1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

_____. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Regulamenta o estágio de estudantes. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 set. 2008.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a política nacional de extensão universitária. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 7 jul. 2015.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 7 jul. 2015.

_____. *Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016.* Altera a Lei nº 12.711/2012 para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 29 dez. 2016.

_____. Lei nº 14.375, de 21 de junho de 2022. Altera a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, para permitir a realização de avaliações in loco na modalidade virtual. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 22 jun. 2022.

_____. *Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023.* Altera dispositivos da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 14 nov. 2023.

_____. Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993. Cria a Escola Técnica Federal de Roraima. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1 jul. 1993.

_____. Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Institui o Sistema Nacional de Educação Tecnológica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 dez. 1994.

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.* Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação. *Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia – CNCST.* Brasília, DF: MEC, 2024.

_____. Ministério da Educação. *Nota Técnica nº 509/2017/CGRAG/DIPES/SESU/SESU.* Justificativa sobre o ponto de corte do Grupo de Washington. Brasília, DF, 2017.

_____. Ministério da Educação. *Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012.* Dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada (SISU). *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 15 out. 2012.

_____. Ministério da Educação. *Portaria Normativa nº 9, de 5 de maio de 2017.* Dispõe sobre procedimentos para a implementação das políticas de ações afirmativas. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 8 maio 2017.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED.* Brasília, DF: MTE, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/>.

_____. Ministério dos Direitos Humanos. *Ofício nº 3/2017/SEI/SNDPD/MDH.* Recomendação sobre inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. Brasília, DF, 2017.

_____. Portaria Normativa MEC nº 840, de 24 de agosto de 2018. Dispõe sobre o regulamento do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 27 ago. 2018.

_____. Resolução CNE/CP nº 1, de 13 de janeiro de 2014. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 14 jan. 2014.

_____. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 maio 2012.

_____. Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 7 jan. 2021.

CONSELHO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO DE RORAIMA. Parecer nº 26/89, de 21 de dezembro de 1989. Aprova o regimento da Escola Técnica de Roraima.

GUIMARÃES, L. P. et al. Laboratórios de fabricação digital e o desenvolvimento de competências no ensino técnico e tecnológico. *Revista Educação, Tecnologia e Sociedade*, v. 15, n. 2, p. 45–59, 2022.

IBGE. *Cadastro Central de Empresas – CEMPRE 2021*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Demográfico 2022: população e indicadores socioeconômicos de Roraima*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>.

_____. *Ofício nº 352/2017/PR*. Posicionamento técnico sobre a inclusão e classificação de dados referentes à deficiência. Rio de Janeiro, 2017

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA – IFRR. *Edital nº 30/2022 – PROPESPI/IFRR*. Ajuda de Custo à Publicação Científica, Tecnológica e Cultural. Boa Vista: IFRR, 2022.

_____. *Organização Didática do Instituto Federal de Roraima*. Boa Vista, 2023.

_____. *Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2028*. Boa Vista, 2024.

_____. *Resolução CONSUP/IFRR nº 292, de 2017*. Regulamenta estágios no IFRR. Boa Vista, 2017.

_____. *Resolução CONSUP/IFRR nº 418, de 2018*. Dispõe sobre o estágio curricular no IFRR. Boa Vista, 2018.

_____. *Resolução CONSUP/IFRR nº 869, de 29 de outubro de 2025*. Dispõe sobre o Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes (2025-2029) do IFRR. Boa Vista, 2025.

_____. *Resolução CONSUP/IFRR Nº 881, de 27 de janeiro de 2026*. Dispõe sobre a Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação do IFRR.

_____. *Resolução CONSUP/IFRR nº 608, de 26 de outubro de 2021*. Dispõe sobre a política de acompanhamento de egressos no âmbito do IFRR. Boa Vista: IFRR, 2021.

_____. *Resolução CONSUP/IFRR nº 657, de 2022*. Regulamenta a Política de Assistência Estudantil do IFRR. Boa Vista, 2022.

_____. *Resolução CONSUP/IFRR nº 682, de 2022*. Estabelece procedimentos sobre elaboração de Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação.

_____. *Resolução CONSUP/IFRR nº 716, de 4 de janeiro de 2023*. Dispõe sobre a Organização Didática do IFRR. Boa Vista, 2023.

_____. *Resolução CONSUP/IFRR nº 716, de 2023*. Organização Didática do IFRR. Boa Vista, 2023.

_____. *Resolução CONSUP/IFRR nº 730, de 30 de março de 2023*. Estabelece normas e diretrizes para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

_____. *Resolução CONSUP/IFRR nº 746, de 2023*. Dispõe sobre o Trabalho de Conclusão de Curso nos cursos de graduação do IFRR. Boa Vista, 2023.

_____. *Resolução CONSUP/IFRR nº 824, de 25 de fevereiro de 2025*. Aprova o Regulamento das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs). Boa Vista, 2025.

_____. *Resolução nº 459/2019 – CONSUP*, de 11 de julho de 2019. Aprova a criação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

_____. Cerimônia de inauguração do campus Bonfim. Bonfim, 2019. Participação de Ariosto Antunes Culau, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC.

_____. *Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2024-2028*. Boa Vista: IFRR, 2023. Disponível em: <https://portal.ifrr.edu.br>.

_____. Resolução CONSUP/IFRR nº 469, de 17 de setembro de 2019. Dispõe sobre o regulamento dos colegiados de cursos técnicos e superiores. Boa Vista, 2019.

_____. Resolução CONSUP/IFRR nº 473, de 21 de outubro de 2019. Aprova o regulamento das atividades didático-pedagógicas no âmbito do IFRR. Boa Vista, 2019.

_____. Resolução CONSUP/IFRR nº 682, de 20 de outubro de 2022. Dispõe sobre normas e procedimentos de emissão de documentos institucionais. Boa Vista, 2022.

_____. Resolução CONSUP/IFRR nº 716, de 4 de outubro de 2023. Dispõe sobre a organização didática dos cursos de graduação do IFRR. Boa Vista, 2023.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. 21. ed. Campinas: Papirus, 2013.

RABELO, S.; MELO, A. Avaliação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFRR – 2023. *Relatório Interno Institucional*, Boa Vista, 2023.

SCHUARTZ, C. A.; SARMENTO, R. A. As TDICs e a educação: desafios e perspectivas na contemporaneidade. *Cadernos de Educação, Tecnologia e Sociedade*, v. 13, n. 1, p. 85–102, 2020.

SISTEMA UNIFICADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – SUAP. Dados estatísticos internos. Instituto Federal de Roraima, 2026.

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Nilra Jane Filgueira Bezerra, REITOR(A) - CD0001 - IFRR**, em 24/07/2026 14:29:22.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 24/07/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 445205

Código de Autenticação: 5a05a8196d

